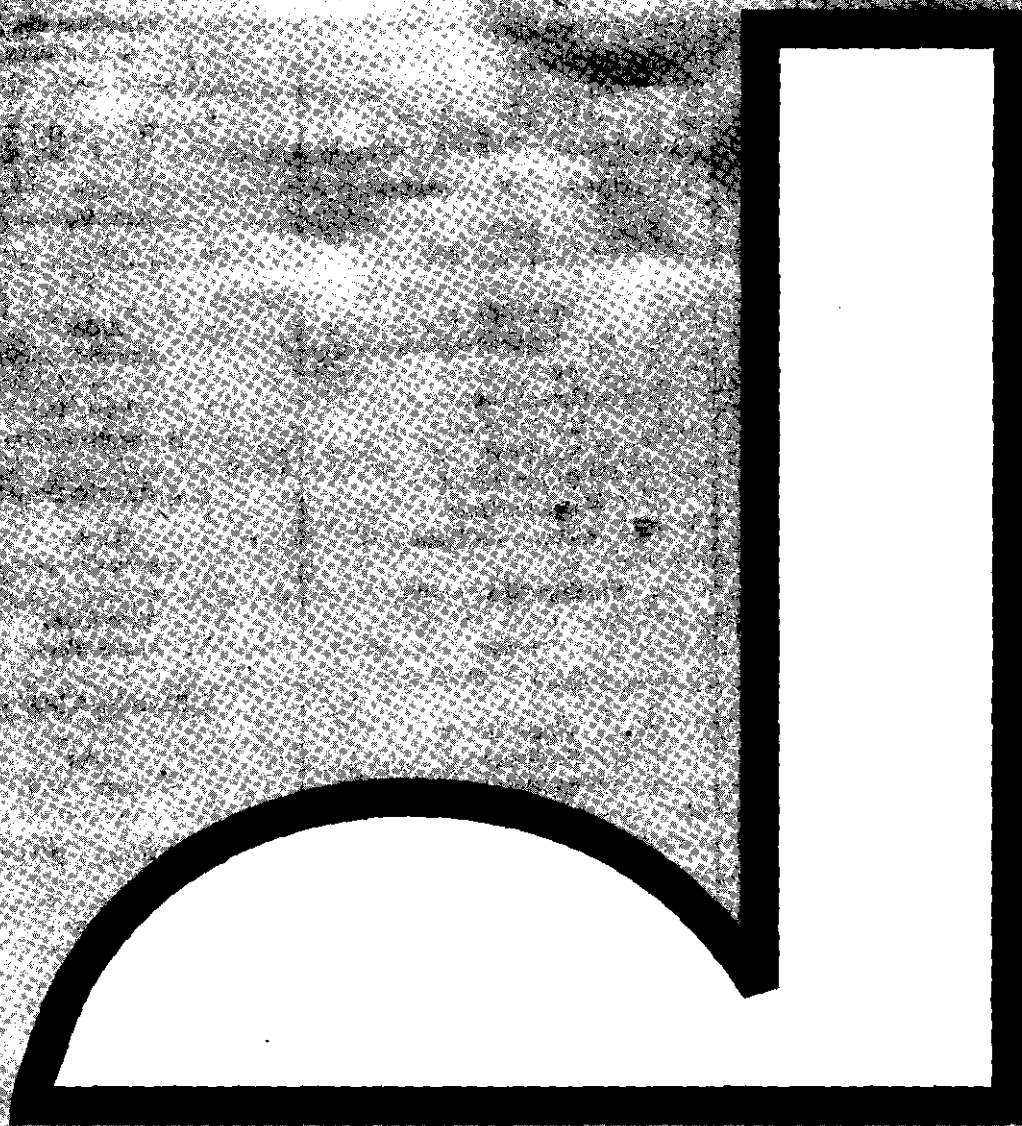




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Samey - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PSB - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º) Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º) Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Ornelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Wilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSR**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 26ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso de Ministro de Estado

Nº 51, de 1996, de 6 do corrente, do Ministro das Comunicações, referente ao Requerimento nº 1.463, de 1995, de informações, do Senador João Rocha..... 01611

1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 3, de 1996, de autoria do Senador Emandes Amorim e outros Srs. Senadores, que dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal..... 01611

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 6, de 1996, e 145, de 1995, sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas..... 01612

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Homenagens pelo transcurso dos 50 anos do jornal *Gazeta de Sergipe*..... 01612

SENADOR MAURO MIRANDA – Colapso na rede hospitalar por falta de recursos. Apoio a proposta do Deputado José Pinotti, que visa à municipalização dos recursos da CPMF..... 01613

SENADOR PEDRO SIMON – Comentando proposta de combate a corrupção em nosso País, defendida pela Juíza Denise Frossard, em reunião realizada em Davos, na Suíça, com representantes de diversos países..... 01616

SENADOR ROMEU TUMA – Defesa da aprovação de projeto de lei de interesse dos policiais federais, em tramitação no Senado. Contra a discriminação salarial sofrida pelos policiais dos ex-territórios. Considerações sobre colocações de Dona Ruth Cardoso no "Programa Livre", do Sistema Brasileiro de Televisão, de que seria favorável a descriminalização da maconha..... 01619

SENADORA MARLUCE PINTO – Críticas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16/96, que propõe a redução da remuneração dos integrantes da Polícia Civil dos extintos territórios..... 01623

1.3 – ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que al-

tera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. Não houve oradores na terceira sessão de discussão..... 01626

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR BERNARDO CABRAL – Denunciando campanha pela extinção do programa Voz do Brasil..... 01627

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas ao possível fechamento de 12 agências do Banco da Amazônia..... 01633

SENADOR EDISON LOBÃO – Sugerindo aperfeiçoamento do Projeto de Lei da Câmara nº 6/96, que dispõe sobre a privatização das rodovias brasileiras..... 01635

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Propondo um novo traçado para viabilizar a BR-020, que liga Fortaleza a Brasília..... 01638

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Solidariizando-se com o pronunciamento dos Senadores Edison Lobão e Hugo Napoleão. Comentando artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de hoje, intitulado Jatene atribui atraso da CPMF a pressões, sobre a pressão que a FIESP exerce contra a aprovação da CPMF. Descaso da Câmara dos Deputados com os projetos de lei oriundos do Senado Federal..... 01639

SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas à utilização dos meios de comunicação, através da Radiobrás, para promoção de Fernando Henrique Cardoso, visando a sua reeleição..... 01642

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentando a participação da Primeira Dama, D. Ruth Cardoso, nos debates sobre o uso das drogas..... 01645

SENADOR ERNANDES AMORIM – Satisfação pela assinatura do Decreto nº 1.775, em 9-1-96, que dispõe sobre a demarcação de áreas indígenas..... 01645

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Esclarecimento sobre a divulgação manipulada pela Central Única dos Trabalhadores, de que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul estaria doando a quantia de R\$ 1.500,00 às famílias de agricultores carentes..... 01647

SENADOR JONAS PINHEIRO – Regozijo pela aprovação e publicação das normas que irão efetivar as operações de "securitização", viabilizando o alongamento das dívidas dos agricultores..... 01650

SENADOR VALMIR CAMPELO – Críticas ao Governo do PT em Brasília, pelo imobilismo com que vem tratando a questão do desemprego no Distrito Federal.

01651

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Recurso nº 1, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, no sentido de serem submetidas ao Plenário as emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1995, que não foram acatadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

01652

1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Eptácio Cafeteira, proferido na sessão de 8-2-96.

01653

3 – ATAS DE COMISSÃO

4ª, 5ª e 7ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 24 e 31 de janeiro e 8 de fevereiro de 1996, respectivamente..

01655

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 157, de 1996 (republicação).

01682

Nºs 177 e 178, de 1996.

01682

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 26ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de fevereiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Júlio Campos, Antônio Carlos Valadares,
Valmir Campelo e Bello Parga.*

ÀS 09 HORAS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Élcio Álvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Emandes Amorim – Flaviano Melo – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Lauro Campos – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Valmir Campelo – Waldeck Omelas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 51/96, de 6 do corrente, do Ministro das Comunicações, referente ao Requerimento nº 1.463, de 1995, de informações, do Senador João Rocha.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 1996

Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea d do inciso II do art. 54 e o inciso I do art. 56 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54

II -

d) exercer simultaneamente, mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 56

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de emissão diplomática temporária, bem como empossado no cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, Governador ou Vice-Governador de Estado ou do Distrito Federal, Prefeito ou Vice-Prefeito;

Justificação

Prevê a Carta Magna a possibilidade de os parlamentares, licenciando-se de seus cargos, ocuparem pastas ministeriais ou no secretariado dos Estados, do Distrito Federal e das Capitais de Estado, sem perda do mandato. Baseia-se esta permissão no princípio de que o mandato, concedido pelo povo, deve ser mantido, mesmo quando o Deputado

ou Senador é convocado para o exercício de outras elevadas funções públicas. A única exigência é que o parlamentar se afasta de seu cargo, durante o exercício dos outros encargos.

Entendemos que, com muito mais propriedade, inclusive, essa faculdade deveria ser estendida aos Deputados e Senadores que fossem guindados, pelo povo, a cargos eletivos no Poder Executivo. Trata-se, aqui, de respeitar, integralmente, a vontade dos eleitores, base da democracia representativa.

Neste sentido, submetemos a esta Casa a presente Proposta de Emenda à Constituição, alterando a alínea d do inciso II do art. 54 e o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para permitir aos Deputados e Senadores, eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, manterem a titularidade dos dois cargos eletivos, afastando-se, certamente, de um deles para exercer o outro.

A presente proposta possibilitará, assim, aos parlamentares, retornarem ao cargo legislativo para o qual foram eleitos pelo povo ao final do seu mandato executivo ou, mesmo, quando deles se desincompatibilizarem para submeterem-se a novo julgamento popular, traduzindo-se, sem dúvida, em aperfeiçoamento do nosso sistema eleitoral e, conseqüentemente, da Democracia em nosso país.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 1996. –
Ernandes Amorim – Lúcio Alcântara – Renan Calheiros – Ademir Andrade – João França – Gilberto Miranda – Antônio Carlos Valadares – Joel de Hollanda – José Bianco – Romero Jucá – Osmar Dias – Roberto Requião – Marluce Pinto – Lúdio Coelho – Júnia Marise – Sebastião Rocha – Valmir Campelo – Jefferson Peres – Freitas Neto – Bello Parga – José Eduardo Dutra – Júlio Campos – Ney Suassuna – Waldeck Ornelas – Beni Veras – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro – Carlos Patrocínio – Esperdião Amin – Vilson Kleinübing – Bernardo Cabral.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos artigos nºs. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 6, de 1996, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de sessenta e oito milhões, setecentos e noventa mil, cento e trinta e seis francos franceses e noventa e três centavos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Paribas, destinada ao financiamento integral do custo da importação de equipamentos e serviços a serem fornecidos pela empresa francesa Aérospatiale; e

– Projeto de Resolução nº 145, de 1995, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de doação junto ao Governo do Japão destinada a assistência técnica no âmbito do projeto de descentralização de transportes urbanos em cidades de médio porte, no valor equivalente a cento e trinta e seis milhões e quatrocentos mil ienes.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretária, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperdião Amin. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com muita alegria

que registro, para constar dos Anais desta Casa, o aniversário do jornal **Gazeta de Sergipe** que, no dia 13 de janeiro último, completou 40 anos de circulação ininterrupta.

A característica principal do jornal **Gazeta de Sergipe**, ao longo de sua existência, tem sido a combatividade nas questões relacionadas com o desenvolvimento do Estado, a defesa da ética e o combate à corrupção.

A **Gazeta de Sergipe** teve como fundador o combativo jornalista Orlando Dantas, ex-Deputado Federal, corajoso e inflexível em todos os momentos de decisão, nos quais estivessem em jogo os supremos interesses do Estado e a defesa de suas idéias.

Graças ao poder de sua pena e aos seus escritos vigorosos na **Gazeta**, Orlando Dantas, com o fascínio de sua inteligência, conseguiu transformações de cunho social, político e econômico, incutindo nos governos de sua época a adoção de métodos de trabalho e a realização de programas que confirmassem o pensamento da sociedade sergipana, da qual procurou sempre ser seu fiel intérprete e defensor incontestável.

Nenhum tema importante nestes últimos 40 anos da vida dos sergipanos deixou de ser debatido pelo jornal **Gazeta**. A ênfase que se devia dar à agricultura, à industrialização do Estado, à fundação da nossa Universidade, à criação de uma infra-estrutura portuária – que se constituía num entrave ao desenvolvimento de Sergipe – foram assuntos que sempre povoavam as suas páginas diariamente, incentivando movimentos, estimulando o debate, conquistando adeptos em torno de suas idéias e também ferrenhos adversários. O certo é que a **Gazeta** nunca se omitiu de participar, de combater e sugerir. Por isso, tornou-se um jornal respeitado e um patrimônio vivo da sociedade sergipana.

Lançado em 1956 sob o título **Gazeta Socialista**, em 1958, afasta-se de seu vínculo partidário, assumindo a atual denominação.

A **Gazeta**, durante todo esse tempo de sua laboriosa existência, jamais deixou de ser um instrumento imparcial no trato dos assuntos que dizem respeito ao progresso do nosso Estado.

Impelidos pela filosofia futurista e libertária de seu fundador, as novas gerações que o seguiram tocando o jornal permanecem com o mesmo ideário e dão oportunidade e espaço à difusão do pensamento político mesmo divergente da linha adotada pela **Gazeta**, fato que tem contribuído para a elevação do debate, o surgimento de novas lideranças, em suma, para o fortalecimento da democracia representativa.

Hélio Dantas e Paulo Brandão Dantas como diretores do jornal, cada um na sua época, deram sequência ao trabalho de modernização do jornal, introduzindo novas tecnologias de composição gráfica, equipando-o com máquinas de impressão em **offset**, ingressando definitivamente na era da informática, colocando na sua redação modernos computadores "Pentium", interligados em rede, além de fazer uso de satélites para a recepção do noticiário das agências nacionais e internacionais.

O jornal **Gazeta de Sergipe** soube não apenas implementar os avanços tecnológicos, seguindo a trilha de ousadia e pioneirismo de seu fundador, como também convocar jornalistas que compõem o que podemos chamar de a nata do jornalismo sergipano, tais como Luiz Antônio Barreto, Diógenes Brayner, Cláudio Messias, Gilvan Emanuel, Sacuntala Guimarães, Pedrito Barreto e tantos outros profissionais e colaboradores que transformaram as suas páginas em leitura obrigatória de seus milhares de assinantes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, trago aos que fazem o jornal **Gazeta de Sergipe**, quando da comemoração dos 40 anos de sua fundação, a minha palavra de regozijo, de estímulo e confiança, almejando que continue a ser uma tribuna livre e independente em defesa dos ideais que fortalecem a democracia e a conquista de melhores dias para a sociedade sergipana.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é fácil definir uma hierarquia para as nossas crises sociais, segundo os seus valores de gravidade. As carências e os impasses se multiplicam em todas as direções. Emprego, saúde, educação, segurança pública e saneamento são direitos mínimos do cidadão, mas a realidade nacional mostra um quadro crítico em que tudo isso não passa de sonho para a grande maioria do nosso povo sofrido.

A sonhada sociedade do bem-estar é uma utopia distante e quando se fala dos números que refletem essas chagas sociais, tudo é grande e assustador neste País. Mas a dimensão desses problemas não é maior do que os potenciais desse grande País para superar as suas dificuldades.

Dentre todos esses males contra os quais devemos lutar para vencer, a crise dramática da Saúde é a que fala mais de perto as nossas angústias. Primeiro, porque é a essência do direito à vida. Segundo, porque na sua expressão social ela deriva de outras satisfações ou carências. Se faltam recursos, a rede hospitalar pública entra em colapso, como está acontecendo. Se falta emprego, quebram-se os elos do equilíbrio familiar e sobem as taxas das doenças mentais. Se falta saneamento, elevam-se os índices das enfermidades endêmicas. Como tudo isso é parte do nosso atual sofrimento, acho que não será exagero afirmar que a nossa sociedade está enferma.

Mão vou cometer a injustiça de afirmar que o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso está indiferente. Sei que o tamanho de todos esses desafios somados é maior que a capacidade de um Presidente ou de um mandato. O problema é que cada minuto de espera por soluções é um investimento nas estatísticas sinistras da morte. É uma guerra silenciosa que mata impiedosamente os que clamam por socorro, que são os mais pobres, e que estão proibidos de ficar doentes. É duro reconhecer, mas os mais carentes são tratados como lixo humano nos corredores hospitalares, sem ter para quem reclamar. Eu diria que é uma imagem escancarada de verdadeiros campos de concentração em tempo de paz. Então, Sr^s e Srs. Senadores, não há como deixar de registrar uma constatação única e definitiva: a questão da Saúde é uma questão de prioridade absoluta.

Como um cruzado, o Ministro Adib Jatene bate-se pela aprovação de um imposto antipático mas necessário. As denúncias de corrupção na rede privada dos hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde inibem a ação do Ministro na defesa da sua causa e multiplica as dúvidas de todo o Congresso sobre a eficácia dessa nova sangria no orçamento dos brasileiros. É uma encruzilhada cheia de indagações e de perplexidades, mas se a questão é de prioridade não há como fugir. Temos de tomar a direção da Contribuição sobre a Movimentação Financeira, com todos os seus custos políticos, mas tentando evitar-lhe desvios futuros.

É nesse sentido que quero manifestar o meu apoio ao Deputado José Pinotti, um homem público de tradicional vinculação com o setor de Saúde. Ele é autor de uma alteração que garante o uso descentralizado dos recursos oriundos do CPMF, contemplando exclusivamente a área pública de Saúde e as entidades filantrópicas. Sou radicalmente a favor da municipalização de tudo, e em todos os níveis. É o

prefeito que conhece os problemas de sua comunidade, por isso, deve ter autonomia para gerir os recursos, sem a influência nefasta dos escaninhos intermediários da burocracia, comprometida com todas as formas de vício.

Justificando a sua proposta, o Deputado afirma que ela tem motivações preventivas e atende às preocupações do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Adib Jatene com a recuperação do sistema público de saúde, através do uso dos R\$6 bilhões que seriam arrecadados com o CPMF. A preocupação do Deputado é no sentido de que, pela proposta original do Governo, distanciada dos discursos do Presidente e do Ministro, R\$5,5 bilhões seriam destinados à "assistência médica e odontológica", o que beneficiaria os hospitais privados, nada tendo de vinculação direta com a prevenção e com o sistema público de saúde.

O Sr. Ernandes Amorim – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA – Ouço V. Ex^a com todo o prazer, Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim – Nobre Senador, já exercemos a função de prefeito no Estado de Rondônia. E quando da discussão desse projeto, o Ministro da Saúde esteve no meu Estado. Lá, fiz S. Ex^a ver que, se o dinheiro arrecadado por este imposto novo for colocado nas mãos do empresariado ligado à Saúde, dificilmente os problemas da municipalização, do serviço público de saúde serão resolvidos. Até porque, quanto à questão da saúde na municipalização, os recursos administrados no serviço público atendem a uma quantia maior de pessoas. Ao jogar o dinheiro na área empresarial, corre-se o risco da visão do lucro, de se deixar a população sem atendimento. Os recursos hoje são muito maiores do que em 1990 e 1992. Mesmo sendo maior o número destes recursos, se isso vier a ocorrer, o atendimento será precário. Os nossos hospitais caminharão para a falência. Louvo o pronunciamento de V. Ex^a em apoio ao Deputado José Pinotti.

O SR. MAURO MIRANDA – Muito obrigado, nobre Senador.

Quando a Constituição instituiu o Sistema Único de Saúde, fez prevalecer uma nova política de atendimento descentralizado, de inspiração municipalista. Oito anos depois, o que estamos assistindo é completamente diferente. Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, apenas cerca de oitocentos estão com os seus programas locais implantados, e em boa parte deles faltam recursos para implementar os atendimentos locais. Os procedimentos dita-

dos pelo Ministério da Saúde são excessivamente burocratizados, e creio que está faltando também uma campanha de massas para orientar os prefeitos e motivá-los com garantias objetivas sobre as contrapartidas da União.

O Sr. Nabor Júnior – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA – Ouço V. Ex^a com prazer, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior – Senador Mauro Miranda, o discurso que V. Ex^a está proferindo, na sessão de hoje do Senado Federal, é da maior oportunidade, porque trata de um tema que aflige toda a população brasileira. Avalio que, hoje, a preocupação do cidadão comum, do homem do povo, é muito mais com a saúde do que mesmo com a educação, porque a educação está bem desenvolvida no País. Existem escolas na zona urbana e na zona rural, e é muito mais fácil manter uma escola do que um posto de saúde. Para manter um posto de saúde são necessários profissionais especializados, e as escolas, até mesmo com pessoas leigas, no curso de alfabetização, podem funcionar em regiões distantes da zona rural. Então, hoje, considero que o problema de saúde é aquele que mais desperta interesse da população brasileira. Por essa razão, o discurso de V. Ex^a merece todo o nosso respeito, acatamento e as providências por parte das autoridades que tratam deste setor. V. Ex^a, no tópico do seu discurso, abordou muito bem o problema da medicina preventiva. A meu ver, esses recursos que forem arrecadados por essa contribuição sobre a Movimentação Financeira, objeto do projeto aprovado aqui no Senado, e que se encontra, no momento, em tramitação na Câmara dos Deputados, deveriam ser destinados mais às ações preventivas de saúde – saneamento básico nas cidades e na zona rural-, para evitar que a pessoa adoça, pois a medicina curativa é muito mais cara. No Brasil, nos últimos tempos, quase todos os recursos arrecadados ou alocados no Orçamento da República e no Orçamento dos Estados e Municípios têm sido destinados aos hospitais, às clínicas curativas, ou seja, em prol daquelas pessoas que já adoeceram. Chegou, no entanto, o momento de nos preocuparmos muito mais com a medicina preventiva, com ações relacionadas com água, esgoto, saneamento básico etc, para evitar que a população adoça e o Estado, a um custo muito mais elevado, tenha que curá-la. Parabenizo V. Ex^a pelo excelente pronunciamento que está fazendo, aqui, no Senado Federal, a respeito do problema da Saúde no Brasil.

O SR. MAURO MIRANDA – Muito obrigado, Senador Nabor Júnior. Agradeço o reforço a nossa tese de destinar grande parte dos recursos provenientes do CPMF ao setor público e aos hospitais filantrópicos.

Prossigo, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores:

A municipalização da saúde é norma constitucional, mas não acontece por falta de decisão política. O Ministério alega dificuldades criadas por alguns governos estaduais, que preferem a centralização das decisões nas respectivas secretarias, como forma de concentrar poder político. Muitas prefeituras estariam evitando receber os repasses diretos, para não assumirem responsabilidades diante da escassez dos valores transferidos. Acho que tudo isso tem que passar por um debate aberto e urgente, para a plena identificação das responsabilidades, porque o cidadão humilde que morre por falta de assistência não tem nada a ver com as nossas mazelas.

Enquanto sofremos com esses desencontros, temos em todo o País cerca de 1.700 obras de postos, ambulatórios e hospitais que estão paradas, à espera de recursos para a sua conclusão. É de aproximadamente 100 o número de hospitais inacabados. E a grande maioria dos hospitais públicos que já existem estão sucateados ou fechados, como a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. É um drama de proporções espantosas, num País em que o investimento anual *per capita*, no setor de Saúde, não chega aos US\$100. Estamos abaixo da Argentina, do Chile, do Peru e de outros países da América Latina, que investem de US\$250 a US\$300. Isso para não falar em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que têm um orçamento de US\$1.500 anuais por habitante.

Outro fato contristador e alarmante é a relação entre a população garantida por seguros de saúde e a que está fora desse sistema. São 30 milhões de brasileiros que participam de um universo privado equivalente a R\$6 bilhões, pelos números do ano passado. Para os outros 120 milhões de dependentes do SUS, o Orçamento Público foi de apenas R\$7 bilhões. São cifras eloquentes que mostram a falência da Saúde dos brasileiros e as razões para o desmoronamento do setor público. Reconheço o poder de influência política dos grandes conglomerados hospitalares e das prósperas empresas do seguro-saúde. Mas acho também que apontar esses gigantes privados como bodes expiatórios de nossos problemas é querer tapar o sol com a peneira. É o mesmo que acontece com a Educação. Se o Poder Público não ocupa o seu espaço, oferecendo servi-

ços eficientes, esse espaço será ocupado pelo setor privado, que oferece a qualidade como atrativo e o lucro como resultado. É a lei natural dos fatos.

Esta é a minha contribuição para o debate sobre a questão mais crucial destes tempos de horizontes invisíveis para os brasileiros que estão abaixo dos limites mínimos de dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, está sendo realizada uma importante reunião em Davos, Suíça, talvez uma das mais significativas do mundo moderno, com o intuito de debater as questões básicas da sociedade.

Há pessoas que lamentam a ausência do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Até avalio que Sua Excelência deveria ter ido. Mas ele já está viajando tanto, no que acho que está certo. Sou um dos que defendem que se temos um Presidente da República com a projeção, conhecimento e repercussão mundial do nosso Presidente, devemos aproveitar esses atributos no sentido de abrir as fronteiras do Brasil. Alguns insistiram na idéia de que Sua Excelência deveria estar nessa reunião. Mas, na verdade, vindo da China e indo para a Índia, Sua Excelência não pôde ir a uma reunião que era da maior importância.

Quero trazer aqui, Sr. Presidente – e vou entrar com requerimento nesse sentido – a proposta que a Juíza Denise Frossard fez naquele Congresso. Sou um fã incondicional dessa senhora. Ela mostrou que as coisas podem ser feitas, que não adianta criticar e esperar que os milagres venham de outros setores. Quem quer fazer faz. Se tivéssemos, no Brasil, muitas "Denises", a situação seria diferente. Não adianta dizer que o Poder Judiciário não funciona por essa ou aquela razão. De nada adianta os Ministros do Supremo responderem que falta isso ou aquilo. A Dr^a Denise mostrou que pode fazer. E fez aquilo que era praticamente impossível: mexer com o jogo do bicho. E não o fez prendendo os bicheiros. É até ridículo pegar os coitadinhos dos bicheiros e botar na cadeia. Quando a Polícia toma esse tipo de atitude, o faz para depois conseguir mais dinheiro. Mas os chefes nunca tinham ido. Ela os botou na cadeia. Ela teve atuação.

Lembro-me de quando fui Governador de Estado. Eu, como todos os governadores, tinha um programa semanal: "Os gaúchos e o Governador". No

meu primeiro programa, eu dizia o seguinte: Quero comunicar ao Rio Grande do Sul que a partir de hoje o jogo do bicho está liberado no Estado. Nenhum brigadeiro, nenhum policial tem autoridade de prender ninguém por causa do jogo do bicho. Se o Governo tiver uma forma posterior de estudar o que fazer, vamos analisar. Mas esta de prender bicheiro para depois ganhar comissão, no meu Governo, não vai haver.

E não houve, graças a Deus. Passei a ter problema com a Polícia, meu Deus do céu! Porque o salário complementar deles desapareceu. De repente, aqueles que viviam com um salariozinho e levavam uma vida de rei com a suplementação que recebiam passaram a ter que viver com aquele salariozinho. Mas foi feito.

Eu, Pedro Simon – aliás, disse isso ao Sr. Itamar Franco – tenho todo o carinho e respeito por Maurício Corrêa, um grande jurista, um grande Senador, um grande Ministro, mas o meu candidato a Ministro era a Juíza Denise Frossard. Aliás, está na hora de colocar uma mulher no Supremo. É ridículo que, no Brasil, não haja uma mulher no Supremo. As mulheres estão avançando. Aqui, no Senado, o Senador Bernardo Cabral, com o seu conhecimento jurídico, manifestou-se favoravelmente à obrigatoriedade de 20% de mulheres na chapa. Isso é inconstitucional, porque, se todos são iguais perante a lei, um não pode ter um direito que o outro não tem. É muito simples, Senador Cabral. Então, vamos fazer o seguinte: vamos acrescentar na Constituição que nenhum sexo pode ter menos do que 20% de representantes, porque estaríamos cumprindo a lei, atendendo às mulheres e já garantindo que daqui a 20 anos, quando as mulheres começarem a tomar conta, nós não teremos que dar entrada em um projeto de lei assegurando que 20% teriam de ser de homens. No Rio Grande do Sul, nos últimos concursos, os quatro primeiros lugares na magistratura foram ocupados por mulheres.

O que disse a Sr^a Denise na reunião na Suíça?

"A juíza brasileira Denise Frossard apresentou ontem proposta para combater a corrupção no Brasil: a criação de uma agência composta de representantes do governo e do setor privado ou da sociedade civil.

A agência teria "a tarefa de verificar e assegurar a boa-fé e honestidade dos acordos entre o setor privado e entidades governamentais", explicou a juíza, conhecida por ter mandado para a cadeia os principais bicheiros do Rio.

Em casos suspeitos, a agência examinaria a necessidade de aprofundar as investigações, inclusive quebrando o sigilo bancário e fiscal e a privacidade das comunicações dos envolvidos.

A proposta de Frossard foi apresentada em debate sobre corrupção no Fórum Econômico Mundial, maior assembléia de personalidades públicas, empresariais e acadêmicas do mundo.

Logo após a exposição da juíza, o advogado norte-americano David Lyman citou relatório que torna a proposta ainda mais urgente.

O Brasil é o quinto país mais corrupto do mundo ou, ao menos, de uma lista de 41 países preparada pela Transparência Internacional, respeitada organização não-governamental alemã."

O Sr. Emandes Amorim – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Só um minuto, nobre Senador Emandes Amorim. Vou completar a leitura e, em seguida, darei o aparte a V. Exª.

"A percepção de que há corrupção no Brasil foi reforçada no ato pelo empresário canadense William Turner Júnior, presidente de uma holding de investimentos.

Ele se queixou de que, para fazer passar equipamento industrial de impressão pela alfândega brasileira, cobravam-se propinas."

O chefe de uma holding canadense disse, numa reunião internacional, que para fazer entrar artigos da sua empresa no Brasil ele precisa pagar propina.

"Além de sua proposta, Frossard lamentou que o Brasil ainda não tenha criado a estrutura legal para punir lavagem de dinheiro proveniente de atividades ilícitas.

O país é signatário da Convenção de Viena (1988), que define como crime o uso e tráfico de drogas e "as atividades relacionadas com o negócio da droga, a principal das quais é a lavagem das imensas riquezas daí derivadas. Mas falta a tipificação legal, ou seja, descrever como é o crime, sem o que não pode haver pena.

Não é um problema só brasileiro. "Não há ainda padrões, convenções ou

acordos internacionalmente sancionados contra suborno ou extorsão", diz Lyman. O único regulamento em vigor é o norte-americano: o Ato sobre Práticas Corruptas no Exterior, de 1977".

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte ao Senador Emandes Amorim.

O Sr. Emandes Amorim – Senador Pedro Simon, sou um dos seus admiradores, pela maneira, pela coragem como V. Exª leva a sério as questões problemáticas deste País. Quando V. Exª fala do jogo do bicho, lembramo-nos que foram presos contraventores, mas além de prender, faltou à Juíza encorajar esta Casa a aprovar projeto que viesse a liberar os cassinos e o jogo de bicho no Brasil. Quando Governador, V. Exª liberou essas atividades, o que foi uma tomada de posição coerente. V. Exª liberou uma coisa que já é liberada no País, porque todos sabem da existência do jogo do bicho.

O SR. PEDRO SIMON – Liberei porque era a forma delas continuarem existindo sem corromper a minha Polícia.

O Sr. Emandes Amorim – Se todos tivessem a mesma coragem e deixassem a hipocrisia de lado, o jogo do bicho e os cassinos já estariam funcionando no Brasil livremente, sem corromper as pessoas, a Polícia e as autoridades envolvidas nesse sistema. Temos um projeto na Casa, desde o ano passado, que passou por dois ou três Senadores que não tiveram coragem de relatá-lo; e, se o relatarem, vão ser contra a aprovação da liberação desses jogos no Brasil. A liberação geraria impostos a serem investidos na Saúde, na Educação e em outros setores. No Brasil ainda falta muita coragem a quem tem que tomar posição, coragem que V. Exª teve, no seu Governo, de liberar o jogo do bicho e outros jogos no seu Estado. Por isso, parabênizo V. Exª por esse seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON – Nobre Senador, agradeço a V. Exª, mas tenho a obrigação de fazer um esclarecimento: não tenho posição sobre proposta que venha a tramitar nesta Casa para liberar ou não o jogo do bicho. O que eu fiz, no meu Governo, foi dizer: a Polícia não vai mais atrás de quem está envolvido com o jogo e ninguém precisa dar propina à Polícia para não ser preso. Porque, na verdade, o que existia era isso: era um esquema com uma caixa por trás, e uma montanha de dinheiro era coletada para que a Polícia não prendesse. E eu disse: – Ninguém vai ser preso mais; se algum policial, hoje, chegar num local de jogo e disser para alguém lhe dar dinheiro, senão vai preso, a pessoa pode responder

que não dá dinheiro e que não pode ser presa, porque o Governador não deixa. Foi isto que eu fiz.

Mas eu vejo que a minha felicidade, hoje, é boa, porque o meu querido Presidente Iris Rezende está aqui. Dr. Iris Rezende, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quero fazer um apelo a V. Ex^a: peço a V. Ex^a que faça – e vou apresentar a proposta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – um convite à Sr^a Denise Frossard para que vá à Comissão e, perante ela, faça a análise e apresente a proposta que ela defendeu na Suíça.

Na Suíça, ela expôs a tese de que a corrupção no Brasil é muito grande e apresentou a proposta de criação de um fórum, no qual haveria a presença da sociedade e através do qual seria feita a fiscalização.

Eu acho que não seria possível que uma senhora do prestígio da Dr^a Denise Frossard tivesse condições de apresentar uma proposta dessas lá na Suíça – ela falou do seu País lá na Suíça –, dizendo que há corrupção no Brasil e, nós, do Senado, não a convidássemos para vir aqui nos dizer qual é a sua proposta. Ela apresentou uma proposta – V. Ex^a está chegando agora e eu lhe darei uma cópia da matéria sobre o assunto – em que ela fala da constituição de uma Comissão composta de integrantes da sociedade e do Governo para fazer a fiscalização das denúncias que envolvem corrupção. Ela estava fazendo um aparte – repito – a um empresário muito importante do Canadá, que disse que no Brasil, hoje, se cobra propina, que ele não pode fazer com que os seus produtos cheguem ao Brasil sem pagar propina. Esta é uma afirmativa, feita num congresso mundial, por um empresário importante.

Portanto, faço este apelo a V. Ex^a. Creio que posso considerar feita a V. Ex^a a solicitação de que, na próxima reunião da nossa Comissão, seja apresentada à Comissão a proposta de se convidar a Juíza Denise Frossard para expor a tese que ela defendeu na Suíça. Posso contar com V. Ex^a?

O Sr. Iris Rezende – Quero, ilustre Senador Pedro Simon, louvar a atitude de V. Ex^a, que se preocupa realmente com o conceito do nosso País. Todos nós, na verdade, temos a responsabilidade, muito grande, de fazer do Brasil um país altamente conceituado diante dos demais países. Peço que na próxima reunião V. Ex^a formalize essa proposta. Tenho certeza de que a Comissão não negará essa providência. Agora, eu gostaria de salientar, aproveitando esse pronunciamento tão importante nesta manhã de sexta-feira, que, na verdade, o Parlamento brasileiro precisa procurar ca-

minhos que nos levem a, se não banir, pelo menos conter essa onda de corrupção que se observa em todas as áreas da atividade humana. Não é apenas na vida pública. A corrupção existe na iniciativa privada, existe por todo o lado.

O SR. PEDRO SIMON – Em todo o mundo.

O Sr. Iris Rezende – V. Ex^a é um homem extremamente calejado, vivido e sabe que a vida pública leva o homem a ter uma visão mais abrangente dos problemas. Creio que parte considerável da corrupção que se observa neste País deve-se à impunidade.

O SR. PEDRO SIMON – Estou 100% de acordo com V. Ex^a.

O Sr. Iris Rezende – Essa questão mexe diretamente com o Parlamento brasileiro. É preciso que o Congresso brasileiro tenha coragem cívica suficiente para instituir uma legislação que coloque realmente os corruptos na cadeia; uma legislação que não ofereça, a título de liberdade de defesa, oportunidade para que se leve os processos criminais de "barriga" e, ao final, ninguém ou quase ninguém chegue às grades. Entendo que falarmos sobre o Brasil é um direito que temos para despertar a consciência nacional, mas não aceito que nenhum brasileiro venha a desmerecer o Brasil lá fora em acontecimentos internacionais. Lá, devemos defender de unhas e dentes as nossas cores. Mesmo repudiando a atitude da Sr^a Juíza, sou favorável que ela venha aqui para, quem sabe, trazer mais luzes, a fim de que o Senado Federal possa, na verdade, assumir uma posição prática na busca de um caminho que nos leve a banir a corrupção no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Fico feliz quando diz V. Ex^a que vai aceitar o requerimento de convocação da Sr^a Juíza, o qual entregarei ainda hoje.

Entendi o que V. Ex^a disse, mas tenho certeza que -perdoe-me- V. Ex^a não foi feliz ao interpretar o seu pensamento. Não perdoo que um cidadão brasileiro, uma autoridade brasileira, lá fora, ao dar uma entrevista, ao debater no exterior, fale mal do seu país.

Viajei pelo Brasil muitas vezes, inclusive na época da ditadura, e nunca falei, nas entrevistas, nos debates a que era chamado, sobre a questão brasileira. Aqui no Parlamento é diferente. Este é um fórum para discussões, onde cada um apresenta as dificuldades do Brasil. Nosso objetivo aqui não é o de denegrir; é no sentido de buscar a fórmula para solucionar nossos problemas.

Quando a FAO se reúne para discutir o problema da fome, se chegar lá um representante do Bra-

sil, essa pessoa não vai falar mal do Brasil. Eu, como Ministro da Agricultura, tive a oportunidade de participar de uma reunião dessas chefiando a delegação brasileira: falei sobre o problema da fome, mas não denegri o meu País. Mostrei as dificuldades por que passava meu País e apresentei soluções que havíamos encontrado, inclusive falei sobre o Programa do Leite, do Presidente José Sarney, além de citar outros programas que tínhamos para combater a fome.

Com todo respeito, divirjo de V. Ex^a. Denegrir o Brasil é sair por aí falando mal do nosso País em reuniões no exterior para querer aparecer.

Em um congresso mundial, que tem por objetivo levantar os problemas e as dificuldades por que o mundo passa, creio que ali é o fórum absolutamente justo para se fazer o debate.

A Sr^a Denise Frossard não denegriu o Brasil, não falou mal do Brasil, não ofendeu o Brasil. Entre os vários debates que aconteceram, ela chamou a atenção para essa questão, ela não disse que era é um problema só do Brasil, ela disse que era um problema mundial. Ela falou: há corrupção no mundo inteiro, inclusive no meu País.

Tenho certeza de que o Senador Iris Rezende não teve essa intenção, talvez porque não tenha assistido ao início do meu pronunciamento. Digo a V. Ex^a: a Sr^a Denise Frossard não denegriu a imagem do Brasil lá fora. O que aconteceu foi que, num congresso mundial para discutir os problemas e as dificuldades do mundo, ela foi convidada para falar sobre a sua especialidade: o combate à corrupção.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte ao nobre Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um tema que tem sido tratado várias vezes aqui no plenário do Senado. O Brasil ocupa uma posição incômoda nesse ranking da corrupção mundial. A corrupção é um fenômeno endêmico, está presente no mundo todo. É claro que não podemos – por detectarmos essa realidade – nos acomodar. Precisamos ter instrumentos, mecanismos ágeis para resolvermos essa questão, que é grave. Creio que a Juíza Denise Frossard está propondo um mecanismo institucional para reduzir esse problema, que é grave, que é sério e que nos incomoda bastante.

O SR. PEDRO SIMON – Aliás, ela fez essa proposta para o Brasil e para outros países do mundo.

O Sr. Lúcio Alcântara – Exatamente. A aquiescência, ou melhor, a concordância do Senador Iris Rezende com a proposta de V. Ex^a, vai permitir que ela venha aqui e apresente, objetivamente, a sua idéia. Recordo-me que o Secretário de Justiça de São Paulo, na época, Manoel Alceu, teve uma idéia interessante, acho que chegou a ser, inclusive, convertida em decreto pelo governador de São Paulo – já vou concluir, para que V. Ex^a não seja um passageiro retardatário do avião –, permitindo a presença de representantes da sociedade civil nas comissões de licitação – permitindo não, determinando. Havia um representante da associação das empresas de obras públicas, um representante da Ordem dos Advogados e assim por diante, não deixando que essa comissão fosse constituída somente por integrantes da Administração Pública. Penso que essa pode ser uma alternativa para tornar mais transparentes e mais claras as concorrências públicas.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço. Sei que mais Senadores gostariam de me apartear, mas tenho que sair, pois tenho um compromisso. Peço desculpas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Continuando a lista de oradores, concedemos a palavra ao Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Lúcio Alcântara pela cessão. Gostaria de aproveitar, Senador Pedro Simon, antes de sua saída, de lembrá-lo do projeto que cria a figura do ombudsman, razão de um debate prolongado na TV Rede Vida, em que um advogado expunha o projeto. E o Senador Bernardo Cabral estava conosco na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando aprovamos a proposta alterando a subordinação do ombudsman, da Presidência da República para o Ministério da Justiça.

Venho a esta tribuna também para fazer um apelo aos Srs. Senadores dos antigos Territórios, hoje Estados. Vejo presentes os Srs. Senadores Nabor Júnior e Emandes Amorim. O Senador Mauro Miranda fez um discurso importante esta manhã, nesta Casa, referindo-se aos problemas que a sociedade enfrenta: S. Ex^a citou a segurança pública. E também refiro-me a algumas questões levantadas pelo Senador Pedro Simon sobre a corrupção na Polícia. Ele dizia que quando fechou as portas para que os policiais tivessem acesso aos apontadores do jogo do bicho, e não aos donos das bancas, para

completar seus salários. Tenham a certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que ouvi com muita amargura. Naquele instante pensei em solicitar um aparte, mas, contando com a cessão do Senador Lúcio Alcântara, preferi vir a esta tribuna. Não o fiz para defender os policiais, uma vez que sabemos – e a imprensa vem denunciando ao longo desses últimos anos – do avanço da corrupção na atividade policial. Amargura-nos saber que hoje a corrupção não se resume simplesmente no policial que recebe um envelope com dinheiro do jogo do bicho; há policiais que integram as quadrilhas de assaltantes e de seqüestradores.

Temos que criar consciência de que aqueles que são policiais por vocação não aceitam que as dificuldades os levem para o caminho fácil do crime. Não podemos, nesta Casa, nos esquecer de que essa é uma profissão digna e como tal deve ser reconhecida. O Senador Iris Rezende já se referiu, em seu aparte ao Senador Pedro Simon, aos baixos salários, às horríveis condições de trabalho e às enormes barreiras, criadas pela própria legislação, para enfrentar o crime organizado.

Temos, nesta Casa, tentado – e vejo uma vontade férrea por parte dos Srs. Senadores em fazê-lo – corrigir a legislação para que realmente os que praticam o delito possam ir para a cadeia a fim de cumprirem as penas a que, a juízo do Poder Judiciário, forem condenados. Sabemos que, às vezes, baseados na Lei de Execuções Penais, eles não cumprem nem 1% dessas penas. Novamente nas ruas, voltam a delinquir com muito mais gravidade.

Fiz uma referência aos Senadores dos ex-Territórios. Faço um apelo ao Ministro da Justiça e ao Ministro Serra, do Planejamento: não se pode tratar os policiais dos Territórios com discriminação; deve-se buscar, no mínimo, uma aproximação entre os salários dos Delegados da Polícia Federal e dos Delegados do Distrito Federal.

Os Delegados e a Polícia do Distrito Federal tiveram, nesta Casa, a aprovação do seu projeto, que foi sancionado. O da Polícia Federal encontra-se paralisado, uma vez que lhe foi retirado o regime de urgência urgentíssima. Isso aconteceu em razão de emenda – diga-se de passagem justa e correta – do Senador Gilvam Borges.

Esclareço que interrompemos o projeto dos policiais dos ex-Territórios, para tentarmos negociar com o Governo um projeto que atenda melhor às reivindicações desses policiais.

Poderíamos – e esse é o apelo que faço – retirar a emenda do Senador Gilvam Borges, para que

se desse prosseguimento e se pudesse aprovar o projeto da Polícia Federal.

Hoje recebi uma nota que dá conhecimento dos salários recebidos pelos novos policiais da Polícia Federal. É importante salientar que os que militam há muitos anos, em virtude de benefícios oriundos de decisões judiciais, estão com um bom salário. Mas os novos, os recém-nomeados não vão suportar permanecer na carreira se persistir essa dificuldade na aprovação de seu projeto. Não vão suportar até que essa lei que veio ao Plenário do Senado seja aprovada, revogando a Lei nº 9.014 e estabelecendo um salário uniforme. Hoje, um delegado de polícia recém-nomeado está ganhando cerca de R\$700, menos, portanto, que um perito, um agente que teve os benefícios anteriores de uma gratificação temporária de 70%.

Este é o apelo que faço a V. Ex^{as}: é importante que possamos dar aos policiais federais, como damos aos policiais do Distrito Federal – temos que lutar para que o benefício seja estendido aos policiais dos ex-Territórios –, condições dignas de vida, uma vez que os policiais civis e militares do Estado brasileiro vivem em condição de miséria por conta de salários aviltantes que ganham e que envergonham qualquer profissão.

Estendo este apelo aos Srs. Governadores de Estado, no sentido de que revejam os salários e as condições de trabalho dos policiais. O fato de se corromperem não justifica, mas muitas vezes o fazem movidos pela amargura decorrente da carência de alimentação em seus lares.

O Sr. José Roberto Arruda – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. José Roberto Arruda – Nobre Senador Romeu Tuma, peço o aparte a V. Ex^a, que conhece tão bem a matéria, para dizer que estou de acordo com a idéia de que o projeto, já em tramitação na Casa e do qual V. Ex^a é o Relator, não só resolve o problema angustiante dos salários da Polícia Federal como corrige distorções e permite que o Governo Federal faça os pagamentos de forma legal.

Na verdade, parte considerável do pagamento dos policiais da Polícia Federal é questionada em relação a aspectos legais, porque esses aumentos decorreram de liminares, não tiveram seu mérito julgado. O projeto a que V. Ex^a se referiu põe fim a essa questão, cria um novo plano de cargos e salários, equilibra, faz justiça à distribuição de salários nas carreiras. E isso dá tranquilidade à Polícia Federal. O mesmo se aplica à polícia dos ex-Territórios.

O projeto da Polícia Civil do Distrito Federal, do qual V. Ex^a foi também o Relator - ontem, o Presidente da República sancionou a lei -, embora traga para alguns policiais até certa diminuição de salário, comparando-se com o que vinham recebendo nos últimos meses, tem duas vantagens: a primeira delas é que resolve definitivamente o problema de cargos e salários, ou seja, acabam as pendências jurídicas; a segunda, permite a contratação dos delegados e agentes já concursados, o que melhora a segurança pública na Capital do País. Espero que V. Ex^a tenha êxito e possa, quem sabe na próxima semana, já colocar em pauta esse assunto. Dessa forma, será solucionado um problema que não angustia apenas a Polícia Federal, mas a todos os que se preocupam com a segurança pública no nosso País.

O Sr. Emandes Amorim - Permita-me um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA - Vou conceder a V. Ex^a o aparte e, depois, respondo aos dois Srs. Senadores.

O Sr. Emandes Amorim - Nobre Senador, sou Senador por um Estado, um ex-Território entre os outros da Região Norte. Chegamos àquele Estado há 20 anos, quando se passava 12 dias na estrada para ir de Cuiabá a Porto Velho - hoje se faz o mesmo trajeto em 12 horas. Lá encontrei esses policiais já trabalhando. Policiais que se sacrificaram, que para lá foram em uma das épocas mais difíceis da Região Amazônica. Hoje esses policiais estão à margem, sem o seu devido prestígio, sem o pagamento justo dos seus salários. No entanto, aqui, na Capital e em outros centros, os policiais ganham mais. Deveria haver igualdade em relação àqueles que, como disse, tanto sofreram. A meu ver, a emenda do Senador Gilvam Borges é oportuna. Sabemos que V. Ex^a é o carro-chefe nessa área policial. Suas palavras e o seu apoio não só à Polícia Federal, aos ex-militares e ex-policiais dos Territórios Federais são muito importantes. V. Ex^a diz que um policial federal, um delegado ganha R\$600 por mês. Ora, é nesse caso que se pode constatar a falta de responsabilidade e critério das autoridades competentes. Como um delegado de polícia, um policial, trabalhando de graça, vai ter a boa vontade, a coragem de expor a sua vida, de enfrentar as dificuldades que a profissão lhe impõe? Enfrentar criminosos, traficantes, o crime, em geral, para ganhar R\$600 por mês? Não é possível. Cabe, portanto, neste momento, o apoio deste Congresso e o desta Casa para que esse projeto possa ser aprovado o mais rápido possível, a fim de dar melhoria e igualdade salarial, tomando-o compatível com a categoria.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) (Fazendo soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA - Já estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência vai prorrogar a Hora do Expediente por mais quinze minutos para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento, tendo em vista que a Senadora Marluce Pinto irá usar da palavra antes da Ordem do Dia.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço a V. Ex^a.

Antes de concluir, gostaria de lembrar à Casa que, juntamente com o Senador José Roberto Arruda, lutamos pela aprovação do projeto da Polícia do Distrito Federal, oportunidade em que houve um impasse com emendas e V. Ex^{as} somaram argumentos para que se abrisse mão de algumas emendas a fim de aprovar o projeto. V. Ex^{as} estavam certos. O projeto agora anunciado foi sancionado pelo Senhor Presidente da República, o qual estabiliza uma situação difícil.

À época, levei ao conhecimento do então Ministro da Justiça, Senador Bernardo Cabral a angústia que tomava conta da Polícia Federal em razão da falsa isonomia criada pela Constituição de 1988, onde o conflito, por decisão judicial, se instalava na nossa família, já que agentes e delegados se enfrentavam, criando um clima de não-operacionalidade da própria Polícia. Isto se arrastou até há pouco tempo. Agora a Justiça vem corrigindo, oferecendo algumas vantagens, e os governantes, sensíveis a isso, procuram ajustar os salários.

Agradeço ao Senador Emandes Amorim o aparte. Tem razão V. Ex^a, principalmente porque já sujou seus pés no barro das estradas do antigo Território e, portanto, conhece bem o trabalho de um policial, o que, às vezes, nem mesmo a sociedade civil organizada conhece. Mas, a respeito da emenda, consultei a Assessoria Jurídica da Casa, e eles me mostraram - com vários argumentos - a sua inconstitucionalidade por criar despesas ao Governo, que teria de vetá-la. Agora, estamos lutando para que essa emenda seja retirada e que as vantagens sejam realmente colocadas num projeto especial para os policiais e os territórios.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Romeu Tuma, V. Ex^a sabe que sou um defensor da Polícia

Federal. Entendo mesmo que ela é injustiçada. Aliás uma das poucas instituições onde a corrupção não grassa como em tantas outras que conhecemos. E quando um ou outro integrante da Polícia Federal é apanhado num ato desonesto, a tentativa é de se manchar toda a corporação. E, não raro, a chefia toma providência para ou demitir ou levar a inquérito, a fim de que seja ampla a possibilidade de defesa. Quero dizer que, como V. Ex^a, na altura liderava seus companheiros, tenho a alegria de ter contribuído para a institucionalização da Polícia Federal na Constituição Federal de 1988. Foi a partir daí que começaram a se definir as regras da competência e da atuação da Polícia Federal. V. Ex^a, agora, continua, no Senado Federal, a luta para que se dêem condições, e isso precisa ser dito, para que essa Polícia – da qual tanto se exige, mas cujos claros até hoje não foram preenchidos através de concurso, pelo qual V. Ex^a sempre se bateu, dado um contingente diminuto para uma responsabilidade tão grande – possa atuar. Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, por mais uma vez estar abraçando a defesa justa da Polícia Federal na mais alta tribuna do Legislativo.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço V. Ex^a. Sou testemunha de que todas as reivindicações, durante a sua gestão no Ministério, foram atendidas e, muitas vezes, lutamos lado a lado para consegui-las junto aos órgãos que gerenciam a economia brasileira.

Mas não poderia encerrar, Sr. Presidente, sem fazer referência a um procedimento que, sinceramente, me preocupou e me angustiou na manhã de hoje.

A **TV Manchete** apresentou, em um dos seus programas, o Presidente da Ordem dos Advogados e uma senhora, mãe de uma usuária de drogas que, em razão de seu consumo, veio a falecer.

Os jornais – **Correio Braziliense**, **Folha de S. Paulo**, **O Globo**, **Jornal do Brasil** e **Jornal de Brasília** – referem-se à uma colocação feita por D. Ruth, a quem, preliminarmente, quero cumprimentar pelo grande trabalho que vem desenvolvendo à frente da Comunidade Solidária e à sua sensibilidade para com os problemas sociais do País. Mas, creio, – inclusive conversava com o nobre Senador Bernardo Cabral e S. Ex^a também manifestou a mesma impressão – que não tenham sido bem interpretadas as colocações que D. Ruth fez no Programa Livre, transmitido pela SBT. Até porque a chamada é que D. Ruth quer e defende a "descriminalização da maconha". Sr. Presidente, há uma interpretação errônea. Provavelmente com o debate do projeto do nobre Deputado Elias Murad, um estudioso do uso de

drogas e as suas conseqüências – e essa mãe também dizia que o acesso às drogas foi que facilitou a entrada da sua filha nesse mundo tão hostil à juventude, vindo a falecer, e ela, hoje, é uma lutadora contra o tráfico e uso de drogas –, entendo que esse projeto é que tem feito algumas confusões. O que o Deputado quer é uma pena restritiva dos direitos civis, onde o cidadão, que é comprovadamente usuário e não participa do tráfico, possa realmente ter penas alternativas.

Sr. Presidente, segunda-feira, marquei um encontro com o dirigente da revista **IstoÉ** em razão da pesquisa que apresentou – da qual tenho minhas dúvidas quanto à interpretação da sociedade brasileira a respeito da liberação da maconha. Na minha campanha, andei pela periferia de São Paulo e mais de 90% da sociedade mais humilde me cumprimentava pela luta contra as drogas. Penso que essa sociedade não pode, de um momento para o outro, ter mudado sua maneira de pensar.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senador Romeu Tuma, vou fazer uma intervenção muito breve no discurso de V. Ex^a apenas para dizer que essa é uma questão que não podemos desconhecer por se tratar de um problema muito sério. O Brasil realmente está enfrentando essa dificuldade, que não é só nossa, mas do mundo inteiro. Vejo, nessa manifestação de D. Ruth, um lado positivo. É a primeira vez que uma Primeira-Dama resolve participar de um debate. Não podemos colocar isso para debaixo do tapete, fazendo-de-conta que não existe. Há dramas, como o caso dessa moça de Goiás, parece-me que filha da Secretária de Cultura do Município. Li a reportagem veiculada no **Correio Braziliense** e fiquei realmente tocado ao saber como se desenrolou o drama pessoal dessa moça. Há outros casos. O mesmo aconteceu com o irmão de um jornalista daqui de Brasília, aliás um violonista famoso no Rio de Janeiro, que terminou morrendo cedo, vítima da droga. Esse jornalista fez um relato tocante, também publicado no **Correio Braziliense**, sobre o drama pessoal de seu irmão. Portanto, esse problema está na ordem do dia. Temos que enfrentá-lo, discuti-lo e ouvir opiniões. V. Ex^a, sendo um expert nesse assunto, conhece a matéria em profundidade e, certamente, como o Professor Murad, Deputado Federal por Minas Gerais, trará grandes contribuições para esse debate. Já houve tentativas. A Holanda, por exemplo, adotou a descriminalização da droga e não re-

solveu o problema. Ao contrário, piorou. Ninguém tem uma receita pronta para isso, mas é preciso debater, discutir, ouvir as famílias dessas pessoas, eles mesmos, os drogados, ex-drogados. São tragédias terríveis que ocorrem nessas famílias pelo País inteiro. Então, Senador Romeu Tuma, traz V. Ex^a a discussão um assunto muito oportuno e importante. Acredito que a participação da Primeira-Dama tem esse sentido de mostrar que todos estamos preocupados com isto e que queremos discutir a matéria para avaliarmos qual a melhor solução.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço, Senador.

A minha colocação não é de crítica à Primeira-Dama. Pelo contrário. Acho que é importantíssimo que ela venha a debate, por ser mãe, por ser avó e porque conhece os problemas de família – o grande problema do uso de drogas é a desestruturação da família. Ela mais do que ninguém tem a obrigação de vir ao debate.

E V. Ex^a – e hoje o Senador Mauro Miranda – como médico, sabe que algumas questões na área de saúde têm que ser providenciadas. Porque como se vai fazer um tratamento de um usuário se ele, não sendo condenado a uma pena restritiva de liberdade, sai – o distrito faz reservadamente o registro para ter um acompanhamento posterior, ver se ele se recuperou – e ele volta para a rua sem nenhuma assistência médica, sem nenhum seguimento do Estado. Como ele fica? A saúde debilitada, praticamente desestruturada. Ela terá a necessidade de criar mecanismo de assistência e apoio aos usuários de droga, para que realmente o projeto do Deputado Elias Murad, com o qual concordamos, possa ter eficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

A SR^a MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, para uma comunicação inadiável.

A SR^a MARLUCE PINTO (PTB-RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tramita nesta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1996, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos ex-Territórios, já aprovado na Câmara dos Deputados.

Este projeto, infelizmente, não traduz os anseios nem faz justiça à classe dos policiais civis dos extintos territórios. Ao contrário, avilta seus direitos e fere acintosamente preceitos de nossa Carta Magna. Propõe uma inaceitável redução nos vencimentos da classe e revoga a Lei nº 7.548, de 1986, que garante isonomia salarial destes servidores com os policiais federais.

Por todos nós é sabido que a Constituição Federal, em seu art. 21, inciso 16, outorga aos policiais civis dos ex-Territórios a condição de servidores da União. Como tal, e como funcionários cedidos para servir nos novos Estados, devem obediência ao Governo Federal através de órgão competente que responde por suas ações. Tanto assim é que os próprios Governadores dos ex-Territórios não têm competência para, em caso de necessidade, prover a transferência ou a redistribuição desses servidores. Apenas ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado cabe a competência de promover e autorizar sua redistribuição. E isso através de papelada burocrática difícil de tramitar, repleta de formulários, carimbos, pareceres e outras chancelas de inúmeras subsecretarias e coordenadorias.

Além do mais, devemos registrar e deixar bem claro que esses policiais civis a que se refere o Projeto é uma classe em extinção, oriunda dos ex-Territórios de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá, com pouco mais de 2.000 servidores, dos quais uma expressiva maioria está em vias de se aposentar.

Até louvo, Srs. Senadores, o pronunciamento do nobre colega, Senador Romeu Tuma, quando falou no projeto da Polícia Federal e exaltou um novo projeto para os policiais civis dos ex-Territórios. Mas o que acontece, meu nobre colega, é que esse projeto, que já está tramitando nesta Casa, reduz as gratificações. Enquanto para a Polícia Federal vão dar gratificações de 200% para as atividades policiais de compensação orgânica e atividades de risco, para a Polícia do Distrito Federal 170%, para os extintos Territórios é uma gratificação apenas de 30%.

Agora eu pergunto a V. Ex^{as}: por que essa discriminação, pois os ex-Territórios, criados desde 1943, foram transformados em Estados em 1988 pela Carta Magna, e todos os funcionários dos ex-Territórios de Amapá e Roraima foram transferidos, foram aceitos pela União como funcionários, foram enquadrados oficialmente, e hoje eles não são funcionários dos novos Estados mas apenas cedidos para prestarem serviços aos novos Estados? Por que até a distribuição desses funcionários, como falei há pouco, depende do Ministério da Administra-

ção! E por que apenas na remuneração não pode haver a isonomia, sendo-lhes concedidas as mesmas gratificações? Não digo da Polícia Federal, porque é outro, embora exista um decreto assinado pelo ex-Presidente José Sarney, em 1985, equiparando os policiais civis dos ex-Territórios aos da Polícia Federal. Mas, mesmo assim, vamos dizer que não sejam concedidos os 200%. Por que não equiparar aos 170% do Distrito Federal, se todas as categorias dos funcionários dos ex-Territórios que hoje prestam serviços aos novos Estados têm a mesma remuneração dos funcionários do Distrito Federal, sejam professores, sejam profissionais liberais, enfim, todos? E agora vir este projeto a esta Casa para achatar, injustamente, os salários dos funcionários civis!

E V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que quando à frente da Polícia federal desempenhou tão bem a sua função, e que várias e várias vezes esteve em Roraima, sabe que os policiais civis daquele Estado, por não haver um número de funcionários federais suficiente para prestar serviços nas fronteiras, prestam serviços ajudando a enfrentar os narcotraficantes, os assaltantes, os garimpeiros, que invadem as fronteiras. Enfim, não sei por que apenas na hora de prestar justiça com um salário bem remunerado, não existe a paridade.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a MARLUCE PINTO – Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Concordo plenamente com V. Ex^a. Em meu pronunciamento, gravei esse protesto contra a discriminação dos policiais dos ex-Territórios. Acho que é injurioso o tratamento. Levamos a questão ao conhecimento do Ministro da Justiça, com companheiros Senadores dos Territórios e com o próprio Presidente Sarney como representante do Estado do Amapá, um ex-Território, que também serrou fileiras em torno da defesa dos policiais dos ex-Territórios. Só acho que a emenda, inconstitucional por não ser originária do Governo, para ser incorporada ao projeto da Polícia Federal, paralisou o projeto e a nossa idéia, levada ao Ministro da Justiça, de lutarmos para que a correção fosse feita no projeto original da separação das três carreiras. Isso revoga inclusive o decreto da isonomia. E nós não podemos aceitar, pelo Plenário, da forma como veio dos Territórios, porque a emenda é discriminatória mesmo. V. Ex^a tem toda razão. Seria uma boa iniciativa do Governo corrigir o próprio erro que cometeu no projeto original. É por isso que pretendemos lutar, e acho que V. Ex^a também, com o

seu pronunciamento: corrigir no projeto da carreira dos policiais dos ex-Territórios.

A SR^a MARLUCE PINTO – Agradeço a sua interferência, que vai nos ajudar bastante. Porém, nobres colegas, temo que vamos ter muita dificuldade para aprovar um novo projeto nesta Casa. Seria bem diferente com relação a uma emenda, como as que foram apresentadas.

Sinceramente, não sou constitucionalista; além das consultas que já fiz, farei outras. Se, na época da Constituinte – e o seu nobre Relator está aqui presente –, já foram equiparadas situações de funcionários da União, como esse caso é inconstitucional? Até pergunto ao Senador Bernardo Cabral qual é a inconstitucionalidade de equipararem-se vencimentos dos policiais civis.

Será muito difícil a tramitação de um outro projeto nesta Casa tratando apenas dos funcionários dos ex-Territórios, principalmente sua aprovação pela Câmara, porque lá existem 513 Deputados, cada um pensando de maneira diferente, e somente 32 Deputados representam os 4 Estados que foram antes Territórios.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SR^a MARLUCE PINTO – Tem V. Ex^a o aparte, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Senadora Marluce Pinto, já que V. Ex^a me convoca ao debate, fazendo-me uma indagação, quero dizer que o que acontece é que estão, pela via oblíqua da chamada inconstitucionalidade, faltando com a vontade política que o assunto requer. É só isso, Senadora Marluce Pinto, não mais do que isso.

A SR^a MARLUCE PINTO – Agradeço a manifestação do seu ponto de vista, porque condiz com o meu. Já tenho acompanhado, nesta Casa, casos que são bastantes relevantes, e alguns arguem esse problema de inconstitucionalidade, que aprovamos. Esse caso é mais do que justo. Não se trata de uma classe em que todos os funcionários contratados gozariam desse mesmo direito nos 4 Estados e ficariam permanentemente, como acontece e vai acontecer no Distrito Federal. No caso dos ex-Territórios, nobres Senadores, essa alternativa que seria dada, essa justiça que seria feita àqueles policiais civis, só vai atingir aqueles que já trabalhavam até 5 de outubro de 1988. Não atinge os novos, contratados após a data da promulgação da Constituição. Como falei no início, essa classe já está em extinção. Somados os funcionários das polícias civis dos 4 Estados que antes eram Territórios, são apenas pouco mais de 2

mil funcionários. O que pesa para os cofres da União conceder, a essa quantidade de funcionários, uma gratificação justa, como foi concedida para os demais funcionários das polícias civis do Distrito Federal e da Polícia Federal? Sinceramente, não é possível entender isso.

Solicitaria dos meus nobres colegas e, principalmente, do nobre Relator, Senador Romeu Tuma, que fizéssemos uma revisão desse processo. Encaminhamos uma minuta ao Ministro da Justiça, em conformidade com a reunião que tivemos na semana passada com S. Ex^a. Até o presente momento, não recebemos nenhuma resposta. Mesmo assim, só aceitei porque alguns dos Senadores estavam aceitando. Mas posso dizer, desta tribuna, que vamos correr um risco muito grande se aceitarmos o outro projeto, porque jamais teremos condição de aprová-lo. Mesmo que ele volte para a Câmara, Senador Romeu Tuma, é bem mais rápido do que aguardar um novo projeto entrar na Câmara para tramitar e, depois, ainda vir para cá. Este ano não será aprovado e, depois, cairá no esquecimento.

E, mais ainda, vamos abrir um grande precedente, porque o que eles querem é que os antigos funcionários não tenham direito de recorrer ao Poder Judiciário. Isso não é justo, porque dos funcionários do Estado de Rondônia, dos agentes da Polícia Civil do Estado de Rondônia, que são poucos mais de 700; mais de 500 já ganharam seu direito na Justiça. Então, por que vamos aceitar um projeto para negar até o direito? Isto é que é inconstitucional: negar ao cidadão o direito de ele recorrer à Justiça para cobrar os seus direitos.

Era isso o que tinha a dizer a respeito desse assunto. Mudei totalmente o meu pronunciamento, mas peço que seja registrado na Casa, porque, em decorrência do discurso do nobre colega, Senador Romeu Tuma, eu tinha que fazer algumas considerações, para que os nobres colegas pudessem entender a necessidade dessa questão e a justiça com que todos nós, como legisladores neste País e, principalmente, nós, que representamos os nossos Estados, devemos tratar pouco mais de 2 mil servidores que estão ficando à margem até dos seus direitos já adquiridos por meio da Carta Magna.

Indago a Vossas Excelências: porque esse interesse repentino do Governo Federal em reorganizar uma classe de servidores em extinção? Porque promover essa "reorganização" onde servidores iguais, com atividades e responsabilidades idênticas têm percentuais diferenciados?

Pois é exatamente isso que está acontecendo e não é justo que nós referendamos esse absurdo. Não podemos, diante de nossa condição de legisladores e por compormos uma Casa revisora das Leis deste País, apor nossas assinaturas em normas explícita e absurdamente discriminatórias.

Para se ter idéia dessa discriminação, vamos recordar dois fatos recentemente havidos, neste Plenário, por ocasião das votações dos Projetos nº 5, de 96, que trata da Carreira Policial Federal e nº 140, de 95, que por sua vez tratou da Carreira Policial Civil do Distrito Federal. Naquele Projeto nº 5, as gratificações de Atividade Policial, de Compensação Orgânica e Atividade de Risco são acrescidas em 200%, cada uma, em cima do vencimento básico. Já no Projeto nº 140, de 95, aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional e remetido à sanção presidencial, essas mesmas gratificações são acrescidas em 170%.

Agora, neste Projeto nº 15, que diz respeito aos policiais civis dos ex-Territórios, essas gratificações, igualmente redigidas, idênticas no teor e na forma, são acrescidas em irrisórios 30%. Isso mesmo, meus nobres colegas: essas gratificações de mesmo nome e idêntica redação, oferecidas a servidores que exercem as mesmas funções, estabelecidas em 200% no Projeto dos policiais federais e em 170% no dos policiais civis do DF, desabam a 30% neste dos policiais civis dos ex-Territórios. Porque? Quais as razões para o uso de dois pesos e duas medidas para uma mesma classe de profissionais? Quais os argumentos teremos para justificar tamanha aberração? Sinceramente, não consigo entender o critério utilizado nessa matemática oficial.

É injusto, meus nobres pares, o que se tenta fazer com a categoria de policiais civis dos extintos Territórios. Na realidade este Projeto visa, unicamente, achatar salários e retirar direitos adquiridos de uma classe que, na frieza de seu idealizador, talvez já tenha cumprido sua missão e, por não mais interessar à burocracia estatal, melhor colocá-la no desvão dos esquecidos.

Será que os policiais civis dos ex-Territórios são diferentes dos demais policiais civis da União? Pelo que sei e conheço, têm as mesmas competências e fazem os mesmos serviços. Aliás, não raras vezes participam de ações extremamente perigosas e complexas. O trabalho em linhas de fronteira exige redobrada cautela desses profissionais que também lidam com contrabandistas e narcotraficantes. E é bom lembrar que as naturais e inóspitas condições geográficas da região ama-

zônica, somada à precariedade dos recursos em toda a região, dificulta em muito as ações dos policiais. Mesmo assim, cumprem com orgulho e altivez suas funções. Desempenham sua missão com brilho e resultados satisfatórios para com a comunidade.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores: como representante de Roraima e conhecedora do trabalho, dedicação e o quanto contribuem esses servidores pela Segurança das populações roraimense, acreana, rondoniana e amapaense, não vou compactuar com as injustiças propostas no Projeto de Lei nº 15, de 1996.

E sei que comigo estão inúmeros colegas, sensatos na opinião, seguros na intenção e inarredáveis na decisão de que não sejam prejudicados os policiais civis dos ex-Territórios. Não abriremos mãos de sua igualdade de condições, no mínimo, com os policiais civis do Distrito Federal. Não abdicaremos de seus direitos e conquistas até aqui conseguidos. Afinal, não estamos propondo novas vantagens, nem estamos defendendo interesses escusos. Hoje, vejo como inalienáveis os direitos dessa classe. Faço minhas as palavras da nobre colega Emília Fernandes que, da tribuna desta Casa, ao encaminhar a votação do Projeto de Lei número 5, afirmou literalmente que "um país que não preserva os seus servidores públicos, em especial os da segurança pública, está colocando em risco a segurança de toda uma população".

Felizmente o projeto nº 5, diante da determinação de muitos Senadores, minha inclusive, onde manifestei total apoio a emenda que inseria os policiais civis dos ex-Territórios, teve adiada sua votação.

Meu argumento é único: sou favorável a que se faça uma reorganização das classes da Carreira Policial, em todos os níveis, seja Civil, Militar, Federal, Rodoviária, Ferroviária e Bombeiros, desde que mantidos seus atuais direitos e vantagens, inclusive a isonomia salarial entre as classes.

Outra exigência contida neste Projeto é a confecção de requerimento, elaborado pelo servidor, onde, além da solicitação de seu enquadramento "em caráter irrevogável e irretratável" numa das tabelas que apresenta, conste obrigatoriamente "expressa renúncia do interessado quanto à sua não integração a processos judiciais".

Ora, Sr^{es} e Srs. Senadores: a inconstitucionalidade berrante desse artigo avilta nossa inteligência. Aliás, como bem frisou o nobre colega Senador Jefferson Peres, "É manifestamente inconstitucional esse artigo porque implica a renúncia do funcionário a recorrer ao Judiciário em defesa dos seus direitos, ferindo um princípio constitucional. Minha consciên-

cia jurídica repugna aprovar algo que entendo ferir a Constituição".

Desde 5 de dezembro de 1986, através da Lei 7.548, sancionada pelo eminente Senador José Sarney como Presidente da República, os policiais civis dos ex-Territórios conseguiram auferir os mesmos benefícios concedidos à Polícia Federal através do Decreto nº 2.251, de 1985.

Quando foi criado o impasse na votação do Projeto nº 05, de 96, adiado por não acatar emenda que mantinha os direitos dos policiais civis de Roraima, Rondônia, Acre e Amapá, fizemos nós, representantes dos ex-Territórios no Senado Federal, reunião com o Ministro Nelson Jobim para um consenso. Em princípio, ficou acertado que estudaríamos a forma de um Projeto que não prejudique esses servidores. Creio, meus nobres pares, ser este o caminho correto. Nossa parte já cumprimos. Foi elaborada uma minuta que, neste momento, repousa nas mãos do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça.

Por este motivo venho a esta tribuna. Conclamo meus nobres pares, principalmente os representantes de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá, para que, tão logo tenhamos a decisão do executivo diante da minuta apresentada, agilizemos o mais rápido possível a votação do projeto. Não podemos deixar que os policiais civis dos ex-Territórios continuem a padecer por mais tempo as angústias de uma situação indefinida. Não é justo que sejam colocados à margem como proscritos. Cabe a nós, legisladores, principalmente os representantes dos ex-Territórios nesta Casa, zelar por estes servidores que tanto serviram e servem nossas comunidades. Reafirmo que são pouco mais de 2.000 os policiais civis dos 4 ex-Territórios. Absolutamente não representarão sangria aos cofres públicos. Não podemos aceitar que um punhado de palavras soltas, juntadas com o pseudônimo de "justificativa" façam desses servidores os mártires de um processo que deságua no servidor os efeitos de uma causa chamada desmando administrativo.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.
Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) _ Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

ORDEM DO DIA

Item Único:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da Repúbli-

ca, que altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Ademir Andrade, Roberto Freire, Ronaldo Cunha Lima, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio.

(Terceiro dia de discussão)

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis consecutivos, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, hoje, o terceiro dia de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão ordinária de segunda-feira, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral e, em seguida, aos Senadores Edison Lobão e Lúcio Alcântara.

O SR. BERNARDO CABRAL – (AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem faz parte das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sabe que é muito difícil, naquelas áreas mais distantes e abandonadas, chegar até seus moradores uma notícia mais pormenorizada do que se passa no Congresso Nacional.

Quero me restringir ao meu Estado, para dizer que no longínquo interior do Amazonas o que se consegue é apenas a imagem da televisão, que não mostra o que se passa no Senado, e apenas fico aqui na Casa a que, com muita honra, pertencço, e o rádio. Afora isso, os jornais chegam com muita dificuldade.

Qual é a ponte de ligação, o elo que o eleitor tem com seu candidato, aquele que ele viu sair vitorioso na atuação que desenvolve no Parlamento? Apenas um: o programa **Voz do Brasil**.

Por ocasião do chamado anúncio: "Em Brasília, 19 horas", a população ribeirinha do interior do meu Estado – e creio que no Nordeste, Centro-Oeste e, quem sabe, no Sul e Sudeste também – ali fica plantada, ouvido a postos para saber, primeiro, o

que se passa na área do Executivo, durante aquela primeira meia hora. Em seguida, durante a meia hora posterior, ele ouve a notícia sobre o que seu representante está a desenvolver.

O Sr. Casildo Maldaner – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner – Nobre Senador Bernardo Cabral, aproveito o ensejo para dizer que V. Ex^a está falando não só pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Gostaria de incluir Santa Catarina, como seu representante, ou, diria até, o Sul do Brasil. Quando participo da **Voz do Brasil**, recebo inúmeros telefonemas, cartas de representantes do Sul do Brasil, dizendo que me escutaram naquele programa. Neste momento, V. Ex^a está falando, como um grande brasileiro, para toda a Nação. Desejava apartear-lo, desde o início de seu pronunciamento, para dizer que, não só nos rincões da Amazônia, mas em todo o Brasil, esse programa tem grande audiência.

O SR. BERNARDO CABRAL – O aparte de V. Ex^a, eminente Senador Casildo Maldaner, além de me honrar, dá-me a responsabilidade, que recebo com muita alegria, de poder falar também pela Região de V. Ex^a, numa demonstração de que não é só na nossa área que a **Voz do Brasil** se faz presente.

O que temos notado atualmente? Alguns Senadores já vieram à tribuna registrar a sua queixa, que sintetizo na pessoa do nosso Presidente, Senador Júlio Campos, que ora exercita com a proficiência de sempre a Presidência, que já reclamou contra a medida que se tenta tomar.

Alguém pode discordar – todos nós inclusive – de que a origem da **Voz do Brasil** não é muito boa, por ser oriunda da ditadura do Estado Novo, quando o Parlamento não se fazia ouvir através dos seus representantes. Mas dizer que hoje ainda há resquícios da ditadura na **Voz do Brasil** é não enfrentar a realidade do que ela vale.

A campanha tem sido forte, inclusive artistas de rádio e televisão têm aparecido, não só em manchetes, fazendo a propaganda pela sua extinção. Alguns são mais suaves, dizendo somente que esse programa não deveria ser obrigatório. Mas acontece que a DataFolha acaba de desmascarar a censura que se faz à **Voz do Brasil**. E por quê? Porque, na última pesquisa feita em dezembro, o levantamento foi: 88% dos brasileiros acima dos 16 anos conhecem a **Voz do Brasil** e mais da metade deles aprova que o programa seja obrigatório.

Observem V. Ex^{as} que essa é uma realidade palpável que não pode ser jogada para baixo do tapete. Falo inclusive lembrando a figura do nobre Senador Josaphat Marinho, que ainda recentemente fez um belo discurso sobre o problema do desemprego, e também o eminente Senador Lauro Campos, mostrando a incoerência que o Governo tem na área econômica. Nenhum dos dois obteve manchete na grande imprensa, mas, na **Voz do Brasil**, lá estavam os discursos de ambos os eminentes Senadores, sendo ouvidos e registrados. Inclusive, no meu Estado, indagavam-me sobre a figura do Senador Lauro Campos, representante do Distrito Federal, porque tinham ouvido a sua peça de oratória com livros publicados de autoria do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, não fosse a **Voz do Brasil**, o meu conterrâneo, lá distante, não tomaria conhecimento de que teria havido um discurso daquela natureza.

Ainda anteontem, o Presidente do Sindicato dos Bancários do meu Estado pediu que fizesse chegar ao eminente Senador Josaphat Marinho os agradecimentos por ter abordado da tribuna o problema social da demissão dos bancários.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão – Senador Bernardo Cabral, não conheço nenhum problema social no Brasil mais angustiante hoje do que o do desemprego. V. Ex^a lembra o discurso do eminente Senador Josaphat Marinho, uma bela peça com estudo a respeito do assunto, e o pronunciamento do Senador Hugo Napoleão, com aparte de todos os eminentes Líderes do Congresso Nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu iria chegar ao Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Edison Lobão – Também o Senador Lauro Campos que abordou esse tema como diversos outros, e nenhuma referência foi feita na imprensa. Aceitaríamos até a justificativa dizendo que o tema não estava revestido da importância que, de fato, intrinsecamente, tem. Mas não há nada mais importante no Brasil hoje do que essa questão, a respeito da qual todos temos o dever de procurar uma solução, e é o que estamos procurando fazer no Senado Federal. Então, tem toda a razão V. Ex^a. Esse programa que nasceu na ditadura de Vargas precisa ser mantido em benefício dos brasileiros, que devem estar informados devidamente de tudo o que ocorre e não ter apenas a informação parcial

que chega, segundo os critérios da mídia. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nobre Senador Edison Lobão, quero agradecer a V. Ex^a, não só pela responsabilidade que tem como Senador, mas, tendo exercido o cargo de Governador do Maranhão, deve ter sentido as agruras que o povo do Nordeste sente quando não tem uma notícia pormenorizada sobre os seus candidatos vitoriosos.

O que se pode reclamar – e V. Ex^a deixa pairar – é que talvez ele tenha uma orientação diferente. Pode-se procurar dar uma nova ambientação ao programa mas, extingui-lo, pura e simplesmente, seria o veículo para proibir o nascimento do que se vê agora: a **TV Senado** que o Senado Federal está fazendo e que já começa a incomodar aqueles que faziam a censura diurna, dizendo que este plenário estava vazio. Com a sua veiculação, isso será diferente. Hoje, uma sexta-feira, estamos vendo o plenário do Senado com uma grande frequência. E daqui a uns meses, toda a Nação terá a oportunidade de saber quais são os seus parlamentares que realmente aqui comparecem.

De modo que quero dizer a V. Ex^a que representa a Mesa que uma das boas coisas foi a Mesa Diretora ter tido a coragem de criar a **TV Senado**, para mostrar ao Brasil o que se passa. E ela não é veículo de privilégios de uns, ou de simpatia de outros, mas, sim, de todos.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Humberto Lucena – Estou de pleno acordo com o pronunciamento de V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral, e entendo que está bastante claro que essa campanha de extinção de **Voz do Brasil** parte de concessionários de radiodifusão interessados em ocupar esse espaço para comercialização de suas atividades. V. Ex^a sabe muito bem que a **Voz do Brasil** tornou-se o principal instrumento, senão o único, até hoje, de divulgação do que se passa nos Três Poderes à opinião pública de um modo geral, não só das capitais mas sobretudo do interior. Isso não diz respeito apenas, como já afirmei, ao Poder Legislativo, mas também ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo. Trata-se de um anúncio do que se passa diariamente no expediente dos Três Poderes. Assim, se cabe à União explorar a radiodifusão e, mediante concessão, fazer com que a radiodifusão seja operada também por entidades privadas, que hoje são maioria no Brasil, não

vejo por que se extinguir a **Voz do Brasil**. Como diz V. Ex^a, o que se pode tentar é modernizá-la, reformulá-la, etc. Lembro a V. Ex^a, o que acontece hoje no Brasil, por exemplo com relação ao Poder Legislativo, que é o mais exposto: quando era Deputado Federal, ainda no Palácio Tiradentes – isto em 1959 e, depois, ainda nos primeiros anos de Brasília –, os grandes jornais do País destacavam uma página inteira para o que se passava nos plenários do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional. Isso, de algum modo, contribui para a divulgação dos trabalhos legislativos. Mas, depois de algum tempo, sobretudo a partir do golpe militar de 1964, V. Ex^a sabe que começou uma campanha muito grande contra o Congresso, vindo a desaparecer dos jornais o noticiário sobre o que se passava no plenário do Congresso Nacional. Aqui, hoje, pode-se ocupar a tribuna, fazer o discurso mais importante, sobre os temas mais relevantes para o interesse nacional, sobre economia, sobre matéria administrativa ou social, que não há notícia alguma. Só se divulga o que é sensacionalista. Aí, sim, é publicado. Por exemplo: está estampado, hoje, em todos os jornais, o que aconteceu ontem na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da reforma da Previdência – o incidente entre o Deputado Inocêncio Oliveira e o Deputado Jair Soares, a renúncia do Deputado Jair Soares. Tudo isso, hoje, é manchete. Mas jamais seria manchete um discurso do Senador Josaphat Marinho, com seu brilhantismo, sobre o desemprego. Então, não há por que se pensar em extinguir a **Voz do Brasil**. Por outro lado, se isso viesse a acontecer, amanhã essas mesmas concessionárias de radiodifusão que querem acabar com a **Voz do Brasil** para obter maiores lucros, iriam fazer uma campanha para extinguir também o horário durante as campanhas eleitorais. Sabe V. Ex^a que, no Brasil de hoje, o que ainda mantém uma certa competitividade entre os candidatos, não só na eleição proporcional como na eleição majoritária, é o horário gratuito no rádio e na televisão. Nos Estados Unidos da América, onde a televisão é paga durante as campanhas, só tem vez como candidato quem é milionário. Lembro-me que, em 1964 – desculpe-me o alongamento do aparte –, fui aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado, com dezenas de Deputados, para uma visita, e eu e o então Deputado João Agripino, ex-Governador da Paraíba, fomos convidados para um jantar na casa de um professor universitário da Califórnia. Era um cientista político. E, antes do jantar, ele nos perguntava: "Os senhores pertencem a que setor da economia? Representam que

segmento da economia no Congresso?" Respondermos que não representávamos nenhum segmento econômico, éramos apenas bacharéis em Direito e advogados e nada mais. Ele se surpreendeu e disse: "Não é possível, aqui isso não acontece, todo senador e deputado é financiado e eleito com suporte de um segmento econômico qualquer, seja de bancos, montadoras, disso ou daquilo". Porque ninguém de classe média tem condições de ser candidato; só o custo que se paga à televisão é uma fortuna. E disse mais: "Eu como cientista político, professor da universidade da Califórnia, não tenho condições nem de ser assessor de um Senador ou Deputado, porque, de um modo geral, eles recebem as indicações justamente dos grupos econômicos que o apóiam." Por isso, quando fiz o elogio fúnebre a Nelson Carneiro, disse que há uma grande diferença entre a democracia de origem latina e a de origem anglo-saxônica, inclusive a americana, porque lá não é propriamente o povo que se representa no Senado e na Câmara, mas sim os segmentos da economia. Então é importante continuar com a **Voz do Brasil**, e digo mais, essa nova TV a cabo, a TV Senado, é importantíssima para dar uma maior divulgação aos trabalhos legislativo e fazer frente à grande campanha que há no Brasil contra o Congresso Nacional; campanha que não compreendo, porque na hora que desaparecer o Congresso acabará a imprensa livre. Nós que vivemos 1964 sabemos o que aconteceu naquela época no Brasil, quantos e quantos jornalistas foram presos, torturados, etc, e os jornais passaram a ser apenas, como era natural, a voz do Estado e nada mais. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero agradecer a V. Ex^a a solidariedade, Senador Humberto Lucena, é dizer que, em verdade, no período ditatorial, qualquer que seja ele, Getúlio Vargas ou militar, a primeira coisa que as ditaduras fazem é desmoralizar o Legislativo e enfraquecer o Judiciário.

Essa desmoralização do Legislativo vem num crescendo e eu posso, em abono ao que V. Ex^a acaba de dizer, reafirmar nesta Casa que só estou no Senado porque há o horário gratuito de televisão. E creio que, como eu, também muitos companheiros que aqui estão, porque não tínhamos como fazer, como aqueles que conosco concorreram e que gastaram alguns milhões de dólares, um sentido comparativo como V. Ex^a acaba de dizer, com referência aos Estados Unidos.

A Sr^a Marina Silva – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Concedo o aparte a nobre Senadora Marina Silva, com muito prazer.

A Srª Marina Silva – Nobre Senador Bernardo Cabral, a sua defesa da **Voz do Brasil** é muito importante e soma-se à voz da grande maioria dos Srs. Senadores, principalmente os que residem na Região Norte e na Amazônia. Nos mais longínquos altos rios, as pessoas têm informações daquilo que nós fazemos através da **Voz do Brasil**. Desde criança acostumei-me, às 18h na época, a ouvir a **Voz do Brasil** no velho rádio que meu pai possuía; e era a partir daí que nós tomávamos conhecimento das notícias do Brasil, como nós falávamos. Nós nos sentíamos tão distantes que nos referíamos ao nosso próprio País como se fosse "lá no Brasil". Uma das coisas que tenho observado é que essa campanha que está sendo feita contra esse horário de divulgação dos trabalhos legislativos das duas Casas não leva em consideração o fato de que as emissoras de rádio são concessionárias de um serviço público. Nós concedemos a empresas particulares o direito de operarem no sistema de radiodifusão. No entanto, eles fazem uma campanha, querendo tirar um horário que tem uma atuação equânime, independentemente da ideologia do parlamentar. Se ele faz um pronunciamento, apresenta uma idéia, ele tem condição de aparecer tanto quanto aqueles que são considerados senadores ou deputados, de Primeiro Mundo. Muitas vezes, aqueles que tratam de pequenos assuntos, talvez esses façam a roda do mundo girar. Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Exª. A meu ver, modificações têm que ser feitas. Modernizar a forma, talvez dando um estilo mais jornalístico para quebrar um pouco o tom oficial, evitando, com isso, que as pessoas olhem o candidato com uma certa dúvida. Parece, até, que estamos falando de nós mesmos. Seria fundamental dar um tom jornalístico, uma forma mais dinâmica a esse horário. No entanto, ele é essencial para a divulgação dos trabalhos. No que se refere à questão do horário eleitoral, sou um dos exemplos. Se não fosse o horário gratuito – inclusive, um horário tão pequeno, no caso do meu Partido no meu Estado, parece-me que era o menor de todos -, eu não teria conseguido me eleger, porque eu não dispunha de articulação com qualquer grupo econômico, tampouco possuía emissora de rádio, jornal ou televisão como a maioria dos meus concorrentes, inclusive alguns que foram derrotados. Não fora essa possibilidade de democratizar a comunicação com o eleitor, eu não teria tido a oportunidade de ser eleita. Portanto, isso é bom para a democracia. No meu entender, o horário gratuito pode ter modificações, até porque isso cria condições para a sociedade digerir

o discurso do candidato. Informação é o elemento essencial para qualquer democracia. Nada melhor do que ter uma relação democrática entre os poderes, entre os que legislam e os que têm que obedecer à lei, se eles tiverem a informação. Não há como criticar aquilo que não se conhece. Muito obrigada.

O SR. BERNARDO CABRAL – Srª Senadora, se não fosse V. Exª, nascida no Acre, com a dificuldade que tem hoje para assistir o "Bom dia Brasil", no seu Estado, seria preciso que se estivesse acordado às 4.00hs, caso contrário ninguém conseguiria assistir ao referido programa, por causa da diferença de fuso horário, de 3 horas. Imagina V. Exª se não fosse esse horário que muita gente confunde. Isso porque ele é preparado com responsabilidade da Mesa do Senado.

Eu dizia, ainda há pouco, antes de o eminente Presidente José Sarney estar na Presidência dos trabalhos da Casa, do que tinha sido a oportunidade da inauguração da TV a Cabo. Vejo agora a presença de S. Exª, e o secretário de divulgação, o ex-Governador Fernando Cesar Mesquita, aqui, o que reforça o que eu vinha a dizer.

A Senadora Marina tem razão quando fala na concessão, porque das duas mil e setecentas emissoras de rádios que temos no País, setecentas que são particulares estão fazendo essa campanha de descrédito do programa **Voz do Brasil** como se a **Voz do Brasil**, no nosso período, estivesse vinculada ao que quer o Poder Executivo. Tanto assim que o noticiário todas as vezes diz: "preparada pelas Mesas do Senado e da Câmara.", portanto, com a independência que há. E não tenho ouvido, em nenhum instante, preferência, privilégios para qualquer um dos senadores. A informação é rigorosamente correta.

A SRª MARLUCE PINTO – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Exª com prazer, Senadora Marluce Pinto.

A Srª Marluce Pinto – Senador Bernardo Cabral, realmente é muito importante o tema que V. Exª traz a esta Casa. Aliás, há uns meses, vários Senadores usaram a tribuna para defender a **Voz do Brasil**. Lembro-me bem do Senador Júlio Campos. Inclusive eu fui apartada pelo nobre Senador. Não poderemos nunca aceitar que a **Voz do Brasil** seja extinta, porque, como já foi dito, aqui, por tantos, o que será daqueles que moram tão distante e que não têm nem um aparelho de televisão para assistir, mas apenas um radinho de pilha, porque falta até energia em seus lares? Fico admirada quando che-

go naquelas malocas indígenas, lá no meu Estado de Roraima, e até as crianças comentam que me ouviram na **Voz do Brasil** e me perguntam por Senadores que nunca viram de perto. E por que é que sabem das suas existências? Apenas pela **Voz do Brasil**. Hoje, a população brasileira fica atenta a esse programa de rádio. V. Ex^a falou, há pouco, dessa pesquisa de 88%. Sabemos muito bem que essas pesquisas são feitas só nas grandes capitais, não chegando ao nosso interior. Nunca sabemos de pesquisas, lá, no nosso Estado, a não ser aquelas encomendadas em época de campanha eleitoral. Fora isso, os pequenos Estados nunca aparecem. Mas tenho certeza de que hoje o percentual é bem mais alto do que o que foi relatado por V. Ex^a. Então, eu gostaria de parabenizar o nosso grande Presidente do Senado, que, além de conduzir muito bem os trabalhos desta Casa, nos está concedendo esse privilégio de hoje termos a **TV Senado**, não apenas para divulgação do Senador em si, mas para que as pessoas tenham conhecimento do que se passa no nosso País. Há uma divulgação tão discriminatória hoje contra os políticos que parece até que todos são desonestos. A idéia que muitos têm – não são poucos – é a de que os Senadores ganham muito e não fazem nada. Temos três expedientes e ainda atendemos as nossas bases nos finais de semana. Congratulo-me com V. Ex^a e aproveito a oportunidade, porque no dia em que o Sr. Presidente desta Casa, o nobre Senador José Sarney, anunciou que a **TV Senado** iria começar no início desta semana, segunda-feira, eu estava no meu gabinete, e não pude fazer nenhum elogio. Não se trata de um elogio apenas porque V. Ex^a seja o Presidente desta Casa, mas um elogio ao criterioso trabalho que V. Ex^a, mais uma vez, está fazendo como Presidente do Senado da República.

O SR. BERNARDO CABRAL – Agradeço a V. Ex^a, eminente Senadora Marluce Pinto. Congratulo-me com V. Ex^a, porque acaba me dando oportunidade, nesta carona, de registrar o que merece o nosso Senador José Sarney.

O Sr. Lauro Campos – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Senador Bernardo Cabral, a culpa é de V. Ex^a, que acaba de nos brindar com uma obra artesanal de oratória, incrustada por um conteúdo realmente de grande valor. Recebeu, então, tantos e tão longos apartes que o tempo de V. Ex^a infelizmente foi prejudicado. Por isso, procu-

rarei ser breve. Aqui em minhas mãos, se tiver ainda tempo para ir hoje à tribuna, tenho um assunto que guarda muita semelhança com esse abordado hoje por V. Ex^a. Parece-me que, além da tentativa de acabar com a **Voz do Brasil**, em nome de transformar o conteúdo político em um conteúdo que permita aumentar a receita, a fatura das emissoras privadas, existe um outro sentido nessa campanha contra a divulgação de fatos e trabalhos importantes que aqui ocorrem. Isso se deve, no meu ponto de vista, ao fato de que a própria Radiobrás quer acabar com a **Voz do Brasil**. Por que a Radiobrás quer acabar com a **Voz do Brasil**? Lerei, se puder assomar à tribuna, uma série de declarações nesse sentido, feitas pelo próprio Maurílio Ferreira Lima, Presidente da Radiobrás. "Minha missão" – diz ele – "na Radiobrás é essencialmente política. O projeto simbolizado pelo Presidente vai mudar o Brasil. Por isso, entrei na guerrilha da informação", brada o Sr. Ferreira Lima. Diz ele aqui que vai usar todas as tribunas radiotelevisivas de que dispõe, para fazer uma propaganda exclusiva da reeleição de Fernando Henrique Cardoso e que vai agir como a CIA agiu no Chile, conseguindo derrubar Allende, quer dizer, por métodos altamente discricionários, autoritários e cerceadores da liberdade, ofensivos à Constituição. De modo que, então, esta iniciativa que o Senado toma e que V. Ex^a...

O Sr. Ademir Andrade – Nobre Senador Bernardo Cabral, esse é o resultado de empregarem-se candidatos derrotados.

O Sr. Lauro Campos – V. Ex^a louva tão bem a iniciativa de criar-se uma rádio realmente independente. Ela vem em boa hora. Apenas antecipando, digo a V. Ex^a que estou encaminhando uma representação ao Ministro Corregedor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista as declarações feitas na revista **IstoÉ** pelo Dr. Maurílio Ferreira Lima.

O SR. BERNARDO CABRAL – Muito obrigado, Senador Lauro Campos.

Vejo que a Casa, por unanimidade, louva a criação da **TV Senado**, ainda que, como dizia há pouco, possa estar incomodando outras concorrentes.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Apenas duas rápidas observações: uma já foi antecipada pelo nobre Senador Lauro Campos. Parece que a idéia de extinguir a **Voz do Brasil** não é apenas das empresas concorrentes. Deve haver algum outro motivo sobre

o qual precisamos ficar atentos. Em segundo lugar – V. Ex^a manda, afinal, ao Brasil esta mensagem –, o Congresso não tem informativo pelos meios de comunicação. Ninguém pede daqui elogio; o que se pede é a notícia, que é a forma de conquistar a verdade. Como não há esta comunicação normal, esse horário oficial precisa ser preservado, independentemente do que se fizer através da tevê do Senado. Ao Poder Executivo também compete, através dos órgãos sob sua orientação, transmitir ao povo a informação da verdade em termos imparciais. É o que faz este horário. Ele é um informativo imparcial. Não distingue aqui entre os Senadores nem quanto às outras notícias que transmite. Isso é importante, porque esse é o dever dos meios de comunicação, inclusive dos que estejam sob comando oficial.

O SR. BERNARDO CABRAL – Recolho com muita alegria o aparte de V. Ex^a assim como dos eminentes Senadores que o antecederam, Senador Josaphat Marinho, porque prova à farta que este horário é indispensável para que se faça um pacto com a verdade diante da Nação brasileira, para que não se omita o desempenho dos eminentes Srs. Senadores e lá fora se tenha apenas notícia e conhecimento de que esta é uma Casa vazia, que não produz.

Veja V. Ex^a o que aconteceu ainda ontem. Eu poderia afirmar que o Senado acaba de salvar, com a aprovação de ontem da Lei de Diretrizes e Bases, a convocação extraordinária para a qual o Congresso foi motivado. Até então, não tinha havido nada de importância e, se não fosse a **Voz do Brasil**, o noticiário de responsabilidade da Mesa do Senado e mais a tevê a cabo, poucas pessoas teriam idéia do que se passou aqui em verdade, tal a carência de notícias que um assunto desta grandiosidade mereceria.

O Sr. Júlio Campos – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a, Senador Júlio Campos, nosso membro da Mesa.

O Sr. Júlio Campos – Senador Bernardo Cabral, tenho ouvido com atenção seu pronunciamento. Fui o primeiro Senador a ocupar essa mesma tribuna que V. Ex^a ocupa hoje, para denunciar a guerrilha que está havendo, por determinados segmentos da radiofonia brasileira, para extinguir a **Voz do Brasil**, um programa que realmente é brasileiro, que todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, do Rio de Janeiro ao Pantanal, ouve diariamente. Falo de cátedra, porque também a minha família é dona de emissora de rádio e televisão, e sei que recebemos, nas nos-

sas emissoras, muitas cartas de proprietários de rádios, principalmente do eixo Rio-São Paulo, no sentido de fazermos uma campanha para extinguir a **Voz do Brasil**, porque aumentaria, com isso, uma hora de faturamento diário num horário nobre, que é o horário do início da noite. Fui o primeiro a levantar a minha voz, e volto a levantá-la para trazer a V. Ex^a e aos demais Senadores a minha total solidariedade no sentido de combatermos essa campanha, se necessário até com um projeto de lei, não como um decreto originário da gestão do Presidente Getúlio Vargas, mas como um projeto de lei da nova democracia brasileira, pois que realmente a **Voz do Brasil** é um programa que leva democraticamente ao povo brasileiro o trabalho do Senado, da Câmara e dos Poderes Executivo e Judiciário. Como membro da Mesa Diretora desta Casa, tenho a dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores que o setor de telecomunicação do Senado iniciou o projeto da Central de Telecomunicações na gestão do então Presidente Mauro Benevides, em 1992. Coube ao ex-Presidente Humberto Lucena e a mim, como 1^o Secretário, no início de 1993, inaugurarmos a Central de Vídeo do Senado, projeto que, agora, o eminente Presidente José Sarney levou avante, transformando uma central de vídeo, que iria apenas prestar serviço interno nesta Casa, na **TV Senado**, que, com o sistema de som e imagem, está distribuindo agora a tevê para todo o Brasil. O som já fazíamos há algum tempo; agora também as imagens chegam ao povo brasileiro. Criamos também na atual Mesa Diretora o **Jornal do Senado** e uma agência de notícias, que funciona 24 horas por dia, levando notícia das atividades dos Srs. Senadores para toda a imprensa nacional. Através da tevê do Senado, já estamos gerando diariamente para todo o Distrito Federal, pela tevê a cabo Sistema Net, no canal 45, as atividades do Senado, que também são reproduzidas pelo Sistema Vip desta Casa, no canal 55. Dentro em breve, incomodando muitos daqueles que não querem, estaremos oferecendo a todos as operadoras de tevê a cabo do Brasil, dentro de 45 dias, no mais tardar 60 dias, pelo sistema digital, que é o mais moderno e atual do mundo, as imagens da **TV Senado**, que vai gerar diariamente todos os trabalhos do plenário, das comissões técnicas e das atividades dos Srs. Senadores, para que o Brasil tome conhecimento de que nesta Casa se trabalha muito, fato lamentavelmente pouco divulgado pela imprensa normal deste País. A um prazo maior – entramos em contato com a Embratel – já conseguimos para o sistema analógico um transponder no Canal Brasilsat, a fim de oferecermos as atividades do Senado, o nosso noticiário para todas as antenas parabólicas do País. Onde existir uma antena parabólica, o cidadão vai poder acompanhar, dentro em breve, as atividades do Senado Federal e do Congresso Nacional. Portanto,

nesta oportunidade em que V. Ex^a traz à tona um discurso tão brilhante, defendendo a nossa tão conceituada **Voz do Brasil** – como confirma pesquisa realizada pela DataFolha, instituto de pesquisa da **Folha de S.Paulo** – quero parabenizar toda a equipe do setor de comunicação social do Senado, chefiada pelo jornalista Fernando César Mesquita e a todos aqueles servidores que, com muita abnegação e entusiasmo, levam a notícia do Senado e do Congresso Nacional para todo o Brasil pela **TV Senado**, a **Voz do Brasil**, o **Jornal do Senado** e a Agência de Notícias que o Senado gera para todo o País. Parabéns, Senador **Bernardo Cabral**, conte com a nossa solidariedade, com o nosso empenho e luta, porque a **Voz do Brasil** veio para ficar. E vai ficar, embora contrariando os grupos econômicos que querem fazer de um serviço de concessão federal, que é o serviço de rádio, uma meio de apenas ganhar dinheiro, sem retribuir com a comunicação social para os brasileiros.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador **Júlio Campos**, V. Ex^a, é evidente, não fala só com a experiência de Senador, mas também com a de ex-Governador do seu Estado.

E por uma dessas coincidências do destino, ainda ontem eu falava com o Secretário **Fernando César Mesquita**, que também foi Governador, como V. Ex^a, foi o homem que inaugurou a Secretaria do Meio Ambiente, e que, portanto, traz uma experiência abrangente na área da comunicação.

Tenho quase que certeza que, se do ano de 1982 para cá, quando começaram as primeiras tratativas, tivéssemos tido um **Fernando César Mesquita**, nós estaríamos com isso há muito mais tempo funcionando.

Por que faço questão deste registro? Porque quando fui Deputado Federal, nos anos de 67 e 68 – porque fui cassado pelo AI-5 e perdi 10 anos de direitos políticos –, o Secretário de hoje, **Fernando César Mesquita**, era o Presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. E naquela altura, dentre os 10 melhores Deputados de 67/68, tive a honra de ser incluído como um deles. Portanto, veja que 30 anos de convivência podem aferir o que é a competência de um profissional nessa área.

E quando V. Ex^a foi o primeiro, conforme eu disse, a fazer o registro sobre a **Voz do Brasil** no Senado, fiz questão – e faço questão – de me alinhar a quem deu o primeiro passo.

Sobre aquela velha história de que a tevê a cabo que o Senado está montando é o primeiro passo para uma grande caminhada, eu cito a célebre frase chinesa: "Uma grande caminhada não começa com o primeiro passo, começa com a decisão que

antecede o primeiro passo." E essa decisão, de termos um órgão de comunicação, o Senado está tomando para mostrar quais são os Parlamentares que o frequentam, que produzem, que discutem, que falam, que debatem, que reclamam em favor de seus Estados.

De modo que o que senti, no começo da minha palavra despretensiosa, eu que sou do Amazonas e que gosto dos rios, foi que eu era um pequeno rio, a princípio. Depois, com os apertes, que são as águas emprestadas que este pequeno rio foi "tubando", acabamos tendo um caudaloso rio de pronunciamentos em favor da não extinção da **Voz do Brasil**, que, talvez, acabe redundando, como V. Ex^a disse – e disse com proficiência –, num projeto que se transforme, aí sim, na medida que se deve tomar para que se saiba que existe um Poder Legislativo.

E não há democracia, é ilusão, sem ele. O mais autêntico dos poderes é ele, é aqui que ressoam todos os clamores populares. As portas estão abertas, às galerias todos comparecem, a fiscalização é imediata. Logo, não há como tentar desmoralizá-lo.

Sr. Presidente, encerro dizendo que, nesta hora, cada Senador há de ser um defensor da nossa tevê a cabo, da **TV Senado** e desses 15 minutos que a **Voz do Brasil** tem para registrar o nosso trabalho, sob pena de, como disse ainda há pouco o Senador **Lauro Campos**, atrás da medida para se acabar com uma coisa se chegar a querer acabar com uma coisa muito maior.

Agradeço a V. Ex^{as}, ao eminente Presidente **José Sarney**, e o cumprimento mais uma vez, na direção da Mesa, pela inauguração da nossa **TV Senado**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, como Líder, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (**José Sarney**) – Concedo a palavra ao nobre Senador **Ademir Andrade**, como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar a oportunidade em que V. Ex^a preside esta sessão, como representante do Amapá, mas como filho do Maranhão, e em que

também estão presentes os Senadores Edison Lobão, Júlio Campos, do Mato Grosso e o Bernardo Cabral, do Amazonas, porque eu gostaria que todos nos uníssemos numa luta que é do interesse do povo dos nossos Estados.

Sr. Presidente, ontem houve uma reunião, aqui em Brasília, do Conselho de Administração do Banco da Amazônia, sob a coordenação do Sr. Alberto de Almeida Pais, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, cujo objetivo era – ou é – discutir o fechamento de doze agências do Banco da Amazônia: duas no Estado do Pará, nos Municípios de Igarapé-Mirim e Óbidos, no baixo Amazonas; três no Estado do Amazonas, em Eirunepé, Coari e Nova Olinda do Norte; cinco no Estado do Maranhão, nos Municípios de Buriti, Buriti Bravo, Esperantinópolis, Carolina e na cidade de V. Ex^a, Sr. Presidente, Pinheiro – estão tentando fechar o Banco da Amazônia na cidade que V. Ex^a tão bem tem defendido nesta Casa -, e nas cidades de Nortelândia e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. E se cogitou, além dessas doze, do fechamento da agência de Açailândia, também no Maranhão.

Creio que isso é muito grave e preocupante para todos nós, porque na nossa região o Banco da Amazônia administra, hoje, um dos maiores instrumentos de desenvolvimento, que é o Fundo Constitucional de Financiamento Norte, o nosso fundo de desenvolvimento regional. Ora, quem mais se beneficia hoje desse fundo são as pessoas mais humildes, porque, de três anos para cá, com a grande luta feita pelos colonos – o movimento chamado Grito da Terra -, que a cada ano acampavam por uma semana na frente do Banco da Amazônia, eles conseguiram quebrar determinados rigores da lei e hoje o Banco da Amazônia empresta a trabalhadores rurais que não têm sequer o título da terra, mas são garantidos pelo sindicato, pela cooperativa, e assim por diante.

Ora, no nosso entendimento, o Banco da Amazônia deveria ter pelo menos um funcionário em cada Município da Amazônia, aliado à Prefeitura, consorciado com a Prefeitura, com a Emater, com os órgãos ligados à agricultura, para que o trabalhador, o homem do campo de cada cidade tivesse um acesso ao Banco próximo de si; para que junto com o técnico da Emater, a Secretaria Municipal da Agricultura, o técnico da Ceplac, que existe na nossa Amazônia também, pudesse elaborar os seus projetos e dar sequência com o pedido junto ao Banco da Amazônia.

O nosso entendimento é que nós deveríamos ter mais agências, quando não agências, postos, quando não postos, funcionários, em convênio com todas as prefeituras da Amazônia, para financiar esse instrumento de desenvolvimento, para democratizar a utilização desse instrumento de desenvolvimento.

Ora, além de tudo, fala-se em fechar essas agências e relocar esses funcionários. Muitos deles, todo mundo sabe, já têm uma vida própria, já têm uma vida definida, uma propriedade, escola de filhos, etc., portanto, a maioria, na verdade, se demite em vez de aceitar transferência para outro lugar.

De forma que eu gostaria de apelar para as Lideranças de expressão política como V. Ex^a, que preside o Congresso Nacional, como o Senador Edison Lobão, repito, o Senador Bernardo Cabral – que fez aqui um excelente discurso defendendo a **Voz do Brasil** e programas que divulgam os nossos trabalhos e contam efetivamente com a nossa solidariedade -, para que nos articulássemos para impedir o fechamento dessas 12 agências do Banco da Amazônia que acabei de citar. E o Estado mais prejudicado é justamente o Estado do Maranhão.

Gostaríamos que houvesse uma manifestação conjunta de todos os Senadores da região amazônica nesta Casa, para fazer o Banco entender que tem que dar uma chance ao Município. É evidente, quero expressar aqui, que não queremos uma agência que dê eterno prejuízo. Mas não se pode simplesmente fechar a agência, porque está dando prejuízo. É preciso dar maior oportunidade à comunidade, é preciso dar um ano de prazo à comunidade.

Então, que a direção do Banco da Amazônia pensasse numa forma mais democrática sobre as suas decisões. E o que faria? Chamaria os prefeitos, os vereadores, as comunidades de Pinheiro, Igarapé-mirim e de Óbidos e diria: se vocês não articularem uma forma, um meio de o banco ter condições de se manter, vamos fechar. Vamos dar um ano de prazo para resolverem isso. O que poderia fazer o prefeito? O que poderiam fazer os vereadores? Incentivar o comércio local a depositar no banco, incentivar a comunidade a fazer caderneta de poupança, a abrir contas, enfim, dar uma oportunidade de o banco sobreviver. No momento em que a comunidade souber o que pode acontecer com o banco, ela poderá procurar meios e formas de salvar aquela agência.

A Sr^a Marluce Pinto – Permite-se V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Com prazer, nobre Senadora.

A Srª Marluce Pinto – Senador Ademir Andrade, ontem, juntamente com vários Senadores, estivemos com o presidente do BNDES para falar sobre as questões dos Estados amazônicos. Ficou acertado que, no dia 8 de março, cada Senador convidará o governador do seu Estado para uma reunião em Manaus, com a presença da presidente do Banco da Amazônia, Drª Flora. Tenho certeza de que esses problemas que hoje V. Exª está expondo nesta tribuna serão motivo de tema para a nossa reunião futura. Ainda não tivemos a oportunidade de repassar tudo que foi acordado ontem com o presidente do BNDES, mas, na próxima terça-feira, vamos marcar uma reunião informal com os Senadores representantes dos Estados da Amazônia, a fim de que possamos traçar uma linha de ação, e que as prioridades da nossa região passem a ser do conhecimento não só do Banco da Amazônia, mas também do BNDES. Como V. Exª mesmo expôs, a unidade é que vai fazer a força para que possamos alcançar os nossos objetivos. Lembro-me muito bem que, na época dos trabalhos da Constituinte – V. Exª era Deputado, assim como eu –, formamos aquele bloco do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, e muitos dos avanços que as nossas regiões conseguiram foram por causa da união daquele grupo. Então, é chegada a hora de nós, representantes do Norte, também fazermos o mesmo trabalho; caso contrário, ficaremos só nas reivindicações sem conseguirmos ver atendidas as necessidades do nosso povo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço o aparte de V. Exª. Na verdade, o BNDES tem para serem aplicados este ano R\$11,6 bilhões, e a nossa região precisa participar da aplicação desses recursos para alavancar o seu desenvolvimento.

Portanto, considero importante essa reunião. Lamentei não poder estar presente ontem, visto que a nossa bancada também estava reunida, mas espero que isso se concretize e que possamos participar e mudar nossa realidade.

O Sr. Edison Lobão – Permite V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão – Nobre Senador Ademir Andrade, quero juntar a minha voz à de V. Exª nesse protesto que faz quanto ao fechamento dessas agências na Região Amazônica. Tomei conhecimento do assunto e dirigi-me ao Presidente do Banco da Amazônia, e até ao Ministro da Fazenda, encarecendo a necessidade de manter abertas essas agências – as do Maranhão e as dos outros Estados. Tenho

para mim que elas contribuem significativamente para o desenvolvimento desses Municípios e da nossa região. V. Exª citou alguns Municípios da nossa região. Açailândia é o quinto maior Município do Estado do Maranhão; é hoje um dos maiores da Amazônia, economicamente forte e poderoso. Por que fechar essa agência de desenvolvimento, que é a agência do Banco da Amazônia? Não encontro nenhuma razão para isso. Onde o Município não é tão grande, que se faça isso que V. Exª está propondo: uma tentativa, junto às lideranças municipais no sentido de manter ativa aquela agência. Desativá-la, isso sim, significa um desserviço aos Municípios e à região.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço, Senador Edison Lobão, o aparte de V. Exª.

Sr. Presidente, fica o nosso apelo no sentido de que a presidência do Banco dê oportunidade à comunidade, de ver se ela se interessa em recuperar o Banco. Isso é possível ser feito, desde que a comunidade deposite, sinta que tem necessidade da instituição e procure recuperá-la. Desejo que não se use meramente a questão técnica, sem se dar um prazo de sobrevivência àquelas agências.

O apelo que fazemos, aqui, hoje, é no sentido de que essas doze agências, inclusive a da cidade do nosso Presidente José Sarney, não sejam fechadas em caráter definitivo, de pronto, como está-se querendo. Mas, que se procure uma forma de dar um aviso aos prefeitos, aos vereadores e à comunidade de uma maneira geral, e que se dê o prazo de um ano para que elas se recuperem, para que elas dêem lucro e possam efetivar um melhor trabalho. Somente a partir daí, então, se todos esses esforços não derem resultado, que se fechem as agências.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já está sob exame do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara Nº 6, de 1996, que autoriza a União a delegar aos Municípios, Estados da Federação e ao Distrito Federal a administração das rodovias federais e portos nacionais.

O projeto original sofreu algumas alterações na Câmara dos Deputados e, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, será apreciado agora e votado definitivamente pelo Senado.

Eis uma providência que considero meritória, que mais uma vez sinaliza o propósito do atual Go-

verno de persistir na descentralização, tão necessária ao desenvolvimento econômico que buscamos para o nosso País.

Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal serão investidos na administração desses bens federais, podendo explorá-los diretamente ou através de concessões, hipótese esta que provavelmente irá prevalecer nas negociações. Com a receita obtida na cobrança do pedágio ou da tarifa portuária, surgirão os recursos para os melhoramentos que se fizerem necessários em rodovias e portos.

Logo se verifica, Sr. Presidente, que essas novas normas beneficiaram grandemente os Estados do Sul que possuem rodovias e portos movimentadíssimos e, assim, terão sucessivas oportunidades de conservarem principalmente as estradas que cortam seus territórios.

Então, eu pergunto: o que se fará a favor daquelas rodovias federais que percorrem o Nordeste e o Norte do nosso País?

Em praticamente nenhuma delas se registra a movimentação intensa de veículos que pudesse compensar a cobrança de pedágio, e, portanto, não mereceriam as rodovias nordestinas e nortistas o interesse para o seu aproveitamento empresarial.

No entanto, são estradas do maior interesse econômico e estratégico para o Brasil, graças às quais se asseguram a unidade nacional e o trânsito do que é fabricado no Sul.

A maior parte dessas rodovias federais, contudo, sofreu desgastes não recuperados que as vêm transformando em vias "carroçáveis", senão intransitáveis.

No ano passado, aqui desta tribuna, proferi discurso para enaltecer a providência governamental de repassar para o Ministério dos Transportes, mensalmente, a dotação de R\$50 milhões, destinados à conservação das rodovias federais. Os valores são evidentemente insuficientes para atender nossa extensa malha rodoviária, mas significativos como o primeiro passo das reformas que se fazem emergenciais.

Não sei, Sr. Presidente, se esses recursos têm sido regularmente transferidos ao Ministério dos Transportes, mas sei que nenhum centavo deles, até agora, aproveitou o meu Estado do Maranhão — e pelo que sei, S. Ex^a, o Ministro dos Transportes tem reclamado freqüentemente da ausência de tais recursos.

Já me referi anteriormente ao episódio de que no Maranhão, ao tempo em que governei o Estado, fui obrigado ao sacrifício de destinar recursos para o

asfaltamento e a conservação de determinados trechos de rodovias federais.

A ligação rodoviária de regiões produtoras tornava-se emergencial para o escoamento dos frutos do trabalho maranhense.

Trechos da BR-135, mais de vinte anos depois de inaugurados, eram simples picadas de terra batida, intransitáveis nos períodos de chuva. Infrutíferos foram os reclamos do Estado junto ao Governo Federal, que parecia insensível à visão do que podiam oferecer à economia do País promissoras regiões do Maranhão e de outras regiões nordestinas.

Já me referi aqui às terras férteis do meu Estado, banhadas por rios perenes e vocacionadas para se transformarem em importantes pólos agrícolas, o que já ocorreu, por exemplo, com a região de Balsas.

Se aos empreendedores de lá forem oferecidas boas rodovias para o escoamento dos bens que querem produzir, estejamos todos certos de que naqueles rincões maranhenses haverá uma explosão de progresso, desenvolvimento e bem-estar social.

A insensibilidade do Governo Federal de então levou-me, como Governador, a mandar asfaltar, na BR-135, o trecho Presidente Dutra-Colinas; na BR 226, o trecho Presidente Dutra-Barra do Corda.

Na Belém-Brasília, BR-040, repavimentamos e iluminamos, em Imperatriz, trechos urbanos da rodovia. Ali construímos vários viadutos e obras de arte, deslocando recursos tão necessários ao Estado para obras da responsabilidade da União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que, na oportunidade da apreciação desse importante Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 1996, devíamos encontrar uma fórmula para levar às rodovias do Norte e Nordeste do País o socorro de que tanto carecem.

Essa possibilidade de ajuda parece ter sido encontrada para as grandes rodovias do Sul, por meio do citado projeto recebido da Câmara, e é preciso que também a localizemos para as regiões menos desenvolvidas.

Nesse sentido, faço um apelo à criatividade dos ilustres membros desta Casa, para que, de algum modo, levemos a União a cumprir o seu elementar dever de cuidar do que é da sua responsabilidade também nos Estados menos lembrados da nossa Federação.

O Sr. Casildo Maldaner — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner – Em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pelo assunto que traz ao debate. Em relação ao Estado de V. Ex^a, tive oportunidade, como Relator da Comissão de Obras Inacabadas, em uma das viagens que fizemos ao seu Estado, de verificar *In loco* as obras inacabadas desde a época de Getúlio Vargas. Relatamos, levantamos, fizemos uma verdadeira radiografia do Brasil e constatamos essa situação. Mas é preciso darmos sequência a esse trabalho. Tanto é verdade que estamos agora trabalhando junto ao Orçamento – infelizmente ainda não foi votado para este ano – para que se incluam as obras mais prementes. Esse é um trabalho de todos nós. Em segundo lugar, concordo com V. Ex^a, quando afirma que precisamos dar maior atenção às regiões menos desenvolvidas e quando, no início do seu pronunciamento, refere-se às estradas da Região Sul e à cobrança de pedágios em estradas. Poderíamos até estipular critérios, como por exemplo, de acordo com o interesse da União, adotar pedágios em rodovias mais movimentadas, para melhorá-las ou duplicá-las, e algo semelhante em relação aos portos mais movimentados que estão no Sul do Brasil, muito embora o Porto de Itaqui, de extraordinária projeção internacional, situe-se no Nordeste, no Maranhão. Dessa forma, o Governo Federal ficaria com mais recursos para atender às necessidades das estradas ou das obras que merecem melhor atenção. O Governo Federal não pode cometer esse descuido. Poderíamos, levando em conta a rentabilidade, adotar três posições: a implantação do pedágio em alguns casos, a terceirização em outros – a parceria privada entraria nisso – e, nos casos onde um ou outro não é adequado, a participação do Governo no atendimento. Estou de acordo com V. Ex^a. É uma tese, sem dúvida alguma, a ser proposta pelo Ministério do Transportes ao Governo Federal. Cumprimento-o pela preocupação.

O SR. EDISON LOBÃO – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, pelo aparte e pela contribuição. Penso rigorosamente igual a V. Ex^a. Onde for possível cobrar o pedágio, ou seja, nas estradas de maior movimento, isso deve ser feito. Creio que assim estará resolvido o problema. É dessa forma que se faz na Europa, nos Estados Unidos. Andei recentemente pela França, em algumas estradas, e constatei que se paga pedágio. Lá a iniciativa privada se interessa por essas rodovias, porque recebe delas resposta econômica.

Contávamos, no passado, com uma taxa, uma contribuição que se destinava à recuperação das ro-

dovias. Hoje possuímos aproximadamente 80 mil quilômetros de rodovias. Desse total, o Poder Público precisa recuperar cerca de 10%, ou seja, 8 mil quilômetros por ano. Isso não tem sido feito, não há recuperação em relação a nenhum quilômetro.

Estamos caminhando, portanto, para o sucateamento completo de toda a nossa malha viária. Isso é um risco, porque não possuímos ainda ferrovias em grande escala e nem utilizamos as vias marítimas e as vias fluviais adequadamente. Temo-nos valido, para a disseminação da economia nacional, das nossas rodovias. Todavia, contraditoriamente, as abandonamos.

Sabemos ainda que as nossas rodovias não têm o preparo técnico das rodovias da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. A sua base de concreto asfáltico é muito mais simples do que a das que existem lá, razão pela qual elas se deterioram mais rapidamente. São cuidados que precisamos ter, para que não nos vejamos, de repente, impossibilitados de fazer circular as nossas mercadorias.

O que proponho aqui é que se restabeleça o tributo que havia no passado para recuperação das rodovias. Essa taxa deve ser transferida aos Estados que vão receber tais rodovias. Ou então, deve o Governo Federal, ao transferir as rodovias aos Estados e Municípios, dotá-los dos recursos necessários à sua manutenção. De outro modo, vamos assistir à completa destruição da malha viária dos nossos Estados.

Quanto aos portos – e aqui vejo o Comandante Studart, que nos dá a honra da sua presença ao assistir a esta sessão; foi um ilustre diretor da Portobrás e é um dos homens que mais entendem de portos neste Brasil e que tanto contribuiu para a manutenção deles e até para a construção de alguns – eu diria que alguns estão em situação muito difícil, embora outros tenham uma participação fundamental na economia brasileira, como é o caso do porto de Itaqui, a que se refere o Senador Casildo Maldaner. Trata-se de um porto de primeira grandeza, situado no Maranhão, através do qual estamos exportando todo o minério de ferro de Carajás, bem como o alumínio produzido na segunda maior indústria mundial do produto, a Alumar, também no Maranhão, e exportando ainda a soja. Aquele porto é tão fundamental para o Brasil que uma tonelada de soja exportada pelo porto de São Luís produz um lucro adicional aos exportadores da ordem de US\$40.

O Senador Casildo Maldaner, relator da Comissão de Obras Inacabadas, esteve lá conosco e pôde ver a importância, a monumentalidade desse porto.

O Sr. Hugo Napoleão – Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Ouço com prazer o aparte de V. Exª.

O Sr. Hugo Napoleão – Eminentíssimo Senador Edison Lobão, é da maior oportunidade o discurso de V. Exª, no dia de hoje, no Senado Federal. E a propósito, tomarei a iniciativa de usar da palavra também para referir-me, no caso do meu Estado, ao traçado da BR-020, iniciada pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que ainda hoje é uma obra inacabada. Essa rodovia liga Fortaleza, passando obviamente por território piauiense e depois baiano, a Brasília. Penso que temos o dever de zelar pela malha rodoviária, que, afinal, é o acesso, é o pulmão de respiração de toda saúde econômica, e por que não dizer social, do nosso País. V. Exª fez um perfeito traçado da problemática com relação ao Estado do Maranhão. Trata-se de uma ação que há de ser concertada entre V. Exª, o Senado, através do projeto de lei que está sendo examinado, e, em seguida, o Poder Executivo, para que possa, então, o Estado prosseguir naquela luta que V. Exª teve, tão enfática e entusiasmadamente quando ocupava o cargo de Governador do Estado do Maranhão. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO – Muito obrigado ao eminente Líder Hugo Napoleão.

Estivemos também no seu Estado, com a Comissão de Obras Inacabadas, e verificamos a situação destas obras também no seu Estado. São obras antigas, assim como o Porto de Parnaíba, e que precisam ser concluídas.

Sr. Presidente, cumprimento o Governo Federal pela iniciativa, a Câmara dos Deputados pela contribuição que deu a esse projeto, mas entendo que, aqui no Senado, precisamos aperfeiçoá-lo ao ponto de fazer com que a lei, objeto desta ação integrada do Executivo com o Legislativo, possa ser uma lei em condições de ter aplicabilidade, sem o que teremos uma frustração muito grande, tanto para os Estados, quanto para os Municípios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. José Samey, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno,

concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, permiti-me solicitar a devida atenção ao Senador Lúcio Alcântara, que falará a seguir, para este meu comunicado, tendo em vista ser ele correlato com o assunto que acaba de ser tratado, com muita propriedade, pelo Senador Edison Lobão, que é exatamente a respeito da Rodovia O20, que é a Fortaleza-Brasília, traçada e iniciada ainda no Governo do saudoso ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

A idéia basicamente é a seguinte: "No Estado do Ceará, a rodovia foi totalmente asfaltada. Já no Piauí, a pavimentação asfáltica foi realizada da divisa Piauí/Ceará a Picos, no Piauí. No Estado da Bahia, há a conexão até Barreiras. No meu Estado, de Picos a São Raimundo Nonato, pouco falta para ser implantado. De São Raimundo Nonato para Barreiras, na Bahia, o projeto passa por imensas áreas de terras desabitadas. Seria mais econômico para a Nação coincidir o trajeto da BR-020 com os trechos já implantados de São Raimundo Nonato a Caracol, correspondentes à PI-144; Curimatá/Parnaguá/Corrente e Corrente/Cristalândia do Piauí/Formosa do Rio Preto/Barreiras, já a BR-135.

Sendo, portanto, o único trecho a ser implantado de Caracol a Curimatá, no Piauí.

O trajeto final ficaria: Brasília/Barreiras, Barreiras/Corrente, Corrente/Curimatá, Curimatá/Caracol, Caracol/São Raimundo Nonato, São Raimundo Nonato/São João do Piauí, São João do Piauí/Picos, Picos/Tauá, Tauá/Fortaleza.

No novo traçado, abrangendo mais nove cidades do meu Estado, que ficariam à margem da Estrada Federal (BR), reduziria a implantação, em número de quilômetros, e faria com que a implantação do trecho Curimatá/Caracol permitisse que parte do tráfego da BR-135, que é uma espécie de espinha dorsal – uma parte é estadual e a outra é federal –, permitiria que o tráfego, que está pesado demais e já destruiu boa parte dessa estrada, que é a única via de acesso hoje praticamente para quem demanda Fortaleza, no Ceará, São Luís, no Maranhão, via Teresina, permitiria, como digo, Sr. Presidente, evitar que o tráfego pesado continuasse a, hoje, praticamente destruir essa estrada. Estamos trabalhando, todos da Bancada do Estado, para fazer a sua construção e reedificação.

E aí teríamos o deslocamento para o eixo Corrente/São Raimundo Nonato/Picos, um eixo mais a

leste, porque com a pesada carga de caminhões carregando soja na região dos cerrados piauienses, esta estrada, como disse, a BR-135, está praticamente acabada.

Então, esse novo traçado viria viabilizar a BR-020, e é isso que estamos propondo, vamos propor ao Governo Federal na esperança de que tenhamos condições de obter sucesso nessa ação, que é uma ação de vanguarda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

V. Ex.^a dispõe de 50 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, antes de tratar do assunto que me traz à tribuna, quero aproveitar ainda os discursos dos Senadores Edison Lobão e Hugo Napoleão para dizer que, no que toca à BR-020, embora asfaltado boa parte do trecho no Ceará, esse trecho hoje está, em grande medida, praticamente imprestável, sendo necessário todo um trabalho de restauração desse asfalto. A BR-020 é uma Rodovia de grande importância, porque, nessa ligação Fortaleza/Brasília, cruza os Estados do Piauí e Bahia, permitindo, realmente, uma ligação da Capital Federal com o Nordeste, de maneira a reduzir a distância e aproximá-la – já que essa era a grande idéia do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, sediado Brasília aqui no Planalto Central –, tornando-a um centro de decisões nacionais muito mais próxima de todas as Regiões do País.

Dessa forma, quero me solidarizar com o discurso tanto do Senador Lobão, quanto do Senador Hugo Napoleão, porque, no que toca aos trechos cearenses da BR-020, a situação não é diferente.

Mas o que realmente me traz à tribuna e para comentar uma notícia publicada hoje no **O Estado de S. Paulo**, sob o título: "Jatene atribui atraso na CPMF a pressões".

"Ministro aponta lobby da Fiesp e da Febraban sobre Parlamentares contra o novo imposto."

A notícia traz trechos de declarações que o Ministro teria feito na reunião do Conselho Nacional de Saúde:

"O Ministro da Saúde, Adib Jatene, atribui ontem o atraso na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira no Congresso a fortes pressões exercidas por grupos econômicos que financiam as campanhas eleitorais. Jatene disse

ter sido informado de que os Deputados têm recebido fax de entidades, como a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), pedindo que a contribuição não seja aprovada.

O País tem donos, que não somos nós nem a população de baixa renda, mas temos de derrubar isso com argumentos sobre a necessidade da CPMF – desabafou o Ministro durante reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que reúne entidades civis e governamentais ligadas ao setor.

Hoje entendo com clareza a situação, disse Jatene. Os que disputam eleições precisam conquistar eleitores e financiadores, mas, quando o Parlamentar se elege, a pressão dos eleitores é pequena, uma vez que um sujeito que ganha dois salários mínimos não pode ficar mandando fax." E completou: "A pressão dos financiadores, por sua vez, é muito forte."

Integrante da FIESP e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Conselho Nacional de Saúde, Omilton Visconde admitiu a oposição à CPMF. "Acho que a pressão é grande, porque não há iniciativas para minimizar os riscos do empresariado, que já enfrenta os juros altos e uma forte carga tributária," disse. "Infelizmente, o cidadão cuja mulher tem um filho na pia do hospital não tem poder, mas um empresário tem condições de explicar sua situação".

Em março, a batalha do Ministro pela CPMF completará um ano. A proposta foi aprovada pelo Senado e já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara. Na próxima semana, será instalada uma comissão especial que analisará a Emenda Constitucional que cria o imposto antes de encaminhar o Projeto para votação no plenário da Câmara."

Aprovamos no Senado um projeto de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, do qual tive a honra de ser o Relator, e que foi examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois no Plenário do Senado, sendo aprovado por ampla maioria e encaminhado à Câmara dos Deputados.

É importante mencionar o fato de que nenhum político se sente confortável votando para instituir

novos tributos, novos impostos. De maneira geral, há uma crença de que já há tributos demais, impostos demais, de que a sociedade já é onerada excessivamente pela cobrança de impostos pelo Estado.

Portanto, quando o Senado deliberou pela instituição dessa contribuição, o fez na convicção de que não havia outra saída, senão essa, para criar temporariamente, pelo prazo de dois anos, uma contribuição que incidisse sobre as movimentações financeiras. E ficou demonstrado aqui, cabalmente, nessa época, que o Brasil é um país que gasta pouco com saúde, mesmo se comparado com países no mesmo estágio de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a nossa Constituição determina a universalização do atendimento como dever, como obrigação do Estado. Ora, se queremos de fato dar cumprimento efetivo a essa determinação constitucional, temos que financiar esses serviços. Em qualquer pesquisa de opinião pública feita hoje, quando não se coloca em primeiro, coloca-se em segundo lugar a saúde como a grande queixa do povo brasileiro.

Não há como no Orçamento atual, com as fontes de renda que a União tem, detectarem-se possibilidades de se deslocar recursos de uma área para atender a essa carência da saúde. Pode ser que uma reforma tributária, que está ainda sendo examinada pela Câmara dos Deputados, identifique novas fontes de financiamento para a saúde. Hoje somente a criação, em caráter emergencial, dessa contribuição poderá aportar recursos novos para que a União melhore a qualidade dos serviços de saúde que estão à disposição do povo brasileiro.

Todavia, há resistências à aprovação dessa contribuição, sob vários argumentos. Um deles, muito usado, é que não há falta de recursos na saúde; o que existe é má utilização de recursos, o que existe é desperdício, fraude, falta de controle desses gastos. É verdade que há desvios, é verdade que há gastos malfeitos, mas, mesmo que admitíssemos que todos esses gastos fossem feitos segundo um critério altamente rigoroso, ainda assim o gasto total em saúde e o gasto *per capita*, no Brasil, são muito baixos. Então, há necessidade de se investir mais. Por maior que seja a racionalidade na aplicação desses recursos, por maior que seja a integridade dos administradores, por mais rígido que seja o sistema de controle desses gastos, no seu total, esses gastos ainda são insuficientes para atender às necessidades.

Indiscutivelmente, há necessidade de recursos novos. O que não quer dizer que se vá compactuar

com a corrupção, com os desmandos, com a improbidade. Pelo contrário. É preciso estar permanentemente atento a essa necessidade de se aplicar bem os recursos públicos e punir rigorosamente os faltosos, os responsáveis pelos desvios e fraudes.

Encontrei, como Relator da instituição dessa contribuição, muitas oportunidades. Pessoas na rua que me procuravam e se diziam insatisfeitas com a instituição de mais essa contribuição. Achavam que não era justo. E muitas vezes – até porque alguns eram meus amigos pessoais – eu perguntava quanto era o ganho deles por mês, quanto eles recebiam. Aí eu fazia a conta e mostrava quanto seria a contribuição deles.

O que houve e o que há é realmente uma grande mobilização do setor financeiro e das pessoas detentoras de grandes fortunas, que se insurgem contra a cobrança dessa contribuição, porque, quando ela incide sobre grandes volumes de recursos, aquilo passa a ter um valor considerável. Então, há evidentemente uma reação desses setores contra a instituição dessa contribuição, e isso se propaga para a sociedade como um todo, como se realmente ela fosse extremamente injusta, como se ela representasse mais um sacrifício extremo de todas as camadas da população.

Primeiro, que a grande maioria do povo brasileiro não tem talão de cheque nem conta bancária. Esses não vão pagar coisa alguma, porque não pode incidir sobre alguém que não tenha movimentação financeira alguma.

Outro aspecto importante dessa contribuição é que ela permite identificar inclusive aplicações que se fazem à margem da lei – a sonegação e recursos de origem duvidosa. Mas, quando vigorou o IPMF, Imposto sobre Movimentação Financeira, alguns devem se lembrar que o sistema financeiro se recusou a apresentar para a Receita o nome dos que contribuíram, dos que foram tributados pelo imposto. Ela recolheu o imposto, mas, alegando o sigilo bancário, se recusou a declinar os nomes dos titulares das contas e das movimentações que foram realizadas. Isso é um absurdo! A própria Receita Federal foi vítima do sigilo bancário para identificar os contribuintes, aqueles sobre os quais incidiu, à época, o chamado Imposto sobre Movimentação Financeira.

Há dois aspectos a considerar: primeiro, o da importância que ele tem sobre os responsáveis por grandes movimentações financeiras, os titulares de grandes contas, os que investem no mercado de capitais; segundo, o fato de que a contribuição permite identificar os detentores dessas contas, o que para

muitos não é interessante, porque há uma margem enorme de sonegação e até de procedência duvidosa dos recursos que são considerados.

O Sr. Casildo Maldaner – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner – Senador Lúcio Alcântara, na verdade, este é um tema polêmico. Aonde tenho ido, nas minhas bases, as pessoas perguntam: "Por que mais uma carga tributária?" Outras, é claro, defendem, justamente aquelas que mais mexem com a situação financeira. Talvez numa economia estabilizada, esse percentual de 0,25% venha até a influenciar. Agora, não há a menor dúvida de que vai ajudar a saúde. A saúde hoje, no Brasil, encontra-se na UTI. Isso é fundamental para a grande maioria da população, como diz V. Ex^a, que é desprovida de recursos maiores e que se ressentida da impossibilidade de receber tratamento médico. Somos também responsáveis por isso. É verdade que votamos isso aqui; fomos sensibilizados para isso, para contribuirmos, até para arcarmos com algumas reclamações no País, mas era, principalmente, uma tentativa de tirar a saúde da UTI em que se encontra. Essa contribuição não deverá ser perene, mas temporária, para tentar minimizar o problema da saúde no Brasil. Existe outro fator, que V. Ex^a abordou muito bem, que é buscar aquilo que se encontra na informalidade ou, de certo modo, na clandestinidade, de maneira clara. Teremos algo mais unificado no País, uma contabilidade mais generalizada. Isso ajudaria ao Governo, enfim, a todos aqueles que se encontram à margem, que se mostrarão de forma clara. Tínhamos duas fontes. Até me parece que o IPMF não deveria ser extinto, deveria continuar. Essa contribuição é fundamental na medida em que ela pretende especificamente retirar, repito, a saúde da UTI. Por isso, gostaria de cumprimentar V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pois não, Senador Casildo Maldaner. V. Ex^a tocou num ponto importante. Penso que essa contribuição só foi aprovada no Senado por duas razões: primeiro, porque é provisória e, segundo, porque é vinculada à saúde.

Tenho a impressão de que não há nada que cause mais insegurança a alguém e a sua família do que a impossibilidade de, numa situação emergencial, ser atendido num hospital ou num centro de saúde. Isso é algo que causa uma grande insegurança nas pessoas, principalmente se o Estado está diminuindo. O Estado está vendendo as empresas, privatizando, fazendo concessão. Esse Estado vai

cuidar de quê? Deveria cuidar, pelo menos, de segurança, justiça, saúde e educação, já que essa idéia de reduzir o tamanho do Estado parece ser dominante, pelo menos durante um certo ciclo, não só no Brasil, mas no mundo todo. Portanto, deveríamos insistir nisso.

Lembro-me bem de que o Senador José Fogaça, quando votamos essa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, falou sobre a necessidade de se apressar a descentralização da aplicação desses recursos. E o Ministro acaba de editar uma série de documentos reforçando a municipalização da saúde. Desse modo, é mais fácil para os conselhos municipais fiscalizarem, saberem se o prefeito está aplicando bem ou não os recursos, em que gastou o dinheiro, como está procedendo em relação a esse ou aquele hospital, a esse ou aquele centro de saúde.

Portanto, temos que insistir no aperfeiçoamento, no funcionamento das instituições de saúde. E o importante, segundo declarou, na notícia que li, o representante da Confederação Nacional da Indústria no Conselho Nacional de Saúde, é que a mulher que tem um filho na pia de um hospital não tem voz, não tem lobby. O grosso da população brasileira não tem lobby para reclamar um direito seu, que é uma assistência decente do ponto de vista da saúde. Esse enorme conjunto de pessoas, essa massa de brasileiros sem voz não é ouvida. Eles é que são os maiores beneficiados pelo serviço público de saúde – precário, difícil, mas, evidentemente, a única possibilidade que eles têm de um atendimento quando precisam.

Por fim, Sr. Presidente, queria aproveitar este momento para dizer que, na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – não sei se o Senador José Fogaça estava presente, mas o Senador Bernardo Cabral seguramente estava -, o Senador Pedro Simon, a propósito do projeto de lei que foi aprovado na Comissão, sobre a escuta telefônica, reclamou que um projeto de sua autoria, aprovado pelo Senado, encontra-se na Câmara e foi completamente desconsiderado quando da tramitação deste projeto que está aqui, originário do Poder Executivo. Disse mais o Senador Pedro Simon, e penso que o Senador José Fogaça até reforçou esse argumento, citando o caso da Lei de Imprensa, um projeto que tramitou aqui na legislatura passada e do qual S. Ex^a foi Relator no Senado.

O Sr. José Fogaça – E o caso da Lei de Concessões também.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Também a Lei de Concessões, exatamente. O Senador Pedro Si-

mon comentou que haveria um descaso da Câmara para com os projetos oriundos do Senado, que lá permaneceriam engavetados. Não seriam apreciados, examinados, e não tramitariam com a celeridade desejável.

E mais: freqüentemente, um projeto tal se encontra lá e surge um outro, ou do Executivo, ou de autoria de algum Deputado, que, inclusive, tinha precedência na apreciação pela Câmara.

Portanto, ficou acertado que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e certamente o Presidente Iris Rezende vai fazer isso – iria instar junto ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, para que S. Ex^a mantivesse contato com o Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo, no sentido de evitar que isso se repetisse. A continuar assim, isso causaria um grande constrangimento ao Senado. De certa maneira, estava incomodando os Senadores o fato de que, sendo prerrogativa nossa, como é, apresentarmos projetos de lei, esses projetos, mesmo aprovados no Senado, na Câmara dormissem nas gavetas, sem que fossem examinados com a responsabilidade, com o cuidado, com a atenção que deveriam merecer por parte dessa Casa.

De forma que, encontrando-se V. Ex^a na Presidência dos trabalhos, solicito que diligencie junto à Mesa do Senado para que haja esse contato com o Deputado Luís Eduardo, Presidente da Câmara, para que se evite que isso tome a acontecer, o que certamente causaria algum mal-estar na relação entre as duas Casas do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, transmitirei ao Presidente da Casa a preocupação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o comportamento humano é situacional. De modo que, em um período de normalidade, é muito difícil encontrarmos as condições em que as virtudes humanas, as qualidades dos indivíduos, o seu poder de resistência, sua capacidade de discernimento claro, possam ser testadas.

Quando vem a crise – e esta é uma crise política, é uma crise partidária, é uma crise econômica, a mais importante deste século – de perda de legitimidade das instituições e do poder, quando vem a crise do Legislativo, a crise do Executivo, a crise do Judiciário, quando a sociedade se esgarça, da infância à terceira idade, tudo é abandonado. Então, aí podemos, realmente, conhecer os homens.

Tendo perdido a última eleição, Maurílio Ferreira Lima se encontra numa situação de perplexidade e de desespero. Se não fosse isso, como poderia ter ele abandonado as antigas posições democráticas e se perfilhado àquilo que há de mais estarecedor diante da utilização da mídia, dos meios de comunicação de massa modernos?

Realmente, a proposta socialdemocrata de conduzir o capitalismo para a civilização, para a democracia verdadeira, entrou em crise quando o próprio capitalismo entrou no colapso do desemprego, do desmantelamento dos serviços sociais prestados pelo Estado, da dívida pública e da priorização da especulação bancária. O Estado capitalista ruiu em cima das propostas socialdemocratas assim como os escombros da União Soviética estão soterrando os setores bélicos, espaciais, de telecomunicações norte-americanos.

A economia de mercado nega a socialdemocracia. No momento em que a socialdemocracia européia entrava em colapso, intelectuais brasileiros desrealizados batizavam seu próprio partido com o nome da finada socialdemocracia. Isso foi comunicado a FHC em Portugal, por um mestre português que participava da cerimônia que concedia o **honoris causa** ao sorridente Presidente do Brasil. A partir daí, Sua Excelência declarou que era neo-socialista. Tudo resolvido, o neo-socialista vai em frente.

Tudo que FHC declara do "espaço etéreo onde subiu, se memória desta se consente" é imediatamente desdito por seu Sancho Pança terrestre, o Ministro Serjão, que parece ter nomeado FHC seu Ministro da Aeronáutica. FHC declarou que seus Ministros não usariam a máquina do Estado nas próximas eleições. Serjão deu-lhe uma bruta ..., confirmando a presença de todos nos palanques eleitorais. Se no jogo-do-bicho vale o escrito, no jogo político da finada socialdemocracia, parece que vale o Serjão.

Assim como a socialdemocracia transformou-se em socialfascismo na Alemanha e em outros países da Europa, de acordo com Nicos Poulantzas, Maurílio Ferreira Lima, sem trocar de ténis, tira a máscara democrática que usava nos anos da ditadura. Troca os jegues, os palanques nordestinos, as

peixeiras e os jagunços eleitorais pela modernidade. A velha guerrilha do jaguncismo transforma-se na moderna e globalizante guerrilha rádio-televisiva, a serviço da vitória do "neo-coroner" FHC. "Minha missão na Radiobrás é essencialmente política. O projeto simbolizado pelo Presidente vai mudar o Brasil. Por isto, entrei na guerrilha da informação", brada o neo-socialdemocrata, de peixeira na mão. (Entrevista a *IstoÉ*, de 31 de janeiro de 1995, pp 5 e seguintes.) "Chamei alguns funcionários da empresa e disse que deveriam trabalhar abertamente o nome do Presidente nos programas. Quem está pensando em ser candidato a sucessor do Presidente será candidato contra ele", descobre o neo-socialdemocrata, confundindo disputa eleitoral com batalha campal cangaceira. E continua a filosofar, soprando a boca do bacamarte: "Quem está pensando em ser candidato a sucessor do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem que topar esta parada; se não topar, que saia da raia, porque o candidato à Presidência da República, em 1998, é Fernando Henrique Cardoso". E apelando, talvez, para o sarcasmo: "Eu sei que ele é homem muito sério...", isto é, "não concorrerá em pé de igualdade com vagabundo nenhum"; faltou explicitar.

O que se deduz das declarações do ex-democrata nordestino é que a Radiobrás tem três tarefas fundamentais: reeleger FHC; eleger Ferreira Lima e salvar o PSDB. "Se porventura este projeto vier a fracassar, o PSDB nunca mais se apurará. Havendo êxito, o PSDB terá que rebolar para tirar vantagens desse sucesso. O PSDB está umbilicalmente ligado ao projeto em curso, nacionalmente", conclui o novo Goebels da socialdemocracia brasileira. Assim, o futurólogo reconhece que mesmo que o real venha a dar certo, "havendo possibilidade de êxito, o PSDB terá que rebolar"...Rebola a Radiobrás, rebola o Serjão, rebola o Maurílio, rebolamos os brasileiros. Os brasileiros residentes aqui e mais de 1,5 milhão que residem no exterior. Para esses, Maurílio prometeu fazer um programa semelhante ao dos caminhoneiros – pg. 7: "Eles precisam estar vinculados ao País, pois pretendem voltar um dia. Todos têm direito à cidadania", principalmente os que escutarem a Radiobrás e votarem em FHC e no PSDB. Para esses, Maurílio pretende "oferecer uma aposentadoria", talvez como forma de estimular a emigração. O gênio da Radiobrás sugeriu ao Presidente um programa para os caminhoneiros, semelhante ao de Sula Miranda. "Por isto sugeri, e o Presidente recebeu no Palácio do Planalto a cantora Sula Miranda, a rainha dos caminhoneiros. (*IstoÉ* p.7.) "Democra-

cia é isto", descobre o político neo-socialista. "Estamos ganhando corações e mentes". Ele que parecia ganhar eleições e dementes.

Pergunta o jornalista: "Mas adianta o rádio elogiar o Presidente se as estradas estão cheias de buracos?" Resposta do surrealista das comunicações eleitorais: "Só falta consertar os buracos das estradas e dar segurança em trechos nos quais os assaltos estão se generalizando. Os caminhoneiros são a categoria na qual nosso discurso entra no seu cotidiano" E arremata o erudito telecomunicador: "Quando a CIA quis criar condições psicossociais para derrubar Allende, mobilizou os caminhoneiros". Ao invés de aprender com Allende, o psicossocial democrata aprendeu com a CIA, com quem tem óbvias afinidades, como derrubar Allende ou como ganhar "ciamente" uma eleição no Brasil.

Em relação à reeleição de FHC, assim se expressa o vemacular Presidente da Radiobrás: "me sinto profundamente sacaneado". Peço desculpas ao Plenário, mas estou lendo as palavras, *ipsis litteris*, do ilustre Presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, que pretende divulgar a cultura brasileira. Continuando: "Eu e muitos outros fomos ... Os tucanos devem pegar esta bandeira" – da reeleição de FHC. (*IstoÉ*, p.7.) Resposta de Maurílio Ferreira Lima à revista *IstoÉ*: "É lógico que divulga a figura do Presidente. Este Governo funciona em torno da luz que emana de sua liderança", a mesma luz que iluminava Luís XIV, Meiji (o Iluminado) e outros déspotas narcisistas. "Montado num palanque eleitoral que se estende a 495 emissoras e que, por sua Agência Brasil, municia com materiais 69 jornais, o nosso parque radiofônico está classificado entre os cinco maiores do mundo."

Tudo isso colocado da forma mais despudorada e inconstitucional, a serviço da reeleição de FHC, no maior palanque eleitoral oficial montado neste País. Dispõe a Constituição Federal, em seu art. 37, § 1º:

"A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

Por seu turno, o art. 237, *caput*, do Código Eleitoral, estatui:

"A interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade

em desfavor da liberdade do voto serão coibidos e punidos."

O Ministro Sérgio Motta, a quem o Dr. Maurílio se refere como "um trator" (pág. 6), desmentiu o Presidente FHC, que ordenava o não-comparecimento de Ministros em palanques eleitorais. Na era da modernidade, da globalização e do encantamento tecnológico, o controle das ondas hertzianas da mídia eletrônica potencializa os palanques eleitorais e permite que a aliciação eleitoral se faça 24 horas por dia.

A **Folha de S. Paulo** de hoje, 9 de fevereiro, mostra o fôlego que tem o Presidente da Radiobrás em dar continuidade àquilo que chama de "guerrilha propagandística". Ele propõe "uma campanha popular a ser lançada na próxima semana com a sigla MPFHC." Diz o dirigente máximo das pulsões louvainheiras e do servilismo palaciano: "Vão pensar que MP é Medida Provisória, mas é movimento popular. A idéia é colocar a reeleição nas ruas e na boca do povo."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é, realmente, contristador para nós, que lutamos para criar um clima em que a inteligência humana pudesse circular, em que as idéias pudessem ser debatidas, em que o trabalho nacional pudesse ser respeitado, em que a dignidade humana pudesse andar nas ruas, em que as mentiras e as distorções deixassem de ser o resultado do linguajar oficial, verificarmos que isto ocorre no Brasil e que se entregam os meios de comunicação a uma pessoa que declaradamente assume, ofendendo as leis e a Constituição.

É por isso, também, que a **Voz do Brasil**, que não tem os condicionamentos goebelianos do Sr. Maurílio Ferreira Lima, que não está 100% comprometida com aquilo que existe de principal, a eleição do iluminado Fernando Henrique Cardoso...

O Sr. Casildo Maldaner – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não.

O Sr. Casildo Maldaner – Farei um comentário ao seu discurso, sem adentrar talvez na forma como se tem colocado, que não condiz com este Plenário, com a ética brasileira, mas ficando mais no conteúdo daquilo que V. Ex^a tenta expor a nós todos, ou seja, a análise da questão envolvendo a presença ou não dos Ministros nos palanques. Na minha opinião pessoal, até diria que os Ministros podem ir ao palanque defender os candidatos de seu partido; não tenho nada contra isso. O que não poderia ir ao palanque seria a máquina administrativa, o **Diário Oficial**. E o Presidente da República teria

que ficar como magistrado, fora disso. E diria mais, que não sei se este é o momento mais indicado para se discutir o tema reeleição, enquanto estamos aqui a comungar com as reformas de que o Brasil precisa e está a aguardar. Pensarmos em 1998 agora parece-me que não é o momento. No momento o País quer coisas mais práticas, o Brasil espera uma política de resultados, com o Governo dizendo para que veio e colocando em prática ações que tentem minimizar os problemas. Penso que isso é o fundamental. Não sou contra a tese da reeleição. Até o meu partido em Santa Catarina decidiu por reeleições já, para prefeitos, governadores e Presidente. Mas não só para 1998. O que está hoje colocado em primeira mão é a própria estabilização do Plano. Eu até diria, Senador Lauro Campos, que o que temos que cuidar hoje não é da reeleição ou de uma medida popular pregando a reeleição em 1998. Entendo que o assunto em pauta deve ser a estabilização, as garantias e uma política de resultados. Hoje o **marketing** do Plano Real é o frango, representando a comida popular; o frango virou um símbolo. Então temos que usar isso para que se mantenha o plano, porque, daqui a pouco, Senador Lauro Campos, se o frango começar a cacarejar, o Plano vai atucanar, ou melhor, poderá atucanar. Digo isso com muita sinceridade. Todos nós temos que cuidar para que haja essas garantias e essas reformas, isso é o mais essencial para o País hoje. Por isso, neste particular, gostaria de me congratular e avaliar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LAURO CAMPOS – Muito agradecido, Senador Casildo Maldaner, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a concorda comigo e que esse assunto é importantíssimo em qualquer momento da vida nacional, estejam as eleições afastadas ou mais próximas.

A **Voz do Brasil**, que é a nossa modesta hora da verdade, está sendo ameaçada por essa mentalidade que pretende criar o monopólio da verdade, o monopólio das telecomunicações postas, como declarou reiteradas vezes o Sr. Maurílio Ferreira Lima, a serviço do candidato de um determinado partido já predeterminado.

Criam-se "verdades virtuais", que são as mentiras repetidas pela mídia. Goebels será confirmado se o processo espúrio de utilização dos meios de comunicação oficiais não for detido dentro dos limites legais. É preciso que a Justiça mostre ao Dr. Maurílio Ferreira Lima que democracia não é isso que mentes transtornadas pelo poder político pensam que seja.

Estou encaminhando, nesse sentido, uma representação ao Ministro Corregedor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis, diante das manifestações descabidas do Presidente da Radiobrás, ex-deputado Maurílio Ferreira Lima.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência fará retirar do discurso do Senador Lauro Campos as expressões não-regimentais.

O SR. LAURO CAMPOS – Gostaria de saber quais são elas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Os termos chulos que V. Ex^a leu e que se tomaram parte integrante do seu discurso.

Continua a lista de oradores. Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar passar este momento sem associar-me, embora em poucas palavras, ao que disse em seu pronunciamento, nesta manhã, o Senador Romeu Tuma. S. Ex^a fez referência ao que os jornais de hoje divulgam: a Primeira-Dama do país, D. Ruth, analisa a questão da droga, ou seja, a questão da descriminação da maconha.

Há poucos dias, eu analisava dois pronunciamentos referentes a essa questão tão profunda, tão polêmica. A droga é maléfica ao nosso País. Ela vem causando prejuízos enormes às pessoas, às famílias no mundo inteiro. No Brasil, tivemos, recentemente, a perda do grande violonista brasileiro Raphael Rabelo; em Goiânia, a jovem filha da Secretária de Cultura de Goiás, que, hoje de manhã, participou de um debate sobre o tema. Eu citaria, ainda, a nossa conterrânea catarinense, Vera Fischer. É do conhecimento de todos os problemas pelos quais a atriz atravessou.

Ao analisar todos esses fatos, penso que o momento é para refletir sobre o assunto, principalmente agora, com a participação da Primeira-Dama. Não há a menor dúvida de que a matéria é conflitante. Torna-se ainda mais delicada quando deveremos pensar nas fórmulas que visem alterar a legislação.

Em meu Estado, bem como no País inteiro, há muitos órgãos representativos trabalhando sobre o assunto, preocupados com a juventude que aí está. Os Estados Unidos também estão muito preocupados com isso. Portanto, neste momento, quando a Primeira Dama, bem como muitas personalidades e

vários órgãos de imprensa estão chamando para o debate sobre a droga, não podemos nos furtar. Penso que é o início, quem sabe, de uma grande solução para esse problema, envolvendo o Congresso Nacional, o Executivo, o Judiciário, as entidades organizadas do País. É o momento para todos sentarem e juntos enfrentarem, com os pés no chão, com seriedade, tal tema, considerado por alguns um mito, para outros uma polêmica. Precisamos trazer o assunto à luz do dia para ser tratado com muita coragem, às claras, sem receio de qualquer ordem. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer esse registro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Folha de S. Paulo**, de 07.02.1996, traz matéria com o título "BIRD anuncia na próxima semana se apóia o decreto das demarcações".

Trata-se do Decreto nº 1.775, publicado em 9 de janeiro de 1996, que modifica o Decreto nº 22, de 1991, que estabelecia os procedimentos administrativos para a identificação, delimitação e demarcações de áreas indígenas.

Qual a principal modificação havida na questão das terras indígenas, com o advento do Decreto nº 1.775/96? O respeito ao princípio do contraditório garantido no art. 5º da Constituição Federal. O respeito ao direito do cidadão, dos Estados e Municípios de participarem do processo de definição de terras indígenas, defendendo os seus legítimos interesses, quando perdurarem dúvidas a respeito da normalidade dos procedimentos relacionados à delimitação e demarcação de áreas indígenas.

Objetiva a garantia desse direito ao contraditório, para impedir que arbitrariedades sejam cometidas, a título de se garantir o direito dos índios, que eu respeito, mas que não podem servir de base à ilegalidade contra o cidadão não-índio, os Estados e os Municípios, como tem ocorrido.

Vou relacionar alguns exemplos de arbitrariedades cometidas pelo Governo, na determinação de áreas indígenas no Estado de Rondônia, prejudicando milhares de pequenos produtores rurais, assentados pelo próprio Governo Federal:

I – Área Indígena Karipuna, localizada no município de Vila Nova do Mamoré.

Essa área indígena possui território superior a 200.000 hectares e nela foram localizados no seu extremo norte entre dez a doze índios, habitando a

região da bacia do Jaci-Paraná, entre os igarapés Fortaleza e Santo Inácio;

Anterior à delimitação dessa área, o Incra assentou 300 famílias de agricultores sem terra, no prolongamento da Linha D, do Projeto Sidney Girão.

Pois bem, por ocasião da delimitação dessa área, sem qualquer base antropológica, a Funai delimitou uma área de 212 mil hectares, incluindo indevidamente a área destinada aos agricultores que, hoje, por essa razão, estão largados à própria sorte, sem qualquer tipo de assistência.

Esses 300 agricultores, que já estavam assentados pelo Governo Federal nessa área, em fazendas, com seus títulos definitivos, hoje estão à margem da lei, esperando esse acontecimento, esse decreto que agora vem proteger essas famílias.

Outra área indígena é Uru-eu-wau-wau, localizada no Município de Guajará-Mirim, Ariquemes e Campo Novo de Rondônia. Essa área tem uma extensão de mais de 1 milhão e 800 mil hectares para uma população de, aproximadamente, 120 índios. Um milhão e oitocentos e sessenta mil hectares para cento e vinte índios! Essa área, localizada em lugares em que já havia pessoas assentadas há mais de quinze anos, com propriedades já produzindo, com seu gado, suas áreas plantadas de café, cacau, foi antes reconhecida pelo próprio Incra. O Incra, ao assentar esses agricultores, afirmava não existirem índios naquela área. Ali fabricaram os índios, trazendo-os de outros setores para fazer aquela ocupação, prejudicando mais de 400 famílias que já estavam produzindo.

A delimitação dessa área, com território superior a 1.800.000 ha., foi feita no prazo de quinze dias, por pressão do Banco Mundial, quando financiava o Polonoroeste.

Imaginem que, mais uma vez, as entidades internacionais obrigam o Brasil a, de joelhos, fazer o que interessa a essas organizações internacionais. Em Rondônia, em troca de algumas migalhas de milhões de dólares, demarcou-se, em quinze dias, uma área de 1.860.000 ha. para 120 índios.

Há estudos da Funai, elaborados sob a liderança do sertanista Apoená de Meireles, profundo conhecedor da região, definindo o território dessa área em pouco mais de 800.000 ha. Mas, para agradar a essas instituições internacionais, o Governo Federal, que nesse sentido sempre foi fraco, resolveu dar mais um milhão e poucos hectares de gratificação, cedendo a esses interesses.

Outro absurdo verificado em relação a essa área é que a Funai trouxe os índios para a sua periferia.

Em uma área de mais de 1.800.000 ha., existem esses 120 índios que, sem qualquer apoio, foram trazidos pela Funai do centro da reserva para a sua periferia. Sem a alimentação abundante e farta existente no centro da reserva, passaram a alimentar esses índios com sardinha enlatada e outras comidas, afrontando totalmente as suas tradições e os seus costumes, só para enfeitar e acobertar interesses internacionais e dizer que toda aquela região estava comprometida com um número grande de índios.

Esses índios tradicionalmente habitavam a região da Bacia do Cautário, rica em alimentos, distante dessa periferia 80 km, e hoje residem, misturados, entre os brancos, por culpa da própria Funai.

A terceira área em Rondônia que está sendo discutida é a área indígena dos Mequéns, com 240 mil hectares. Nessa área ocorreu o grande absurdo cometido, a pretexto da questão indígena, no Estado de Rondônia. A Funai fabricou os índios atualmente localizados naquela região. Qualquer investigação antropológica concluirá que os brasileiros que habitam a referida área são mestiços, originários de seringueiros cearenses, bolivianos e até índios, desde a época em que a região era constituída de seringaais. No entanto, delimitou-se uma área indígena nessas condições, prejudicando centenas de agricultores que foram assentados pelo Incra na região de Alta Floresta e Cerejeira.

Como se vê, Sr. Presidente e Srs. Senadores, muitos são os absurdos cometidos pela Funai e ninguém teve a coragem de reconhecer o que o Ministro da Justiça reconheceu: a demarcação indiscriminada de áreas indígenas.

Diga-se, de passagem, que, por um simples decreto, uma pessoa de oitavo escalão dentro da Funai, por conta própria, apontava e mandava medir essas reservas sem levar em conta as consequências dessa demarcação, que, em benefício de alguns índios fabricados, prejudicava centenas, milhares de famílias em meu Estado.

Só agora, Sr. Presidente, vamos poder, com o art. 5º ou o contraditório, apresentar processo na Justiça para rever essas demarcações injustas que deixam milhares de agricultores à própria sorte, perambulando às vezes pelas BRs, participando de movimentos de sem-terra, sendo que essas pessoas já estavam assentadas, produzindo em seus devidos lugares.

É o caso da reserva de mais de 200 mil hectares, em Rondônia, onde há dez índios. Poderiam perfeitamente conviver com essas famílias. Ou, então, que sejam revistas as demarcações!

No ano passado, pela insensatez e descompromisso com a situação de infortúnio desses agricultores, a área foi demarcada, apesar dessa ilegalidade já suficientemente demonstrada.

Esses três exemplos são mais do que suficientes para provar a oportunidade do Decreto nº 1.775/96, que recupera para o cidadão o seu amplo direito de defesa, protegendo-o da arbitrariedade do Estado.

O Governo brasileiro não pode e não vai recuar nessa questão, mesmo porque, se o fizer, estará descumprindo, aí sim, a nossa Lei Maior.

Por isso lutamos pela nossa soberania, pela defesa da Amazônia. Em momento nenhum, devemos ficar com medo ou, por hipocrisia, querer defender questões indígenas além do normal, doando terras e mais terras a essas reservas, impedindo a produção no Brasil e o assentamento dos sem-terra, a exemplo do que aconteceu em Roraima, onde se criou quase que um país dentro do Brasil, que é a Reserva dos Ianomâmis.

Posteriormente, a partir de segunda-feira, pretendemos fazer pronunciamentos para mostrar que aquelas reservas têm que ser revistas. Tem-se que levar em conta também o lado do cidadão branco e dar prioridade às pessoas que lá vivem e que lá trabalham.

Este Brasil, como tenho dito aqui neste Senado, é o País do faz-de-conta, o País do medo, da hipocrisia, onde, sabemos, muitas leis têm que ser mudadas; mas, às vezes, falta coragem de mudar e de defender os interesses de muitos oprimidos que há neste Brasil.

Por isso é que devemos escurecer esses interesses internacionais revelados por intermédio das ONGs, os interesses de países desenvolvidos da Europa que ameaçam o Brasil de cortar pequenos recursos se não colocarmos a reserva amazônica à disposição deles. Ou seja, em troca da nossa Amazônia, querem impor os seus anseios aqui, em nosso País.

Por isso, precisamos dar esse grito de independência e fazer respeitar o povo brasileiro e a soberania do Brasil.

Obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem e hoje, alguns

agricultores reuniram-se à frente do Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, para fazer um manifesto em favor de uma reivindicação, que vem sendo há algum tempo divulgada pela imprensa, a de obterem junto aos Governos Federal e Estadual um empréstimo – se é que assim se pode definir tal reivindicação – da ordem de R\$1.500,00, a fundo perdido.

É possível que essa reivindicação tenha a sua razão de ser – e tem. Esses agricultores sofreram seriamente com a seca que afligiu o nosso Estado recentemente. São pequenos agricultores e a sua situação realmente pede algum tipo de providência. No entanto, é preciso também dizer aqui, Sr. Presidente, que a crise dos agricultores e a sua legítima luta, a sua legítima reivindicação por um apoio, por uma ajuda do Governo à sua situação de dificuldade, de precariedade, de drama social, foi extremamente manipulada por uma central sindical deste País, a CUT.

Houve a iniciativa, por parte de algumas lideranças dessa Central, de chamar os agricultores para que bloqueassem as estradas, ocupassem áreas em fazendas, ou em parques e praças na Capital do Estado, com a divulgação de uma inverdade. Foi dito aos agricultores, pelos líderes da CUT, que o Governo daria nas mãos de cada um, sem nenhuma necessidade de ressarcimento, uma doação de R\$1.500,00, a título de ajuda. Tal presente, tal milagre pós-natalino seria dado somente para aquelas pessoas ou famílias que não ficassem em suas casas ou em suas terras. Aqueles que fossem para a estrada e usassem o crachá da CUT, aqueles que se cadastrassem no movimento, esses seriam contemplados. Os que ficassem em casa não seriam contemplados.

Ora, isso funcionou como um verdadeiro rastilho de pólvora. Imediatamente, milhares de famílias, com a notícia, que se espalhou com uma rapidez impressionante, se deslocaram, sob a crença de que bastaria esse tipo de movimentação para se tornarem, portanto, habilitadas à generosidade e ao direito de receberem esses R\$1.500,00.

De fato, o Governo Federal, através do Governador Antônio Britto, liberou uma verba da ordem de R\$40 milhões para o atendimento a essas famílias. Mas, em hipótese alguma, o Governo pode fazer uma doação de R\$1.500,00 às famílias de agricultores em crise ou aos agricultores necessitados do Rio Grande do Sul.

Há várias razões que tornam isso clara e limpidamente justificável. Antes de mais nada, a cida-

de de Porto Alegre tem hoje cerca de 300 mil pessoas que vivem em áreas de subabitação ou de favelas. São pessoas despossuídas, são pessoas que não têm nenhuma propriedade, nem mesmo aquela em que residem, pois vivem em áreas ilegais e, portanto, não são sequer proprietárias de onde vivem. A sua "desposse", a sua pobreza é absoluta.

É evidente que se houver algum tipo de critério social ou humano para a doação de R\$1.500,00 a cada família, há outras prioridades, infelizmente.

Os agricultores precisam de apoio do Governo. Mas se tiver que dar dinheiro nas mãos das pessoas – e o Governo não vai poder dar; nunca pôde e, possivelmente, nunca poderá –, sob a forma de uma esmola, de uma doação generosa, parece-me que há outras famílias que estão em primeiro lugar nessa fila de necessidades.

Portanto, não seriam os agricultores os primeiros a serem contemplados – e não seria justo que fossem – se o Governo tiver que dar dinheiro.

Agora, é evidente que um financiamento subsidiado – e generosamente subsidiado – deve ser concedido. E foi essa a luta do Governador Antônio Britto: bater às portas do Governo Federal, vir a Brasília e voltar com os recursos, para serem liberados através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

O subsídio que é dado nesses empréstimos é extremamente generoso. Eu diria que é praticamente inexistente a taxa de juros para o pagamento, em três anos, dessa verba de R\$1.500,00 para cada família.

Além do mais, o Governo se dispõe a cobrar em três anos, não sob a forma de numerário, de moeda, mas sob a forma de equivalência-produto. Aquilo que os agricultores produzirem nas suas terras será a matéria de pagamento da dívida junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Há aí um ingrediente de doação? Há. A não-cobrança de juros ou a reduzidíssima taxa de juros e o próprio alongamento do prazo de pagamento incluem aí, implicitamente, uma doação. Mas é evidente que a parte principal tem que ser paga, num prazo que me parece, também, um prazo bastante flexível, três anos.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os agricultores não aceitam essa hipótese e querem os R\$1.500,00 doados, a fundo perdido, para cada família. E quem os convenceu de tal impropriedade? Quem colocou nas suas cabeças, na cabeça dessas pobres famílias a idéia, a suposição de que elas receberiam de graça os R\$1.500,00?

Prova-se por aí que há neste País vendilhões, alguns de Deus e outros de ideologias. Há quem minta ao povo em troca de dinheiro, de vantagens ou de benefícios que o céu vai oferecer; e há outros que mentem ao povo que vão oferecer o céu aqui na terra, para poderem exercer uma liderança que não têm. Portanto, é uma liderança falsa, fundada na mentira.

Foi revelado a esses agricultores que essa proposta nunca existiu por parte do Governo, nem poderia existir. O que dirão os pobres camponeses do Nordeste se o Governo Federal fizer uma doação de R\$1.500,00 para cada família gaúcha, para proprietários de terra? De pequenas propriedades, é verdade, mas proprietários de terra.

São pessoas que vivem numa crise grave, sim, e a solidariedade do Governo com essa luta é total. É preciso ajudar esses agricultores, liberar-lhes recursos. Mas se o Governo Federal fizer uma doação a proprietários gaúchos, o que fará esse Governo em relação à grande massa de miseráveis que perambula sem terra, sem propriedade por amplas regiões deste País?

Portanto, era e é preciso, neste momento, uma reflexão sobre a ética da responsabilidade política. A mesma falta de ética que leva alguns a venderem a ilusão de que são representantes de Deus e dos céus aqui na terra – e vendem essas ilusões a um alto preço para famílias e para pessoas ignorantes –, também leva lideranças sindicais de esquerda, com formação ideológica socialista, pessoas que têm uma enorme noção e consciência do que estão fazendo, a agirem deliberadamente como se fossem os vendilhões de templo, enganando e iludindo essas pobres famílias.

É preciso separar o joio do trigo. Os agricultores que estão lá pedindo, não podem ser duplamente enganados; eles precisam ter a verdade, pelo menos de um lado. E o Governador está tentando colocar-lhes a verdade. O Governador disse-lhes claramente: Aqui estão os R\$1.500,00 para cada família, para serem pagos em três anos, com juros inferiores a 1/3 dos que são cobrados hoje, sem TR. O pagamento não será em dinheiro, será em produto. Basta que o agricultor trabalhe, produza e ele só pagará R\$500,00 por ano, a contar do ano que vem. Um prazo, parece-me, largamente favorável.

Pedir que o Governo faça mais do que isso, não me parece justo; não com esses agricultores, mas não me parece justo para com outros cidadãos brasileiros que têm carências, que têm necessida-

des muito maiores. Se é viável ocupar estradas para receber doações do Governo, então, meu Deus do céu, nenhuma estrada neste País poderá ser acesso ou via de transporte para coisa alguma, porque cerca de 30% da população deste País têm uma situação bastante pior do que aquela dos pequenos agricultores do meu Estado, que são pessoas pobres, são pequenos proprietários de terra, são minifundiários.

É absolutamente reconhecida e notória a sua necessidade. É preciso apoiá-los. O Governo não irá abandoná-los; há um sentimento enorme de solidariedade com o que eles viveram nessa crise gerada pela seca. Mas, absolutamente, nós não podemos compartilhar e convalidar a mentira, segundo a qual eles foram mobilizados pelas lideranças sindicais.

A par deste esclarecimento necessário, entendo que cabe também uma reflexão sobre a questão da reforma agrária.

Há mais de 30 anos que sou um dos defensores sistemáticos e permanentes da distribuição e da divisão de terras no Brasil. Creio que, no pós-guerra, só se modernizaram os países que criaram as classes médias rurais, que romperam com o latifúndio improdutivo e destruíram os sistemas de famílias senhoriais; que romperam com um processo de dominação dos grandes senhores que era um fator de atraso, de paralisia econômica, um fator impeditivo do progresso econômico.

Continuo defendendo a reforma agrária, porque, em nosso País, ela tem um papel maior do que o de simplesmente gerar maior riqueza ou de gerar maior produção agrícola. Em nosso País, a reforma agrária tem um fator de equilíbrio social. Isso significa dizer que ela irá assegurar que grandes massas de camponeses, grandes massas de cidadãos brasileiros que perambulam pelos campos, que não têm terra, que não têm propriedade e que, muitas vezes, miseravelmente, se ajuntam em torno das grandes cidades, possam ter acesso à terra e a algum meio de sobrevivência.

Mas essa tragédia dos tempos modernos, Sr. Presidente, apresenta um dado absolutamente novo e inesperado: nos novos tempos da modernidade econômica, do desenvolvimento, da tecnologia, alimento é algo que se torna cada vez, necessariamente, mais barato. Portanto, é preciso que o frango chegue a R\$1,00 na mesa do trabalhador; é preciso, sim, que o feijão, o arroz, a batata, o milho e os cereais cheguem a preços muito baixos à mesa do trabalhador da cidade. Nesses tempos, é preciso que o setor agrícola te-

nha enorme índice de produtividade. Vê-se, então, que começa a surgir uma grande incompatibilidade entre as pequenas propriedades com baixo índice de produção, que acabam produzindo caro e encontram no mercado preços absolutamente incompatíveis com aquilo que precisam vender. É a tragédia dos nossos tempos.

É possível que cheguemos à conclusão de que, num futuro muito breve, o campo, a terra...

O SR. PRESIDENTE (Belo Parga) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por quinze minutos, para que o orador conclua a sua oração. (Pausa)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por mais 15 minutos.

Senador José Fogaça, V. Exª pode concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conforme estava dizendo, é possível que cheguemos à conclusão de que, num futuro muito breve, o campo não seja mais lugar de habitação do homem. Países mais modernos, como os Estados Unidos, têm menos de 2% da sua população vivendo na zona rural.

Recentemente estive em um seminário internacional, onde se debateu essa questão relativamente à França. A pergunta que foi feita no debate a deputados franceses foi: Por que os senhores subsidiam, com tão largos recursos, os agricultores franceses, que produzem pouco, produzem caro e, portanto, exigem do governo francês enormes subsídios? E eles disseram: Não o fazemos porque isso signifique alimento mais barato, nem porque signifique garantias de estabilidade social, mas fazemos por uma questão cultural. Não queremos ver desaparecer aquela França das paisagens da primeira metade deste século, do homem trabalhando no campo, do homem lidando com a lavoura, do homem e da mulher plantando e vivendo na zona rural. Portanto, estamos preservando a cultura e a paisagem tipicamente francesas. Custa-nos caro, mas é uma decisão nacional.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, que estamos diante de vários impasses que nos são criados pela modernidade, pelas tendências inevitáveis do capitalismo, tendências essas que ou as impedimos de se realizarem ou – se não quisermos ou não pudermos fazê-lo – nos preparemos conscientemente para esses novos tempos que virão.

Desde que me conheço por gente – não desde que entrei na vida pública, porque isso faz pouco

mais de duas décadas, quase nada diante do tempo histórico -, sempre ouvi uma frase dos líderes políticos, dos meus tios, que eram vereadores, que eram prefeitos na pequena cidade de São Francisco de Paula, de onde é originária minha família no Rio Grande do Sul, uma frase que se repetia e que sempre me parecia de enorme profundidade, de um enorme significado social e humano. A frase dizia que é preciso manter e fixar o homem produzindo no campo.

Aqui, passados mais de 30, 40 anos, continuo ouvindo essa frase - cada vez mais esporadicamente -, mas, agora, a pergunta que faço é outra: será que fixar o homem no campo é a luta social do Século XXI? Essa é uma indagação para a qual não tenho mais resposta, Sr. Presidente. Sempre tive uma resposta na ponta da língua: "Sim, manter o homem no campo".

Trata-se de uma pergunta da maior importância. No mundo em que vamos viver no século XXI - ele não está absolutamente longe -, será preciso produzir massivamente alimentos em grande abundância e a preço muito baixo. Portanto, estas duas coisas precisam compatibilizar-se: fixar o homem no campo, produzindo; e fixar o homem no campo, produzindo em grande quantidade e barato. Essa é uma necessidade dos tempos, uma necessidade imposta pela evolução natural do sistema capitalista.

É evidente que podemos fazer outras opções. Tentar, por exemplo, colocar um dique nessa evolução natural do sistema. E a forma de fazer isso é evidente: por exemplo, voltar a uma política de preços mínimos, fixar os preços mínimos de forma artificial para garantir a renda daqueles agricultores que produzem pouco e caro, daqueles agricultores que têm baixa produtividade. Isso garante a fixação do homem no campo, mas quanto custa para o homem da cidade? Quanto custa isso em termos de encarecimento da alimentação do trabalhador, do operário, dos pequenos assalariados?

O simplismo daquela frase: "É preciso fixar o homem no campo" deixou de existir. Vivemos realmente a era do rompimento com a simplicidade. As soluções são complexas, são difíceis. Todos aqueles que se agarraram em verdades ou convicções de quarenta e cinquenta anos atrás e se agarraram como verdades dogmáticas, definitivas e imutáveis são obrigados a fazer algum tipo de reflexão.

Fixar o homem no campo? Sim. Quanto custa isso para os demais cidadãos, para os outros pobres brasileiros?

Haverá um tempo em que saberemos fazer esse tipo de avaliação pela constatação de que alguma coisa não correu bem com a reforma agrária. Infelizmente, esses pequenos agricultores do Rio Grande do Sul estão demonstrando isso, porque a grande maioria dessas famílias, segundo informação, são famílias assentadas por programas de reforma agrária, cujo nível de produtividade não lhes está garantindo um ganho, uma renda pelo menos compatível com as suas necessidades de sobrevivência.

Não tenho resposta, porque essa é uma indagação para a qual não há resposta no mundo. A verdade é que no mundo inteiro o homem não está sendo fixado no campo. A França é uma das raríssimas exceções do mundo desenvolvido. As razões são aquelas que eu trouxe na minha exposição.

Portanto, fica essa pergunta, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que faço essa reflexão paralela um pouco mais avançada em relação aos fatos.

De minha parte, estou solidário com o Governador Antonio Britto. Primeiro, na sua posição manifestada, determinada e, desde o primeiro momento, abrangente e generosa. S. Ex^a disse que não abriria mão de lutar pelos interesses daqueles agricultores e que iria ao Governo Federal pedir a ajuda necessária. No entanto, é evidente que o Governador, através do Banco do Rio Grande do Sul, não pôde doar os R\$1.500,00 que a CUT, mentindo, disse a essas famílias que receberiam. Fora isso, tudo o mais está sendo feito, tudo o mais faremos e tudo o mais o Governador fará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Os Srs. Senadores Jonas Pinheiro e Valmir Campelo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após um longo período de intensas negociações entre o Governo Federal e a Frente Parlamentar da Agricultura foi firmado, em novembro de 1995, um acordo, que viabilizou o processo de alongamento de R\$ 7 bilhões das dívidas dos agricultores, inclusive, associações e cooperativas, através do mecanismo de "securitização".

A "securitização" foi transformada em Lei, sob nº 9.138, de 1995, aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República e regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a "securitização" das dívidas agrícolas representa um importante avanço no sentido de se levar mais segurança e tranquilidade ao agricultor brasileiro.

Sem dúvida, ao possibilitar que os agricultores paguem as suas dívidas, de até R\$ 200 mil, no prazo de 7 a 10 anos, com carência de 1 a 2 anos, com juros de 3 % ao ano e com "equivalência-produto", se está dando condições para que os agricultores continuem produzindo, gerando emprego e riquezas, tão necessários para a sociedade.

A "securitização", nos moldes acordados, contemplará um universo de 220 mil agricultores, que tem dívidas e, destes, cerca de 95 % terão a totalidade de suas dívidas alongadas, já que devem até o limite de R\$ 200 mil.

Entretanto, Sr. Presidente, a "securitização", embora aprovada, não vem sendo implementada pelos agentes financeiros. Os agricultores tão somente vem formalizando as suas intenções juntos aos bancos.

Essa situação decorre do fato de que faltavam ainda a publicação de normas e procedimentos regulamentadores, para efetivar as operações de "securitização".

Felizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada no dia 31 de janeiro do corrente e o Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 2.238, da mesma data, aprovou e publicou essas normas.

Dessa maneira, a efetivação do processo de alongamento das dívidas agrícolas já poderá ser efetivada junto a todos os agentes financeiros, públicos e privados, concretizando, assim, essa importante etapa.

Segundo as normas recentemente publicadas, o prazo para adesão ao processo de "securitização" foi prorrogado para o dia 29 de fevereiro do corrente ano, data a qual os agricultores interessados deverão procurar as agências bancárias para formalizar o pedido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei ativamente todo esse processo, como representante do Senado Federal, inclusive nas negociações finais e, portanto, julgo-me no dever de dar ciência a esta Casa do seu desenrolar.

Quero testemunhar o alto empenho e dedicação dos colegas Parlamentares e da equipe econômica do Governo Federal, liderada pelo Ministro Pedro Parente, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, pelo Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Dr. Andréa Calabi e pelo Dr.

Guilherme Dias, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, para viabilizar esse importante processo de "securitização" das dívidas agrícolas.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O Distrito Federal tem conseguido bater o recorde nacional do desemprego. O índice de desemprego na Capital Federal chega à assombrosa cifra de 15,6 %.

Dentre os segmentos produtivos atingidos pela crise, o setor da construção civil tem sido o mais sacrificado.

Segundo dados divulgados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito Federal, somam 22 mil o número de desempregados no setor em Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Os trabalhadores da construção civil, de um modo geral, sempre enfrentaram o drama da alta rotatividade, mas o número de demissões nunca chegou a assustar, porque a oferta de emprego no setor também sempre foi crescente.

O que acontece hoje em dia é que não existe oferta de empregos. As construtoras estão paradas, reduziram-se drasticamente o volume das construções em Brasília.

Alegam os empresários da construção civil que os juros altos tomaram proibitivos os novos empreendimentos.

O setor público, por sua vez, que tradicionalmente sempre garantiu o maior número de empregos na construção civil, encontra-se completamente paralisado.

A paralização das obras do metrô e de outras obras públicas importantes representou um duro golpe para os trabalhadores da construção civil.

E não é só isso, Sr. Presidente. A crise espalha seus efeitos para setores paralelos, como as lojas de material de construção que, não conseguindo vender seus produtos, vêem-se obrigadas a também demitir funcionários.

O pior é que, no caso dos trabalhadores da construção civil, a possibilidade de migrar para outras profissões é praticamente nenhuma, porque a falta de qualificação é muito grande.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

A questão do desemprego no Distrito Federal é grave, muito grave!

Mais grave, ainda, é o imobilismo do governo local em relação ao problema.

O governo do PT assumiu consciente de que o desemprego era uma questão emergencial em Brasília, que ameaçava explodir a qualquer momento.

Passado um ano de administração petista, não se avançou nada no que diz respeito a providências concretas para reduzir o desemprego na Capital Federal.

Não pretendo entrar no mérito dessa situação bizarra provocada pela reforma do secretariado do Governo do Distrito Federal. Todo mundo tem visto pelos jornais o festival de baixarias, de denúncias e de inabilidade política em que se transformou uma simples operação de troca de auxiliares do governador.

Quero, no entanto, cobrar do Governo do Distrito Federal providências realmente concretas de combate ao desemprego em Brasília.

O PT deve ao Distrito Federal um plano exequível de industrialização, capaz de atrair indústrias e empreendimentos para dar emprego à população.

O PT precisa encontrar um meio de induzir o reaquecimento da construção civil, de reiniciar as obras do metrô e de impedir que as construtoras, que as incorporadoras, que as lojas de material de construção fechem as portas, agravando ainda mais a crise do desemprego.

O PT, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, precisa acabar com essa briga de facções políticas dentro do próprio partido. Isso é coisa de amadores!

O PT precisa trabalhar, **dizer a que veio**. A paciência do povo tem limites.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência comunica ao Plenário que deferiu recurso, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, no sentido de serem submetidas ao Plenário as emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1996 – esclareço que é o da escuta telefônica -, e que não foram acatadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o recurso deferido:

RECURSO Nº 1, DE 1996

Requeremos, nos termos do art. 124, item 3, do Regimento Interno, que as emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1996, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e não acatadas pela Comissão, sejam submetidas ao Plenário.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 1996. –
Pedro Simon – Casildo Maldaner – José Fogaça – Bení Veras – Lauro Campos – Marluce Pinto – Bernardo Cabral – Hugo Napoleão – José Alves.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1996 (nº 1.156/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, tendo

Parecer sob nº 26, de 1996, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto, com emendas nºs 1 a 6 - CCJ, que apresenta; e

Recurso sob nº 1, de 1996, do Senador Pedro Simon e outros senhores Senadores, no sentido de que as emendas não acatadas pela Comissão sejam submetidas ao Plenário (art. 124, nº 3, do Regimento Interno).

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 68, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 1996 (apresentado como conclusão do Parecer nº 24, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até cento e dois milhões de dólares norte-americanos entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o projeto de descentralização do transporte ferroviário metropolitano de Recife.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 1995

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 1995 (nº 163/95,

na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994, tendo

Parecer favorável, sob nº 10, de 1996, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, vencidos os Senadores Josaphat Marinho, Ademir Andrade, Roberto Freire, Ronaldo Cunha Lima, Benedita da Silva e Carlos Patrocínio.

(Quarto dia de discussão)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h20min.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. EPITACIO CAFETEIRA NA SESSÃO
DE 08/02/96 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPB-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o assunto que vou tratar hoje normalmente não precisaria ser tratado, porque penso que intrigas políticas não merecem resposta. Acontece que sou Líder do PPB. Tenho, pelo menos, que prestar considerações ao meu Partido. Muito mais à opinião pública.

Quando fui candidato a Governador do Maranhão, contei com o apoio do PSDB do Maranhão, que preferiu ficar com minha candidatura do que com a candidatura de Roseana Sarney. Hoje, está pagando por isso. Eu não diria que o Maranhão está a pão e água, porque nem isso tem. Lá, a situação é muito difícil para o Partido, mas, mesmo tendo eles enfrentado toda sorte de abandono, continuam meus amigos.

Há poucos dias, quando circulou a notícia de que eu poderia sair do PPB, o Presidente do PSDB, meu amigo, o nobre Senador Artur da Távola, aqui presente, perguntou-me se poderia começar a convencer-me. Respondi que não, porque, se eu saísse do meu Partido, não iria para partido algum. Tenho sete mandatos, em um total de 34 anos de política, e estive apenas em três partidos políticos. Não resta dúvida, portanto, quanto à minha posição e à posição não só do PSDB do Maranhão, como a do PSDB nacional.

Dizem: "O Cafeteira não tem adversários: o Cafeteira tem inimigos." E os inimigos se permitem tudo: se permitiram na eleição e se permitem agora. Se algum Senador leu **O Globo** de domingo, deve ter tomado um susto.

Diz esse jornal que fui escolhido, por unanimidade, o Senador mais aborrecido, mais turrão, e que os colegas até evitam contato comigo, quando, na realidade, só tenho aqui amigos e na roda em que estiver conversando é sempre uma alegria. Então, aquilo já era o início de algo maior.

Na segunda-feira, na coluna "Painel" da **Folha de S. Paulo**, saiu outra nota que se intitula "Mexendo em Vespeiro" que diz:

"O PSDB vetou a entrada do Senador Epitacio Cafeteira (PPB) na legenda no Maranhão. O motivo é um só: os tucanos não querem nem pensar em contrariar o Senador José Sarney (PMDB-AP) e seus aliados políticos."

Li essa notícia e achei que deveria continuar ignorando. Havia a notícia de domingo e a de segunda. Mas novamente ontem, agora já na coluna – aquela outra não tinha assinatura, e sei que, em coluna política de jornal, cada um põe uma notícia, o que dificultaria saber quem a colocou – de uma jornalista conceituada, Denise Rothenburg e dizia o seguinte:

"No caso do PMDB, os tucanos já começaram a agir. Em dezembro, o Senador Epitacio Cafeteira (PPB-MA), inimigo número um de Sarney no Maranhão, tentou ingressar no PSDB, mas foi vetado. O veto teve o objetivo de não melindrar Sarney."

Fiquei pensando, Sr. Presidente: por um lado, eu tinha que mostrar aos meus companheiros de Partido que isso era tudo mentira, e os Srs. Parlamentares sabem, assim como o povo do Maranhão, que tudo isso é destituído de verdade.

Então, Sr. Presidente, creio que dá para entender por que isso está sendo feito. Acredito que é muito mais para tentar passar a imagem de que o Presidente da República tem medo do Presidente desta Casa, o nobre Senador pelo Amapá, José Sarney. E repetem a notícia na segunda e na quarta-feira. O desejo é dar idéia de força ao Presidente do Senado. Não tenho a menor dúvida de que qualquer Senador que esteja presidindo o Senado tem força política. Mas não deveria deixar

que se colocasse na imprensa a idéia de que o Presidente da República tem medo do Presidente do Senado. Imagino que essa notícia foi veiculada muito mais para atingir Fernando Henrique Cardoso do que para atingir o Senador Epitácio Cafeteira. Afinal de contas, Cafeteira não pode ser atingido porque todo mundo sabe que isso é totalmente infundado. O que realmente tem fundamento, Sr. Presidente, é esse desejo de se levar a imagem de que o Presidente desta Casa é realmente importante, ou seja, que faz medo ao Presidente da República.

Espero que a jornalista Denise Rothenburg – como já disse, uma jornalista séria – coloque na sua coluna quem lhe deu essa informação. Tenho a impressão de que se trata da mesma pessoa que colocou a nota no domingo, dizendo que eu era malquistado pelos meus colegas, a mesma que colocou a nota no "Painel" da **Folha de S. Paulo**, ou seja, vamos encontrar uma pessoa que, sei, está muito ligada ao Presidente desta Casa.

O Sr. Esperidião Amin – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Com muita alegria, Presidente do meu Partido, nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin – É do meu dever não apenas ouvi-lo, como também fazer uma rápida intervenção, no momento em que V. Ex^a, justificadamente, usa da tribuna para prestar esclarecimentos e, sob certo aspecto, até fazer uma devida auto-reparação. Não acompanhei todas essas matérias a que V. Ex^a se refere: a de domingo e a de segunda, mas li a de ontem, quarta-feira, na coluna da jornalista Denise Rothenburg, que é uma pessoa que tenho na melhor das contas, como profissional da imprensa brasileira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Eu também.

O Sr. Esperidião Amin – Julgo oportuno que V. Ex^a preste essas informações e faça esses comentários, até em função da credibilidade da jornalista, que a merece, e se há, como V. Ex^a deixa flagrante, reparos a fazer às informações que lhe prestaram, é justo que V. Ex^a use a tribuna, que o povo do Maranhão lhe conferiu, para fazer esse desagravo, do qual eu gostaria de participar. Considero judiciosas e procedentes as colocações de V. Ex^a sobre os reflexos dessa notícia de ontem sobre o PSDB, sobre o Presidente da República. Mas não me cabe fazer análise de qual seria a reação do PSDB ou do seu Presidente, ou dos próceres do PSDB diante de

um suposto veto a alguém para não desagradar outrem. Mas acho que as colocações de V. Ex^a fazem sentido, são procedentes. Desejo também cumprimentá-lo pelo esclarecimento cabal que dá acerca dos fatos, e me congratular com a disposição de V. Ex^a em continuar colaborando como partidário, como Líder da nossa Bancada, que integro aqui no Senado, para o fortalecimento do nosso Partido, Partido que procura fortalecer-se para defender não bancos, não banqueiros, mas para defender o povo brasileiro, para defender o pequeno produtor rural, para defender o pequeno e o microempresário, para libertar o País de taxas de juros escorchantes, de um ciclo cambial complicado, um Partido que se mobiliza para proteger o emprego, o empresário, a atividade econômica brasileira. Esse é o nosso principal empenho. É claro que não somos os donos da verdade. Outros partidos têm talentos tão bons ou até melhores do que os nossos para se lançarem nessa empreitada. Quero me congratular com a manifestação de V. Ex^a e oferecer-lhe a minha sincera solidariedade, dos seus companheiros de Bancada no Senado e do nosso Partido.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Agradeço o aparte do nobre Senador Esperidião Amin, cujo trabalho à frente do Partido o tem feito crescer, exatamente na busca desses objetivos citados por V. Ex^a. Ainda ontem o Partido conseguia, através da formação de um bloco, ser o segundo colocado na Câmara dos Deputados.

Mas, Sr. Presidente, enganam-se as pessoas que levam essa notícia para dar a idéia de um Presidente da República amedrontado. E digo isso porque acredito que o Real criou uma aura tão grande para o Presidente da República que hoje o que vemos nas duas Casas do Congresso é a falta de uma oposição a um Governo que tem seus defeitos, que está criando dificuldades quanto ao emprego, que está cobrando juros altos, que é fácil de ser levado à contestação por fatos negativos. Mas o Real é tão forte que não seria o Presidente do Senado, Senador pelo Amapá, e não pelo Maranhão, cuja passagem pelo Maranhão já ocorreu há algum tempo, e não tem hoje mais a ver com esse Estado, a não ser os parentes, e cuja linha política é a do Estado do nobre Senador Sebastião Rocha e não mais a do Maranhão, que iria ameaçá-lo. Então, não teria por que o Presidente se atemorizar diante de um político que todos conhecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1996, ÀS 10:29 HORAS.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Epitácio Cafeteira, Vilson Kleinübing, Mauro Miranda, Jefferson Peres, Joel de Hollanda, Pedro Simon, Valmir Campelo, Elcio Alvares, Sérgio Machado, Ronaldo Cunha Lima, Luiz Alberto Oliveira, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Lauro Campos, Romero Jucá, João França, Gilvan Borges, José Roberto Arruda, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Carlos Bezerra, Leomar Quintanilha, João Rocha, Beni Veras, Carlos Patrocínio, Lúdio Coelho, Flaviano Melo, Gerson Camata, Waldeck Ornelas, José Agripino, Freitas Neto, Osmar Dias e Hugo Napoleão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Onofre Quinan, Ramez Tebet, Francelino Pereira, Bello Parga, Geraldo Melo, Arlindo Porto e Junia Marise. Havendo número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se, a seguir, à apreciação dos requerimentos de destaque às emendas de Plenário oferecidas ao **PLC Nº 115/93**, que "regula direitos e obrigações à **propriedade industrial**". A Presidência concede a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para encaminhar contrariamente a votação da **emenda de plenário nº 245, de autoria do Senador Geraldo Melo**. A seguir, fala o Senador Lauro Campos, para encaminhar favoravelmente a votação. Em discussão a emenda, usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Roberto Requião e Eduardo Suplicy. Submetida a votação, a emenda é rejeitada, com votos contrários vencidos dos Senadores Lauro Campos, Pedro Simon, Ney

Suassuna e Eduardo Suplicy. Com a palavra em seguida, o Senador Fernando Bezerra ressalta que a **emenda de Plenário nº 263, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, está prejudicada** em virtude de ser idêntica à emenda nº 245. Passa-se, portanto, à apreciação da **emenda de plenário nº 246, de autoria do Senador Geraldo Melo**. Participam da discussão os Senadores Fernando Bezerra, Lauro Campos e Ney Suassuna. Em votação, a emenda é rejeitada com votos contrários vencidos dos Senadores Lauro Campos, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. A seguir, a Presidência confere a palavra ao Senador Fernando Bezerra para encaminhar contrariamente a votação da **emenda de plenário nº 264, de autoria do Senador Jonas Pinheiro**. Usa da palavra para encaminhar favoravelmente a votação da emenda o Senador Lauro Campos. Não havendo quem queira discutir, a emenda é submetida a votação e é rejeitada, com votos contrários vencidos dos Senadores Lauro Campos, Eduardo Suplicy e Ney Suassuna. Em seguida, o Senador Fernando Bezerra encaminha contrariamente a votação da **emenda de plenário nº 265, de autoria do Senador Jonas Pinheiro**. O Senador Lauro Campos encaminha favoravelmente a votação da emenda. Não havendo quem queira discutir, a emenda é colocada em votação e é rejeitada, com votos contrários vencidos dos Senadores Ronaldo Cunha Lima, Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Ney Suassuna e Jonas Pinheiro. Passa-se, a seguir, à apreciação da **emenda de plenário nº 255, de autoria do Senador Jonas Pinheiro**, cujo requerimento de destaque é retirado a pedido do autor, Senador Lauro Campos. Prosseguindo, o senhor Presidente passa a palavra ao Senador Fernando Bezerra para encaminhamento contrário da votação da **emenda de plenário nº 258, de autoria da Senadora Júnia Marise**. Usa da palavra o Senador Lauro Campos, para encaminhar favoravelmente a votação da emenda. Em discussão a matéria, participam os Senadores Fernando Bezerra, Ney Suassuna, Ronaldo Cunha Lima, Epitácio Cafeteira, Romero Jucá, Elcio Alvares, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing, Sérgio Machado e Carlos Bezerra. Submetida a votação, a

emenda é rejeitada, com votos contrários vencidos dos Senadores Gilvan Borges, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Lauro Campos, Eduardo Suplicy e Osmar Dias. O **requerimento de destaque nº 08, de autoria do Senador Lauro Campos à emenda de plenário nº 261, de autoria do Senador José Eduardo Dutra** é retirado, a pedido do autor. Em seguida, passa-se à apreciação da Pauta Extra, **MSF Nº 401/95**, solicitando "autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, entre a CESP-Companhia Energética de São Paulo e o Commerzbank Aktiengesellschaft, mediante o lançamento de títulos no exterior, no valor equivalente a até DM 500.000.000,00 (quinhentos milhões de marcos alemães), podendo atingir o valor máximo equivalente a US\$ 700.000.000,00 de principal, destinada a captar recursos para pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional.", cujo relator, Senador Pedro Piva, oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão a matéria, é concedida vista aos Senadores Carlos Bezerra e Eduardo Suplicy, pelo prazo regimental de cinco dias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Gilberto Miranda

Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 1996, ÀS 10:40 HORAS.**

Às dez horas e quarenta minutos do dia trinta e um de janeiro de mil

novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, João Rocha, Onofre Quinan, Lauro Campos, Carlos Bezerra, Ramez Tebet, Bello Parga, Esperidião Amin, Pedro Piva, Valmir Campelo, Carlos Patrocínio, Osmar Dias, Joel de Hollanda, Ney Suassuna, Vilson Kleinübing, Geraldo Melo, Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Elcio Alvares, Lúdio Coelho, Leomar Quintanilha, Bení Veras, Pedro Simon, Mauro Miranda, João França, Arlindo Porto, Freitas Neto, José Roberto Arruda, Júnia Marise, Romeu Tuma, Fernando Bezerra e Gilvan Borges, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixa de comparecer o Senador Francelino Pereira, por motivo de saúde. Havendo número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, passa a palavra ao Senador Pedro Piva, relator da **MSF Nº 401/95**, que "solicita autorização para lançamento de títulos no exterior, com garantia da União, pela CESP no valor equivalente a até DM 500.000.000,00 (quinhentos milhões de marcos alemães), podendo atingir o valor máximo de US\$ 710.000.000,00 (setecentos e dez milhões de dólares norte-americanos), com a finalidade de captar recursos para pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional.". Após as considerações feitas pelo relator, passa-se à apreciação do voto em separado oferecido pelo Senador Carlos Bezerra, que solicitara vista da matéria em reunião anterior, favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão o voto em separado, falam os Senadores Pedro Piva, Lauro Campos, Esperidião Amin, Ney Suassuna, Eduardo Suplicy e Vilson Kleinübing. Em seguida, o senhor Presidente confere a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que também solicitara vista da matéria, para que leia sua declaração de voto favorável. Ainda em discussão a matéria, falam os Senadores Esperidião Amin, Júnia Marise, Gilberto Miranda, Eduardo Suplicy e Pedro Piva. Submetido a votação, o parecer do relator é aprovado, com modificação sugerida pelo Senador Vilson

Kleinübing. Votam vencidos os Senadores Carlos Bezerra, Lauro Campos e Bello Parga. A seguir, usa da palavra o Senador Ramez Tebet para relatar o **OFÍCIO "S" Nº 74/95**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, para contratar operação de crédito externo, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata-FONPLATA, no valor de US\$ 20.000.000,00, equivalente a R\$ 19.020.000,00, cujos recursos serão destinados ao financiamento de projeto de pavimentação asfáltica da Rodovia MS-141, trecho Ivinhema/Naviraí, com extensão de 90 Km.". Em discussão o parecer do relator, favorável nos termos do PRS que apresenta, falam os Senadores Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Ramez Tebet, Vilson Kleinübing e Jefferson Peres. Colocado em votação, o parecer é aprovado, com voto contrário do Senador Lauro Campos. Em seguida, o senhor Presidente concede a palavra ao Senador Ney Suassuna, para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta à **MSF Nº 375/95**, "Do senhor Presidente da República solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, no valor de FF\$ 68.790.136,93 (sessenta e oito milhões, setecentos e noventa mil, cento e trinta e seis francos franceses e noventa e três centavos), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Paribas, destinada ao financiamento integral do custo da importação de equipamentos e serviços a serem fornecidos pela empresa francesa Aérospatiale.". Em discussão o parecer, falam os Senadores Lauro Campos, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. Não havendo mais quem queira discutir, o parecer é submetido a votação e é aprovado, com votos contrários dos Senadores Lauro Campos e Eduardo Suplicy. A seguir, o senhor Presidente passa a palavra ao Senador João Rocha, para que leia o seu parecer favorável nos termos do PRS que apresenta ao **OFÍCIO "S" Nº 07/96**, , que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Tocantins para concessão de garantia junto ao Banco do Brasil S.A., referente à operação de crédito junto ao Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER III-Piloto, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, naquele

Estado, no valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais).". Colocado em discussão o parecer, participam os Senadores Leomar Quintanilha, Pedro Piva e Esperidião Amin. Submetido a votação, o parecer é aprovado. Passa-se, em seguida, à apreciação do **OFÍCIO "S" Nº 75/95**, que "encaminha solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso-LFTE/MT, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1996.", cujo relator, Senador Carlos Bezerra, apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em discussão o parecer, usam da palavra os Senadores Pedro Piva, Carlos Bezerra, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda, Geraldo Melo, Ramez Tebet, Mauro Miranda, Carlos Patrocínio, Jefferson Peres e Jonas Pinheiro. Colocado em votação, o parecer é aprovado, com votos contrários dos Senadores Pedro Piva, Esperidião Amin e Vilson Kleinübing. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador Gilberto Miranda
Presidente

(Início da reunião sem registro de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Passemos ao item 01 da pauta.

Concedo a palavra ao Relator do Projeto, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Srs. Senadores, o projeto é do Presidente da República, que solicita, através da Mensagem nº 401, uma operação de crédito externo a ser contratada pela CESP.

Demos o voto favorável.

Gostaria somente de esclarecer que não se trata de empréstimo, e, sim, de uma autorização do Senado para dar o aval para a companhia; é uma troca de dívidas. A CESP deve US\$700 milhões à Eletrobrás. Essa operação se destina ao pagamento da CESP, das contas devidas à Eletrobrás, para que ela possa continuar tocando os seus projetos adiante.

Desses US\$700 milhões, US\$200 milhões já estão vencidos; trata-se de dívidas vencidas da CESP com a Eletrobrás. A Cesp está inadimplente

com a Eletrobrás. Todo esse dinheiro será depositado numa conta do Banco do Brasil para pagamento exclusivo das contas do Tesouro Nacional. Trata-se apenas de uma transposição de dívidas; dívida essa sobre a qual, hoje em dia, se paga uma loucura de juros internos. A Cesp está trocando a dívida interna pela dívida externa, para pagar o Tesouro Nacional.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha para ler o voto em separado do Senador Carlos Bezerra.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos aqui um voto em separado do Senador Carlos Bezerra em relação a este Projeto de Resolução.

(Procede-se à leitura do voto.)

O Senador justifica essas observações e propõe um substitutivo ao Projeto de Resolução.

O substitutivo mantém os art. 1º, 2º e 3º, as condições de pagamento e solicita que todas as observações feitas constem do Projeto de Resolução.

Em razão disso, o voto do Senador Carlos Bezerra é no sentido de que não se aprove o Projeto de Resolução como está no parecer e no relatório do Senador Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Queria esclarecer que o dólar é uma moeda de referência, obviamente.

Em segundo lugar, trata-se de eurobônus lançados no mercado europeu. O banco é o líder da operação, o **Commercial Bank**. E só para esclarecer, pois todos os Srs. Senadores sabem, o banco lidera a operação dentro do processo internacional: é 10 para um, 15 para outro. Isso é pulverizado dentro de todos os bancos que vão subscrever essa operação.

É difícil, é quase impossível determinar-se isso, uma vez que é pulverizado no mercado a exemplo dos eurobônus particulares. Pode ser ienes, mas a base é dólar americano.

É impossível definir. Há que se ter uma moeda de referência. Como isso é colocado no mercado internacional, é lançado no bolsa, por exemplo, de Munique; é feito um **holdshow** pela companhia. São centenas de investidores que operam e compram o título. Nenhum banco vai fazer US\$710 milhões de dólares e colocar na Cesp, isso é colocado junto a investidores institucionais, por isso, tem que ficar um pouco fluído.

Eram esses os esclarecimentos que gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos, que pediu a palavra anteriormente. Depois, ao Senador Esperidião Amin, e após ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vim para o Senado, entre outras coisas, por ter durante décadas criticado, para os meus alunos e fora da universidade, o endividamento externo brasileiro.

A nossa dependência política foi trocada pela dependência da dívida externa quando o Brasil teve que assumir uma dívida de Portugal para com a Inglaterra de US\$5 milhões. Isso aí foi crescendo e, realmente, o Brasil nunca se livrou dessa forma de espoliação.

No princípio do século, a nossa dívida, de repente, foi considerada astronômica. Então, tal como aconteceu em 1982, a dívida foi cobrada violentamente pelos Rotschild, nossos banqueiros na Inglaterra. Eleito Presidente da República, antes de sua posse, Campos Sales foi à Inglaterra tratar da posição da dívida externa. Existe um livro dele, chamado **Campanha Republicana**, onde ele narra dia-a-dia o que se passou com ele nessa viagem em que ele foi atrás de nossos credores.

Obrigaram Campos Sales a vender as empresas estatais brasileiras. Então, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Companhia de Água do Rio de Janeiro foram penhoradas aos Rotschild. Eles nos impuseram a demissão de funcionários públicos, o enxugamento da máquina, o que hoje se repete. Campos Sales demitiu funcionários, enxugou a máquina, reduziu os gastos do governo e criou um imposto-ouro sobre as importações para entregar ouro – agora o Real forte – entregar moeda forte, ouro, aos bandidos internacionais, aos agiotas internacionais que nos sufocavam naquela ocasião. E que, antes, nos facilitaram o endividamento, como sempre acontece.

Quando a crise acontece lá e o dinheiro sobra – porque não há investimentos, porque há desemprego e precisa-se de menos dinheiro para se pagar trabalhadores – e eles então trazem o dinheiro para a periferia, as ex-colônias e fazem como aconteceu com os eurodólares e petrodólares no final dos anos 60 e início dos anos 70.

De modo que são eles que fazem o nosso endividamento externo. Quando falei na Comissão Parlamentar da Dívida Externa, em 1983, os Srs. Deputados presentes tiveram a paciência de me escutar por 4 horas. Aqui, infelizmente, muitos colegas não têm paciência de me escutar por 2 minutos.

Então, fui eleito, entre outras coisas, por combater a dívida externa. Ainda que as promessas e a pílula dourada fosse de que os juros seriam negativos, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen escreveram um livro em 1972 dizendo que deveríamos aproveitar os juros baratos para nos endividarmos naquele momento.

Também naquele momento se criou um aumento da taxa de juro interna, para que nós, como acontece agora nesta proposta, aproveitássemos os juros baratos lá de fora e nos endividássemos.

Hoje, estamos com U\$150 bilhões de dívida externa.

Sim, senhor, 153.

É que os números do Brasil, realmente, são assustadores, são pipocas. Se você se distrai dois meses, eles estavam pensando que havia 500 mil crianças prostitutas, de 10 a 15 anos, no Brasil; agora sou surpreendido, porque são dois milhões.

Então, realmente, se não se acompanharem os números diariamente, eles nos espantam.

O que acontece é o seguinte: é que também nós tomamos grande parte desse endividamento externo a 2 ou 3% ao ano e chegou até a 21,5% ao ano. De modo que sabemos quão perigosas são. E os países que se valeram da dívida externa na ilusão de que iriam crescer com isso, todos eles se deram mal.

Japão e Alemanha nunca se valeram da dívida externa e são os dois grandes exemplos de países que se desenvolveram no contexto capitalista, a partir do final do século passado.

Tendo lido mais de vinte livros, examinado teses sobre o endividamento externo, teses de doutorado sobre dívida externa, lá em Campinas – a tese do Petrônio Portella Filho, por exemplo, eu fiz parte da banca –, nunca vi um livro, nem de norte-americano, que tivesse a coragem de defender o endividamento externo periférico.

Portanto, sou contra. Fui eleito para ser contra, para votar contra, e se eu votasse a favor de qualquer tipo de endividamento, eu seria cobrado pelos meus ex-alunos e pelos meus eleitores.

Portanto, já de algum tempo para cá, não quero saber qual é a matéria, não quero saber qual é a taxa de juro. Ainda que seja negativa e para salvar criança de rua, voto contra, voto contra o endividamento.

Sim, senhor, voto contra o endividamento.

O SR. (Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAURO CAMPOS – Não me interessa quem propõe, sei quais são as consequências futuras disso.

Cada brasileiro, hoje, já nasce devendo, e não tem nada, não tem casa, não tem moradia, não tem ensino. Nasce devendo U\$1 mil cada brasileiro.

Então, diante desses e de inúmeros argumentos que eu poderia trazer em defesa da minha posição, sou contra o endividamento externo, sou contra qualquer acréscimo de dívida externa e, portanto, meu voto, ainda que solitário – e eu gosto da solidão, passei minha vida inteira na solidão, estudando trancado numa sala, não tenho medo da solidão –, talvez, é contra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Contrariamente ao que o nobre Senador Lauro Campos dizia, que aqui não haveria atenção, procurei demonstrar toda a atenção possível às suas palavras, e o maior respeito, também.

Agora, quero dizer que divirjo radicalmente e se o Senador Lauro Campos, que fez referência ao Senador Roberto Campos, mas dele não deve ser parente...

O SR. LAURO CAMPOS – Graças a Deus, não. (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não precisava dizer isso porque existem outros Campos aqui no Senado, inclusive.

O SR. LAURO CAMPOS – Uma vez, o *Correio Braziliense* me perguntou isso...

(Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Francisco Campos é seu parente?

O SR. LAURO CAMPOS – É lógico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Meu medo é que V. Ex^a, depois, sugira alguma emenda constitucional parecida com a dele.

(Risos.)

Mas eu gostaria de dizer o seguinte: não consigo compreender o alcance das palavras do Senador Lauro Campos, que eu respeito e ouvi com atenção.

Primeiro, é verdade que cada brasileiro nasce devendo U\$1 mil. É verdade. U\$1 mil de dívida externa, mas esse dinheiro não vai incomodá-lo, não vai incomodá-lo tanto quanto a dívida interna.

Se me perguntarem hoje o que combato mais, direi que com a dívida externa nem me preocupo. Ninguém está preocupado com a dívida externa, porque – não é que não se deva imaginar a evolução, acompanhar o que está acontecendo – hoje a

dívida externa está domada. E o seu colega de bancada, seu Líder, Senador Eduardo Suplicy, que vai falar em seguida, poderia até nos dizer se sustenta os temores que sustentou quando da votação dos diversos acordos na Legislativa anterior.

S. Ex^a, nesta Comissão – claro que pelos menos dois terços dos personagens eram outros –, muitas vezes trouxe aqui os seus temores a respeito da nossa capacidade de pagamento, reservas, evolução delas.

Hoje, a nossa preocupação é outra: é com a consistência das reservas, que está muito ligada à nossa dívida interna e aos seus juros. Boa parte da nossa reserva cambial, hoje, – nós sabemos – é constituída por dinheiro de curto prazo que vem para cá, é o dinheiro de motel. Hoje, tem um artigo do Delfim que diz: "É o dinheiro vagabundo." – que hoje frequenta os melhores salões e ganha sem produzir. É o dinheiro especulativo, é o dinheiro que quebrou o México, é o dinheiro que assusta a Argentina e nos assusta também.

Então, não quero ficar discutindo esse assunto, mas, hoje, dívida externa deve ser procurada em substituição à dívida interna – é o que mostram as evidências. E em relação a uma dessas evidências, Senador Lauro Campos – é por isso que estou interferindo no seu raciocínio – tenho alguma responsabilidade, e esta Comissão e o Senado também. Nós autorizamos a trocar 7 bilhões de dívida interna por dívida externa! E o Governo está fazendo isso com grande êxito, está trocando dívida de curto prazo, 30% de juro ao ano pelo menos, por dívida de longo prazo. Taxa de juro, agora, no Japão, foi colocada a 5% ao ano – 5% ao ano! E para o japonês é uma boa coisa, porque o juro de captação, lá, é de 2,5% ao ano, enquanto estamos pagando isso ao mês.

O SR. PEDRO PIVA – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Então, eu quero lhe dizer que não sou menos patriota que V. Ex^a, mas, hoje, defendo a substituição do regime da nossa dívida de interna para externa, em nome do País, em nome do que estou vendo.

Se V. Ex^a não vê, eu me preocupo, porque V. Ex^a tem mais experiência que eu, tem mais anos de vida, claro, é mais experiente, e pode ser que eu não tenha visto. Mas eu queria que V. Ex^a não duvidasse da minha boa-fé.

Agora, o que mais me preocupa é o que V. Ex^a disse: não viu e não quer ver. V. Ex^a chegou a dizer que – eu mencionei – se o Governador Cristóvam Buarque propuser, V. Ex^a não quer saber, é contra. Isso é que me preocupa.

O SR. LAURO CAMPOS – V. Ex^a conhece um livro chamado **Colapso da Modernização**, de Robert Kurz?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sim, Excelência; conheço o livro.

O SR. LAURO CAMPOS – (Intervenção fora do microfone.) Então, se V. Ex^a tiver oportunidade, releia a página 183, onde está exatamente o resumo de tudo o que estou dizendo aqui, ou seja, que neste momento o que acontece é que o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outros organismos estão canalizando novamente empréstimos para os países periféricos e esses empréstimos constituem uma forma de dominação.

A cada momento em que nós quisermos nos tornar independentes, ou através do protesto contra o SIVAM ou qualquer outra coisa, eles ameaçam cobrar a dívida externa com o rigor que sempre utilizaram, inclusive, recentemente, em 1982(?). Contrariamente a V. Ex^a, o Imperador Meiji, que fez o capitalismo japonês, dizia: "Não devemos jamais recorrer à dívida externa; se o fizermos, devemos pagá-la na véspera do seu vencimento." O exemplo do Egito e da Espanha, dois países que perderam tudo, inclusive a sua soberania, devem estar sempre presentes na nossa memória. Este é um conselho que ouvi do General Ulysses Grant, ex-Presidente dos Estados Unidos: não recorrer jamais à dívida externa.

Senador Esperidião Amin, desculpe-se mas eu prefiro seguir e estar na companhia do Imperador Meiji do que na ilustre companhia de V. Ex^a. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu quero dizer a V. Ex^a que não pretendo facilitar a sua aspiração. Essa viagem requeria, no mínimo, um centro espírita e nem mesmo aqueles serviços funerários – Bom Pastor – poderiam resolver essa contingência. Apesar de V. Ex^a preferir o Imperador, não tenho como facilitar sua aspiração; quero dizer também que, entre o Imperador e V. Ex^a, prefiro V. Ex^a. Primeiro, porque não sou monarquista e, segundo, porque respeito profundamente V. Ex^a e cada vez mais simpatizo com o penteado de V. Ex^a, por razões óbvias.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA – Gostaria apenas de fazer a colocação de que prefiro mil vezes V. Ex^a em companhia do Senador Esperidião Amin porque V.

Ex^a vai estar vivo e, se estiver lá, vai estar enterrado e morto, deixando uma imensa saudade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O pior é que nem vai nos dar a notícia se realmente gostou.

Sr. Presidente, quero concluir a minha colocação, voltando ao assunto específico, pois essa questão de dívida externa e interna é complexa. Desejo lembrar que um dos países que se fez na base da dívida externa, calote e recuperação de crédito foram os Estados Unidos da América.

Já que V. Ex^a citou um livro, eu quero citar um outro: **Os Donos do Mundo**, de Anthony Sampson, que trata do dinheiro, à página 117. Lá está a primeira manifestação de um cônego inglês sobre o calote do Estado de Maryland a um banco inglês. Conta como se caloteava e há a descrição de um monge, de um clérigo inglês sobre a volúpia do calote dos Estados Unidos da América em relação aos créditos, à época, da Grã-Bretanha.

Então, a dívida externa é uma contingência. O melhor seria não precisar de poupança externa. Nós não a temos. Hoje, devemos comemorar os 40 anos da posse do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que enfrentou endividamento e moratória, assim como Getúlio Vargas, D. Pedro I. O Brasil deve desde a sua independência. Não sei se o nosso Imperador poderia repetir o que disse o Imperador Meiji. Seria bom nós pagarmos em dia e, hoje, é mais fácil pagar em dia a dívida externa do que a dívida interna. Cada vez que apreciamos um crédito para dívida interna eu sou contra, porque essa dívida já está em mais de 110 bilhões, a taxa de juros é, como diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, escorchantes. E é escorçante porque o tomador sabe que não é para receber. Cada vez que passa aqui – e passa, às vezes, sem passar pela Comissão de Assuntos Econômicos – uma antecipação de receita, como nós referendamos nessa Resolução do ano passado, quando nós autorizamos – como vamos autorizar daqui a pouco – o acerto do Banespa com a emissão de 8 bilhões de Letras do Tesouro Nacional para serem pagas em 30 anos, isso realmente preocupa-me e me entristece pela circunstância atual. Agora, quanto a esta aqui, sou a favor porque se trata de captação do dinheiro bom. Este, hoje, por incrível que pareça, é o dinheiro bom.

A minha única observação formal a V. Ex^a é que eu não posso concordar com a sugestão feita no voto do Senador Carlos Bezerra, porque é impossível se escrever o valor máximo equivalente a 710 milhões de dólares americanos de principal correspondentes a 1 bilhão de marcos alemães. Nós não

podemos escrever isto na Resolução porque o câmbio é flutuante. Temos que escrever o que está na sua proposta: o equivalente a 710 milhões de dólares norte-americanos, e o resto que se dane! Se o iene ou a lira subirem...

O SR. LAURO CAMPOS – Não concordo com V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nós já sabemos que V. Ex^a, nos próximos 80 anos de vida, não vai concordar comigo, e não vai ser no próximo minuto que isso vai acontecer.

Eu sou a favor do Projeto de Resolução e gostaria que o Relator e os nobres Pares compreendessem que é impossível fazer esta amarração – 710 milhões de dólares americanos equivalentes a 710 milhões de reais.

O SR. PEDRO PIVA – Isto pode mudar amanhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pode mudar amanhã. Então, é equivalente a 710 milhões de dólares norte-americanos. Creio que V. Ex^a poderia nos explicar melhor a destinação. Essa é a minha dúvida.

O SR. PEDRO PIVA – Pois não, Sr. Senador. Após o pronunciamento do nobre Senador Eduardo Suplicy, voltarei ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos está nos mostrando que foi positiva a solicitação de vista do Senador Carlos Bezerra – e eu próprio também solicitei –, na medida em que se trata de uma operação de grande importância. Felizmente, hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos está debatendo, em profundidade, o assunto não apenas da Cesp como a questão do endividamento.

Vou traçar algumas considerações, com um sentido mais de advertência, sobre a questão da operação em que a Cesp e o Governo do Estado de São Paulo solicitam a nossa autorização.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, como ainda está sendo distribuído o parecer de V. Ex^a, gostaria de saber se V. Ex^a já vai entrar no seu parecer ou falar sobre a matéria. Se V. Ex^a estiver de acordo, eu preferiria terminar o debate do substitutivo do Senador Fernando Bezerra. Depois, passaríamos ao debate do seu parecer, para que os outros membros possam acompanhar. Há um parecer do Senador Pedro Piva, Relator, e votos em separado, mas pretendemos discuti-los um a um.

O Sr. Senador Vilson Kleinübing pediu a palavra. Não sei se S. Ex^a quer falar sobre o Parecer do Senador Pedro Piva ou do voto em separado do Senador Fernando Bezerra. Depois, entraríamos na discussão do de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tudo bem, Sr. Presidente. Eu iria falar sobre a matéria, mas eu poderia fazê-lo depois de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre a discussão da dívida eu queria, primeiro, fazer uma observação à Comissão. É evidente, como disse hoje o Senador Esperidião Amin, que é melhor a dívida externa do que a dívida interna. Mas é claro que nós temos que controlar a dívida até um determinado limite. A soma da dívida interna e da dívida externa não pode ser ao bel-prazer de administradores públicos.

Qual é o sentido desta Comissão? Por que é que esta Comissão se reúne? Nós, pelo menos, devíamos fixar o seguinte: hoje, a soma da dívida interna com a dívida externa representa 30% do PIB. Não deveríamos autorizar endividamentos superiores a 30% do PIB. Não deveríamos autorizar novos endividamentos que fossem num valor maior do que o crescimento da própria economia brasileira.

Sr. Presidente, isso deve fazer parte da preocupação daquela Subcomissão que V. Ex^a criou - Subcontrole e Administração, do Senador Esperidião Amin -, para definirmos sob que regras vamos autorizar endividamentos de Estados e Municípios da União e sobre que percentual do produto interno bruto brasileiro, isso é o mínimo necessário.

Em segundo lugar, sobre o parecer do Senador Pedro Piva, quero fazer duas observações. A primeira é que a Cesp é a única empresa de energia elétrica do País que ainda atrasa pagamentos de faturas do mês para a Itaipu e para a Eletrobrás. Não sou contrário a que se autorize essa operação de crédito aqui e agora, operação de garantia, porque vai pagar dívidas federais, mas temos que recomendar o Governo de São Paulo, se vier pedir mais rolagem de dívida, aqui, que acerte, pelo menos, os vencidos, porque é um mau exemplo para o País. É a única empresa que ainda continua pagando com atraso à Itaipu e à Eletrobrás. É uma exceção que não sei por que a Eletrobrás ainda está concedendo, porque não poderia conceder.

E a terceira observação é sobre a resolução, propriamente, do Senador Pedro Piva. Gostaria, Senador, se fosse possível, que V. Ex^a pudesse modifi-

car o parágrafo único do art. 1º para a seguinte redação: "Os recursos objetos dessa resolução de crédito destinam-se exclusivamente ao pagamento de dívidas garantidas pelo Tesouro Nacional."

O SR. PEDRO PIVA - Estou de acordo.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Se estiver de acordo com esta observação de que devemos recomendar ao Governo de São Paulo que, para pedir novas operações de crédito iguais a essa, a CESP, pelo menos, honre seus compromissos com a Itaipu e com a Eletrobrás, para o futuro, sem negar este, voto favorável a essa resolução, com essa alteração.

O SR. PEDRO PIVA - Senador Vilson Kleinübing, estou de inteiro acordo com a observação de V. Ex^a, de forma que a acolho.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Passamos à análise do voto em separado do parecer do Senador Eduardo Suplicy. Pediria silêncio aos Srs. Senadores para que o Senador Eduardo Suplicy pudesse ler o seu voto em separado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, a presente operação visa alongar o perfil da dívida da CESP junto ao Tesouro Nacional. Em outras palavras, esses recursos servirão para o pagamento das obrigações que a empresa paulista tem para com a União.

Entretanto, outras dívidas de curto prazo que a CESP tem junto ao mercado não poderão ser quitadas com tais recursos, de acordo com declarações que seus representantes emitiram, em reunião ocorrida ontem, em meu gabinete. Assim, a empresa continuará dificultada, sufocada por compromissos de curto prazo, sem poder lançar mão dos recursos decorrentes da operação ora autorizada.

A Cesp, bem como a maioria das empresas energéticas, vem sofrendo sucessivos prejuízos, em virtude de decisões da União que levaram ao adiamento da conclusão de obras necessárias à ampliação da capacidade de geração, transmissão e distribuição no Estado, levando ao descasamento entre os prazos de financiamento das mesmas e o seu início efetivo de operação e conseqüente faturamento, com pesados reflexos nos encargos financeiros acumulados por conta dos compromissos assumidos.

Cabe menção, também, às continuadas compressões tarifárias, mormente em períodos de alta inflação, ou mesmo em períodos de menor inflação, como durante o Plano Real, com o intuito de conter os índices de preços, levando à descapitalização das empresas do setor.

Estimativas correntes no âmbito das próprias empresas elétricas estaduais apontam perdas da ordem de US\$7,8 bilhões, devidas a tais motivos e outros similares. Isso representa mais do dobro do déficit de recursos de curto prazo enfrentados atualmente pelas mesmas.

A presente operação prevê o pagamento de taxa de juros da ordem de 10% ao ano, que à primeira vista, se comparadas com as escorchantes taxas cobradas no mercado brasileiro, parecem baixas, entretanto, caso comparadas com os juros dos países desenvolvidos são draconianas. Como exemplo, podemos citar a colocação de títulos feitos pelo Governo americano, que desembolsará 3,5% ao ano a título de juros, e o Governo japonês, que vem pagando 0,5% ao ano.

É claro que as garantias proporcionadas, ou há de se esperar da parte do Governo americano e do Governo japonês, são muito maiores, mas é importante se ter estes dados como padrão de comparação. Outro ponto que muito preocupa é a cláusula que obriga a empresa a efetuar o pagamento de todo o principal, de uma única vez, dentro de 5 anos, e este é um ponto importante que deve ser objeto da consideração, ou seja, o pagamento do principal deverá ser realizado numa única vez daqui a 5 anos. Como seguramente a Cesp não disporá de tal montante nesse prazo, seria mais correto e transparente, para com o Senado Federal e para com o povo de São Paulo, fosse aqui explicitado como se pretende resolver esse problema.

Outro problema, que se apresenta para a aprovação dessa autorização pelo Senado, prende-se ao fato do projeto de resolução proposto pelo Senador Pedro Piva não cumprir exatamente o disposto no art. 18 da Resolução nº 49, de 1995, do Senado Federal. Em verdade, não será esta a primeira vez que uma resolução não preenche os requisitos da Resolução 49, de 1995. Já aconteceu no ano passado, quando o Senado autorizou a última emissão de bônus da União, quando o Relator foi o Senador Esperidião Amin. À época, votamos contrariamente à operação. Estaremos outra vez descumprindo a nossa própria norma? Talvez fosse mais coerente alterá-la, já que ela está demonstrando não atender os requisitos de algumas operações de crédito atualmente oferecidas pelo mercado. Entendo perfeitamente a situação calamitosa em que se encontra a Cesp e também o Tesouro Estadual, apesar de responsável pelo recolhimento de mais de 47% das receitas federais, só 3% delas retornam para São Paulo.

Os níveis de pobreza vêm aumentando de forma descontrolada pelo Estado, tenho a certeza de que não será a venda do patrimônio público ou a contratação de operações como essa que reverterão esse quadro. Será importante restituir à CESP sua capacidade operacional e de investimentos. Para isso, deve-se destacar o problema das tarifas das empresas geradoras, sem cuja resolução tudo mais resultará inócuo. A atual administração, a par da insolvência econômico-financeira herdada, enfrenta dois megaproblemas entrelaçados com a política macroeconômica do Governo Federal: os juros catastróficos e a retenção artificial das tarifas de suprimento com o intuito de conter a inflação. Em ambos os casos, trata-se de medidas com efeito retroalimentadores da inflação. E se não forem esses problemas equacionados, a autorização aqui solicitada não surtirá efeito.

Sr. Presidente, não estou apresentando um projeto de resolução em separado ao do Senador Pedro Piva, mas faço essas considerações com um sentido de advertência e de reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Tenho em mãos um voto em separado de V. Ex^a.

V. Ex^a o retira?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. O voto em separado tem o sentido de observações, mas eu não me manifestarei contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Então V. Ex^a retira seu voto?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. A minha posição sobre isso está aqui registrada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Então tenho que manter o voto de V. Ex^a?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Trata-se de um voto com explicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, realmente estou em dúvida agora sobre o que entendemos por voto em separado. O Senador Eduardo Suplicy apresentou um arrazoado, ou seja, é a manifestação de S. Ex^a, o seu sentimento, assim como o Senador Lauro Campos o fez. Mas não diverge do projeto de resolução. O Senador Carlos Bezerra também não diverge do projeto de resolução, apenas apresentou substitutivo que altera muito pouco o projeto de resolução apresentado.

Agora tenho uma dúvida a apresentar ao Senador Pedro Piva: por que S. Ex^a está fazendo a refe-

rência em dólar e não em marco, se a alteração vai ser em marco?

O SR. PEDRO PIVA – O banco que assim o determinou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não; o banco não.

O SR. PEDRO PIVA – Sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A operação é em marco e assim vai ser paga.

O SR. PEDRO PIVA – Senador, veio esta resolução...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não; veja bem.

O SR. PEDRO PIVA – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Tudo é em marco. Se V. Ex^a me permite, no seu parecer, à página 8, antes da página 9:

h) moeda: marco alemão.

Valor da emissão: 710 ou 1 milhão. Está no seu parecer. Quem fez essa vinculação foi V. Ex^a. Agora, a operação vai ser feita em que moeda?

O SR. (Não identificado.) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – ...mas não é bolsa; é moeda. A bolsa faz a cotação do câmbio, qual é o rateio, etc...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Ex^a tem razão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Creio que V. Ex^a tem que autorizar a operação em marco: DM1 bilhão.

Não, equivalente... tem que substituir... Minha proposta... Não estou apresentando projeto.

O SR. PEDRO PIVA – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Entendo que V. Ex^a deve dizer: fica autorizado a contrair uma operação de crédito no valor equivalente a até DM1 bilhão, hoje correspondentes a US\$710 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Ex^a está de acordo, Senador Pedro Piva?

O SR. PEDRO PIVA – Sim.

A SR^a. JÚNIA MARISE – Senador Esperidião Amin, o montante da emissão e colocação dos títulos: até US\$710 milhões, ou seu equivalente em outras moedas, colocadas em uma só vez ou parceladamente, em ... diversas.

Qual é a dúvida de V. Ex^a?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não tenho qualquer dúvida. Tenho uma afirmação. A operação vai ser em marco, e não em dólar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Há uma explicação, a qual passo a V. Ex^a.

A Cesp informa que poderá o mercado alemão não absorver tudo em marco e será emitido em outro país em dólar. Por isso é que se deixa a variação: 710 ou equivalente a isso. Entendo que essa explicação é boa e resolve o problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Vamos colocar em votação?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Talvez, Sr. Presidente, em vista das considerações que fiz, o Senador Pedro Piva queira fazer algum esclarecimento. Dentre outros problemas que levantei, o fato de que em cinco anos deverá a Cesp pagar o principal referente a esta operação; não temos, de pronto, uma explicação de como será a resolução, como será enfrentado este problema daqui a cinco anos.

O SR. PEDRO PIVA – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro gostaria de agradecer ao Senador Vilson Kleinübing a referência a que seja "exclusivamente para pagamento do Tesouro Nacional"; em segundo lugar, queria dizer a S. Ex^a que esse aval é justamente para honrar os pagamentos dos atrasos da CESP. Com esse dinheiro externo honraremos todas as dívidas da CESP.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Voltou o som. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Eu queria agradecer também ao Senador Esperidião Amin pelas palavras e dizer ao Senador Lauro Campos que agradeço a aula que S. Ex^a me deu de história. Infelizmente não conheço esse imperador que S. Ex^a citou mas estou com o Senador Esperidião Amin: prefiro a companhia de V. Ex^a a do imperador.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é economista e professor da Fundação Getúlio Vargas e sabe o que é o empréstimo e como se faz o pagamento. Daqui a cinco anos não sei se vou estar vivo, nem sei se a Cesp existirá. É um empréstimo ditado pela norma do banco, que fez um empréstimo por cinco anos. O que vai acontecer daqui a cinco anos realmente não sei, como vai ser pago, como não vai ser pago. O que sei é que vamos pagar com esses 700 milhões uma dívida do Tesouro Nacional, a qual está onerando a Eletrobrás a cumprir com seus compromissos dentro do país.

Era isso o que eu teria a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A matéria está em votação. Temos dois votos em separado e o voto prioritário do Senador Pedro Piva, Relator.

Coloco em votação o voto do Senador Pedro Piva.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário dos Senadores Lauro Campos e Bello Parga.

Passamos ao item 2 da pauta. Relator: Senador Ramez Tebet, a quem concedo a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET -

(Procede-se à leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Apesar de reconhecer que se trata de um empréstimo destinado a um fim de alta prioridade, ou seja, a construção desse trecho de estrada em Mato Grosso, pronuncio-me novamente contrário.

O nobre Senador Esperidião Amin acaba de lembrar que a página 114 do livro do Sr. Anthony Sampson a respeito dos credores do mundo. De minha parte, lembro o que dizia Arnold Schlissinger(?), Conselheiro do Presidente Kennedy: Os Estados Unidos, no século passado, foram contumazes caloteiros da dívida externa. Nós agimos – os Estados Unidos, diz ele – como aquela prostituta que depois de enriquecer na vida quando jovem – e os Estados Unidos se endividaram quando jovem e deram o calote -, ao envelhecer, adquire uma nova moral e quer então fechar a zona.

Então – diz ele – que os Estados Unidos agora exigem a cobrança da dívida externa dos países jovens, dos países em desenvolvimento em completa oposição àquilo que fez no século passado. E se os Estados Unidos não tivessem dado o calote, não teriam atingido o nível e o patamar de desenvolvimento que conhecem hoje.

Além disso, eu estou convencido não apenas por essa citação do Arnold Schlissinger(?), mas por uma série de outras que não cabem invocar agora.

Gostaria, também, na oportunidade, de lembrar que, nesta mesma ocasião a que se refere o Senador Esperidião Amin, fugiu para a Inglaterra com uma máquina de tecer o Sr. L. Rutiney(?), e o governo dos Estados Unidos forneceu-lhe empréstimos aprovados pelo Congresso para que fizesse fábrica de armas, etc. Foi esta máquina roubada da Inglaterra

e registrada nos Estados Unidos que promoveu o desenvolvimento do norte dos Estados Unidos, bem como o desenvolvimento da indústria de tecidos naquele país.

Isto sim foi um ato de pirataria. Outro exemplo é o da indústria alemã, toda ela, que se desenvolveu através da inexistência da dívida externa e da pirataria. No tempo de Bismark, qualquer pessoa que chegasse com uma máquina na Alemanha podia registrá-la como se fosse um invento seu.

De modo que me manifesto contra todo e qualquer tipo de endividamento externo, porque sei que, a longo prazo, iremos pagar com sangue, com sacrifício o custo deste endividamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy e, logo em seguida, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Srs. Senadores, se examinarmos o parecer do Banco Central sobre este assunto, vamos observar que o limite de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução 69/95 encontra-se extrapolado para os exercícios de 1995 a 2003, uma vez que o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito já contratados e a contratar pelo Estado do Mato Grosso excedem a margem de poupança real.

Podemos observar no parecer do Banco Central, na página 02, anexa ao processo, item 02, inciso II art. 4º, margem de poupança real, R\$164 milhões; 15% da receita líquida real, R\$119; prevalece o menor. O maior dispêndio anual, conforme o cronograma, é de R\$345 milhões, com um saldo negativo de R\$225 milhões.

Ao examinar o cronograma de dispêndios, na página seguinte, no ano de 1995, a elevação é de 11,11%; em 1996, é 93%; em 1997, é 89%; em 1998, é 67%; e em 1999, 67%.

Assim, Sr. Presidente, coloco aqui, no sentido de advertência, que estamos permitindo que se extrapole o limite.

Portanto, queria apenas registrar, Sr. Presidente, que nós estamos aqui com uma extrapolação do limite, de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69 de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Sr. Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET - Rapidamente. Só para esclarecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a extrapolação é tão diminuta que o próprio Governo

Federal encaminha a mensagem e pede a sua aprovação. E ela encontra respaldo nos termos da Resolução nº 69, de 1995, e no art. 10 da Resolução do Senado, que, dada a importância do projeto, permite que o Senado, mesmo assim, aprove.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A matéria está em votação.

Os que estão de acordo com o voto do Relator, Senador Ramez Tebet...

O SR. EDUARDO SUPLEY – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, volto a enfatizar a necessidade de termos um parâmetro, para o futuro, do que vamos autorizar aqui. Nada contra o empréstimo pretendido por Mato Grosso do Sul. O relator deveria detalhar a taxa de juros, que é a taxa do BIRD. Pelo que entendo do que está colocado ali é a taxa que o BIRD cobra para qualquer operação de financiamento de estrada. Não está muito claro, mas dá para perceber que é isso que eles estão querendo contratar através da taxa do BIRD. Se é um projeto importante, eu vou votar favoravelmente, mas é bom que se ressalte que o Estado do Mato Grosso do Sul já ultrapassou em 15% a sua capacidade de endividamento.

Precisamos definir uma regra para o futuro.

Senador Ramez Tebet, vou votar com V. Ex^a, mas precisamos estabelecer uma regra para o futuro. Vamos aprovar tudo? Se é isso, não precisa nem mandar para cá!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria que esta Comissão se dedicasse mais ao debate doutrinário do problema do endividamento externo, como desejaria o Senador Lauro Campos. Mas, enfim, apenas como uma declaração de princípio, gostaria de dizer que sou professor de História Econômica na Universidade do Amazonas e jamais poderia ser tão radical em relação ao endividamento externo. Eu poderia citar duas dezenas de exemplos de países que se endividaram e se desenvolveram. Tudo depende da aplicação que se faz dos recursos captados no exterior.

Quanto à observação do Senador Vilson Kleinübing, concordo em parte. A questão do endividamento ser fixado num teto em relação ao PIB é muito relativa. O problema não é o montante da dívida, nem mesmo em termos relativos. O problema é o perfil da dívida. A Bélgica e a Itália têm uma dívida

interna e externa maior do que o próprio PIB, mais de 100% do PIB, e não têm problema nenhum.

O problema do Brasil é de curto e curtíssimo prazo. Esse que é o problema, não o percentual.

Com essa observação, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – V. Ex^a, como brilhante professor da Universidade do Amazonas, sabe, realmente, que vários países do mundo têm dívida maior que seu PIB; o problema é o custo do dinheiro, a taxa e o longo prazo.

A matéria está em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do Relator, Senador Ramez Tebet, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

Passa-se ao item 03 da pauta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA -

(Procede-se à leitura do parecer.)

Srs. Senadores, cada fragata nossa custa em média R\$400 milhões e nós não temos muitas, mas de nada adiantarão essas fragatas se nós não tivermos os nossos mísseis em condição de tiro.

Uma força de dissuasão vale pelo poder que ela tem. Hoje, os nossos mísseis exorcet estão sem essa "recertificação", o que criaria problemas se nós tivéssemos que usar.

Muitos são os que, nesta Casa, entendem do assunto e sabem da necessidade, mas alguns poucos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dizem que nós não precisamos de força de dissuasão; pelo contrário, sou daqueles que acreditam que as nossas forças estão mal aparelhadas e o pouco armamento que nós temos não está, hoje, em condição de eficácia e eficiência.

Por esta razão, esses US\$13 milhões – quantia que, em francos, equivale a US\$13 milhões – precisa ser autorizado pelo Senado Federal para que possa a nossa Marinha de Guerra ter as suas fragatas em condição de uso.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O parecer está em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o mundo gastou, em 1987, US\$ 970 bilhões em armas e espaço.

Com a queda do muro de Berlim, houve uma redução de apenas 20%. E o Partido Republicano impõe, como nós vimos, uma dieta ao Presidente Bill Clinton. Uma dieta neoliberal, que exige que se enxugue a máquina e que se reduzam as despesas de guerra e as despesas espaciais.

O principal cliente dessas indústrias bélicas espaciais e de comunicação, que é o Governo dos Estados Unidos, está falido com US\$ 4,9 trilhões de dívida pública.

Portanto, a CIA e outros organismos dos Estados Unidos estão nos impondo empréstimo para comprarmos Sivams, em substituição aos gastos do governo norte-americano. Isso eles já fizeram uma vez, em 1946, quando nós queimamos as nossas reservas acumuladas durante a guerra e recorremos a empréstimos externos para importar iolô e bugigangas.

Agora, são bugigangas espaciais, como esse SIVAM, que ficará obsoleto em quatro anos e esses empréstimos que eles estão nos oferecendo, obviamente em ótimas condições, para que nós importemos e compremos, no lugar do Governo norte-americano que está reduzindo os seus gastos, a fim de que as indústrias americanas desses setores não entrem em falência.

Então, nós estamos, de novo, criando emprego nos Estados Unidos, ajudando o governo americano a não aumentar a sua dívida e nós, pobres coitados, pobre de nós, comprando exorcet. Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É reforma de exorcet, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Permite um aparte nobre Senador? No caso nós estamos prestigiando, inclusive, o governo socialista da França. Porque quando esses exorcet foram fabricados ainda vigorava a fase socialista do Governo Mitterrand. A pátria dos exorcet é a França.

O SR. LAURO CAMPOS - A memória de V. Ex^a é notável, porque eu não me lembro dessa fase.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Fase socialista do Mitterrand?

O SR. LAURO CAMPOS - Não me lembro. Como a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ele mandou esquecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Essa foi no passado e isso já está esquecido. Agora, a do Mitterrand não. Ele nacionalizou bancos, nacionalizou empresas. Queria dizer o seguinte: esses exorcet estão todos eles com batismo e crisma socialista. Se V. Ex^a negar os US\$ 13 milhões para a sua "recertificação" não vai ficar nem a lembrança do período socialista do governo Mitterrand.

O SR. LAURO CAMPOS - Se a ironia fosse convincente eu votaria com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Avalio que seja importante termos prioridades do que fazer com recursos levantados no exterior. Não tenho o convencimento do Senador Ney Suassuna de que precisamos despender recursos escassos com instrumentos de dissuasão, porque não vejo propriamente quem esteja ameaçando, mesmo potencialmente, o Brasil. Eu preferiria que recursos tão escassos fossem destinados a prioridades maiores.

Por essa razão, acompanho o parecer do Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Eduardo Suplicy, eu queria esclarecer a V. Ex^a que ou se reforma e se gasta alguma coisa - e teremos como usar esse exorcet - ou se joga fora. Isso está custando 20% do valor do equipamento. Se tudo aquilo que for do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, quando tiver que ser reformado, teremos que jogar fora, daqui a pouco não restará mais nada.

A matéria está em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o voto do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com votos contrários dos Senadores Lauro Campos e Eduardo Suplicy.

Passamos ao item extra da pauta que se refere ao Projeto Tocantins. Relator: Senador João Rocha.

Concedo a palavra ao Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA - Temos dois projetos: um, do Estado do Mato Grosso, item 1 da pauta, que o Senador Carlos Bezerra nos pediu também para relatar em seu nome e o segundo da pauta extra. Portanto, eu pediria a V. Ex^a que fossem relatados os dois.

O Governo do Estado do Tocantins pede concessão de garantia junto ao Banco do Brasil, referente à operação de crédito do Prodecir III a ser implantado no município de Pedro Afonso, naquele Estado, no valor de R\$ 34 milhões.

O referido financiamento tem o prazo de doze anos, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 agosto de 1999 e a última em 15 de agosto do Ano 2.010. Os juros serão à taxa de 6% ao ano. O Estado do Tocantins utilizará esse dinheiro para implantação de um projeto agropecuário de dimensões importantes para a sua consolidação.

O nosso parecer é favorável, levando-se em consideração que a capacidade de endividamento do Estado do Tocantins, hoje, gira em torno de US\$ 78 milhões/ano. Com esse comprometimento de receita, a capacidade ainda fica com a folga de praticamente US\$ 50 milhões/ano.

A autorização está sendo feita pelo Banco Central do Brasil, com recomendação a esta Comissão para a sua aprovação.

O nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, nobres Pares, eu gostaria de aduzir às colocações aqui levantadas pelo eminente Senador João Rocha, com relação a essa propositura do Estado do Tocantins, lembrando que a economia do nosso Estado está basicamente centrada no setor primário e, particularmente, no setor agrícola.

O Estado não dispõe de recursos para incrementar e estimular a organização da sua economia, razão por que vem buscar essa parceria com o governo japonês, que tem um programa específico de desenvolvimento do cerrado, a juros extremamente favoráveis, muito aquém dos encargos financeiros hoje praticados no país. Por isso, apelamos a V. Ex.ªs no sentido de que contribuam com esse esforço que o Tocantins ora se empenha para estimular a organização da sua economia e fugir da nefasta situação de, não só o Estado, mas os seus municípios, na sua grande maioria, viverem em função do Fundo de Participação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Ao contrário do que foi feito na última reunião, onde pediram vistas do processo de São Paulo, um processo absolutamente límpido e cristalino, estou de acordo com esses pleitos – e a pauta extra, quando necessária – dos nobres Senadores João Rocha, Leomar Quintanilha e Carlos Patrocínio. Quis, assim, Sr. Presidente, dar o meu voto publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu gostaria também de usar da palavra, neste momento, para enaltecer esse tipo de empreendimento. Faço-o por três razões: Primeiro, por ser correligionário, companheiro do atual governador do Tocantins, que foi o seu primeiro governador e foi, além disso, não posso dizer o maior, porque seria muita pretensão de quem diz, mas, certamente, um dos grandes lutadores em favor da emancipação, da criação do Estado do Tocantins. Segundo, porque, partidariamente, pessoalmente defendo a desconcentração do crescimento do País. É muito triste observar a concentração da dívida pública, por exemplo, dos 30 bilhões de títulos estaduais que andam por aí, todos federalizados. Só São Paulo tem 13, Minas 6, Rio Grande do Sul 4, Rio de Janeiro e mais as prefeituras. Aqui não tem um Estado do chamado Brasil novo nessa parada, ou seja, o Brasil não está devendo porque não fez nada.

E aí, mais uma vez, quero homenagear o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que hoje completaria 40 anos de posse, e quem lhe deu a posse foi um catarinense; quem transmitiu o cargo foi Nereu Ramos, mas quem lhe deu a posse foi o Senador Carlos Gomes de Oliveira, que defendeu, como outros brasileiros, a descentralização do crescimento do País.

Acredito que o Tocantins, um Estado que faz parte do contingente dos Estados mais novos, criados a partir da Constituição de 1988, recebe esse empréstimo e vai multiplicá-lo certamente muitas vezes, permitindo que a chamada crise urbana brasileira, pelo menos não seja agravada. Não vai resolver, mas vai ajudar a não agravar.

Finalmente, terceiro ponto, partidária, pessoalmente e politicamente, porque acho que essa é que deveria ser a política do Brasil; ao invés de ficar remendando dívida, emprestando dinheiro para reciclar dívida e apostar no desenvolvimento do país. É lamentoso que isso não esteja no contexto de um projeto nacional, pois deveria sê-lo, mobilizando recursos para preencher econômica e socialmente esses imensos vazios do território da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao item 1 e último. Com a palavra o Relator, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA –

(Procede-se à leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, com relação a esse pedido do Senador Carlos Bezerra, logo após a aprovação do pedido de São Paulo, eu deveria, a exemplo do citado Senador, pedir vistas, como S. Ex^a o fez no meu pedido. Mas, em consideração ao Senador Bezerra, a quem prezo, e ao seu Estado, que prezo mais ainda, e coerente com os meus votos, nesta Comissão, de sempre ajudar os Estados e Municípios, embora o Banco Central não aconselhe a operação, voto a favor com grande prazer.

O SR. CARLOS BEZERRA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. CARLOS BEZERRA – Quero responder, Sr. Presidente, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Senador Pedro Piva, não tenho nada contra V. Ex^a ou contra o Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO PIVA – Reconheço isso.

O SR. CARLOS BEZERRA – A minha posição é contra o Governo Federal, que anuncia privilégios para o Estado de São Paulo na negociação da dívida, enquanto estabelece condição draconiana para outros Estados.

O SR. PEDRO PIVA – Não, senhor, absolutamente.

O SR. CARLOS BEZERRA – Vejo na imprensa. É o caso do BANESPA.

O SR. PEDRO PIVA – O BANESPA não está em pauta, Senador. Estamos discutindo a dívida...

O SR. CARLOS BEZERRA – Eu sei, mas a imprensa notícia que foi na ocasião oportuna...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não é o caso do Mato Grosso ou de qualquer Estado. O fato é que, nesse caso específico, fica evidenciada a necessidade de se complementar a resolução relatada pelo Senador Carlos Bezerra.

A citada resolução tratou quase que exclusivamente da dívida fundada dos Estados e deixou ainda uma porta aberta para as dívidas de títulos públicos. Precisamos, então, no âmbito da Comissão, o mais cedo possível, definir uma regra sobre emissão de títulos e rolagem de títulos públicos.

Continuo – e essa é minha segunda observação – votando nos 98%, e agora mais do que nunca. Demos à Bahia 100%, porque havia folga. Para sermos coerentes – votei contra –, para que o Senado seja coerente com aquela decisão tomada com relação à Bahia, não pode dar 100% para quem não tenha folga. A Bahia reclamou um direito, pois poderia ainda se endividar até 100%. Agora quem não tem essa condição deve pagar pelo menos 2%. É só raciocinar, depois explicaremos isso.

Em terceiro lugar, para que essa relação dos Estados com o sistema financeiro seja decente e para que não sinalizemos para os bancos que nunca se pagará essa dívida, porque quando sempre se rola 100% estamos dizendo ao sistema financeiro que isso nunca será pago.... Cobrarão, então, a taxa que quiserem. Para quem não paga e sempre rola 100% a taxa será ao nível que quiserem. A forma de sinalizarmos para o sistema financeiro que isso será domado, que isso será decente daqui para a frente é exigir, pelo menos, o pagamento de 2%. Caso contrário é o mesmo que dizermos aos senhores banqueiros que cobrem os juros que bem entenderem, porque o Senado aprova 100% e isso não será pago de qualquer maneira.

Essa irresponsabilidade o Senador Vilson Kleinübing e o Estado de Santa Catarina não cometerão. Continuarei votando com um dos raros momentos de lucidez tidos por esta Comissão, que foi no sentido de cobrar a rolagem de 98%.

O SR. PEDRO PIVA – Com a qual fui solidário. Votei sempre a favor...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Em primeiro lugar, gostaria de deixar muito claro que nesta Casa temos primado pelo equilíbrio federativo. E, às vezes, o equilíbrio federativo é derrubado pela falta de compreensão que existe entre a palavra equanimidade e igualdade.

A federação é como uma família. Para que sobreviva, para que subsista, é preciso que haja equanimidade no tratamento. E o que o Senador Vilson Kleinübing defendeu, e endosso, é a busca rudimentar da equanimidade. Quando exigimos para o meu Estado, para o Estado do Rio de Janeiro, para ou-

tros Estados e para o Estado de São Paulo, 2% de pagamento, isso queria sinalizar o seguinte: o seu esforço, já que tecnicamente esse título não deveria ser emitido, pois não terá custo no mercado. O Governo federal vai federalizar, ou seja, vai ele comprar o título, para que o comprador compre o seu título e não o do Estado, porque o do Estado não tem trânsito no mercado. Não preciso dizer que teria grande deságio a colocação de títulos do Governo do Mato Grosso, sabendo-se das dificuldades que este Estado atravessa. Por isso o Governo Federal vai ter de federalizar. O título bom é aquele que é produzido no mercado. Esse não é título da dívida pública brasileira, porque a dívida pública interna, via de regra, não seria comprada se não houvesse o aval da União. Ninguém compraria o título de um Estado, via de regra, sabendo que esse título não vai ser pago. É papel para não ser pago. O que o torna honrado ou menos honrado é o aval da União.

Portanto, o princípio que adotamos aqui, que deveria ter sido apurado, era de não rolar 100%. O que significa rolar 100%? Significa pegar o montante da dívida, onde já estão embutidos os juros escorchantes, amontoar isso tudo, fazer uma trouxa maior ainda e empurrar para frente. Ou seja, estamos tornando a dívida desonrada.

O Estado que tem limite, teoricamente, até poderia emitir, se não houvesse as Leis nºs 7.677, 8.383, 8.388, de 1991, e as subsequêntes, que dispuseram sobre o reescalonamento das dívidas estaduais. Esses, não fossem as leis que pactuaram para não se emitir novo papel, até poderiam emitir. Não o estão fazendo. Esses Estados que têm limite, como é o caso da Bahia, deveriam ter a capacidade de rolar tudo, porque teriam limite até para emitir novos papéis. Os que não têm limite não podem rolar 100%. Por que faríamos isso? Para fazer uma gentileza com o companheiro? Poderia fazer a gentileza, porque não sou eu que vou pagar; é o País que vai pagar. Isso é mico-preto, é papel podre. Repito: não é o caso desse Estado; é o caso do meu Estado, é o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo. Começamos a fazer isso aqui, mas houve um dia em que desfizemos. Dissemos que iríamos criar um critério. E não vamos criar critério nenhum. Pode-se dizer que estamos fazendo uma maldade com Minas Gerais. Não há maldade alguma; estamos fazendo uma maldade com o País. E a Comissão de Assuntos Econômicos tem essa responsabilidade. Não podemos dizer: está acontecendo, está acontecendo.

Portanto, voto no sentido de conceder 98%. Sabem para quê? Para ajudar o Estado de Mato

Grosso. Por isso que não peço que pague 20%, e sim 2%. Concedo 98% de rolagem.

Quando o Senador Pedro Piva diz que quer prestar homenagem ao Senador Carlos Bezerra, S. Ex^a não está sendo bonzinho não. É que a vida é uma sucessão de esquinas. E há muito mais esquinas paulistas do que mato-grossenses. V. Ex^{as} vão ver que ao longo de 1996 vão aparecer talvez mais dois casos de Mato Grosso e uns dez ou doze de São Paulo. (Risos)

O que S. Ex^a está preparando? Está adoçando – desculpe a expressão – o bico de V. Ex^a e o meu, para não colocarmos reparo no caderninho e anotarmos quantas vezes São Paulo vai passar por aqui este ano, sem falar no Banespa.

Portanto, quero atender o pedido de Mato Grosso, mas votarei por 98%. Não voto por 100% – não votei nem para meu Estado. E para que não se diga que estou fazendo isso porque não gosto desse ou daquele comando político, voto 98% para Mato Grosso também.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar que há uma diferença no que ocorreu ao final da reunião da semana passada sobre a solicitação para a Cesp e os presentes itens da pauta extra. Gostaria de lembrar que depois de termos realizado a votação sobre as patentes, sem que tivesse sido distribuído o voto por escrito, diferentemente do que acontece aqui hoje, não tenha dúvida.

O SR. PEDRO PIVA – O voto foi distribuído.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Não; não recebi naquele dia.

Tendo o Senador Pedro Piva feito um parecer oral e não o tenha lido no todo e estando a maior parte dos Senadores em pé, e considerando que, como Senador por São Paulo, avaliava que se tratava de uma questão que precisava ser estudada em profundidade, também solicitei vista. Só então, em seguida, o próprio Presidente da CESP, André Matarazzo, e os principais assessores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Seu primo.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Não importa aqui se é primo, embora em terceiro grau. O que importa é a instituição. Ele, como Presidente da CESP, encaminhou informações. Os principais assessores técnicos da CESP vieram ontem à Brasília e encaminharam todas as informações, tendo inclusive o Senador Pedro Piva o cuidado de prestá-las também. A votação foi muito mais consciente e mereceu um de-

bate adequado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cabe ressaltar, neste caso, que o Banco Central diz que, em decorrência de operações anteriormente contratadas, o limite previsto pelo Inciso II, do art. 4º da Resolução nº 11/94 já se encontrava extrapolado para o exercício de 1995 a 2.003, uma vez que o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito já contratadas e a contratar excedeu a margem de poupança real.

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, como nos casos anteriores hoje apreciados – e tenho a consciência de que estamos com um problema pela frente – agir com rigor com respeito a esses assuntos. Houve flexibilidade nos casos tratados, poderá haver hoje aqui. É preciso que se tenha atenção quanto a isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Eduardo Suplicy, na reunião passada estavam presentes na Comissão todos os Srs. Senadores. Não posso obrigá-los a ficar em pé ou sentados. Foi distribuída a extra-pauta a tempo para todos os Srs. Senadores, e V. Exª deve lembrar, porque hoje sabia que a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos iria apreciar o parecer do Relator, pediu vista e só entregou seu voto depois de começada a reunião da Comissão. Tive que mandar tirar xerox para submeter à apreciação o voto de V. Exª. Portanto, às vezes, tem que se fazer um pouco de concessão. Hoje, fiz com V. Exª o que fizemos na reunião passada com o Senador Pedro Piva.

Foi só um esclarecimento.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva e, logo após, ao Senador Geraldo Melo.

O SR. PEDRO PIVA – Após a explicação do Sr. Presidente, minha palavra já não se faz necessária. É exatamente isso.

Ela foi distribuída. Não me lembro, Senador Eduardo Suplicy, se V. Exª chegou atrasado ou não, mas a maioria dos Senadores recebeu o Relatório anteriormente ao início da reunião. Quero deixar isso claro. Este Senador está disposto a prestar qualquer esclarecimento a qualquer um dos Senhores, em relação a qualquer pleito de São Paulo ou de qualquer outro Estado, ou de qualquer matéria de que eu seja Relator.

O Senador Esperidião Amin dizia que eu adoro encontrar pelas esquinas todos os meus Colegas. Espero encontrá-lo pelas esquinas da vida, Senador

Esperidião Amin, por toda minha vida, a meu favor ou a seu favor, sempre procurando trabalhar por todos os Estados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Isso é comprometedor.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. PEDRO PIVA – Voto pelos 98%, coerentemente com o que combinamos – o Senador Vilson Kleinübing, Senador Esperidião Amin, eu e quase todos os Senadores nas Comissões.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, pedi a palavra para expressar meu apoio à posição do Senador Vilson Kleinübing e do Senador Esperidião Amin e a minha concordância, inclusive, com a análise que ambos fizeram em relação a esta questão sobre a qual a Comissão vem se debruçando há algum tempo, e todos nós, aparentemente, estamos de acordo que se precisa traçar uma norma. Por enquanto, estamos ficando nas intenções.

Quero apenas ponderar a respeito do conceito de equanimidade a que se referiu o Senador Esperidião Amin, com relação a uma posição de desconforto em que ficam os Estados periféricos, como o meu Estado, que nem esquinas para dar trabalho nesta Comissão tem tido a capacidade de produzir. Em alguns, as esquinas aparecem poucas vezes; em outros, não há esquinas.

Quando formos traçar uma norma, precisamos cogitar de uma situação perversa que vem ocorrendo em relação a Estados periféricos. O Estado de São Paulo, com todo o apreço que tenho, o carinho especial que tenho pelo Senador Pedro Piva e todos os paulistas e pelo Governador Mário Covas, passou muitos anos ensinando a outros Estados do Brasil como deviam se comportar, porque ele era a locomotiva, a grande máquina geradora de riquezas no País e os demais uma espécie de penduricalhos que atrapalhavam a sua trajetória vitoriosa. Durante muito tempo, foi esse o formato que passou na cabeça de todos nós. Na realidade, o Estado de São Paulo hoje é um Estado que tem uma arrecadação brutal, mas insuficiente para pagar os juros da sua dívida. Um Estado como o nosso, por exemplo, já teve, quando eu era Governador, uma frente de emergência com 115 mil pessoas. Com US\$ 500 milhões, ou seja, com menos do que estamos hoje aprovando para a CESP, poderia irrigar 35 mil hectares e assegurar empregos diretos para 105 mil pessoas e, portanto, acabar com frentes de emergência. No entan-

to, esse Estado nunca conseguiu que ninguém ouvisse e levasse a sério uma postulação sua em relação a um projeto como este. Pelo contrário, na hora em que a dificuldade do País decorre da nossa dívida externa, procure ver quanto Estados como *Espírito Santo, ou Rio Grande do Norte, ou Mato Grosso*, na formação dessa dívida externa, se destinou a esse Estado. Procure ver, na composição da dívida interna, quanto foi que se destinou a esse Estado.

Na hora em que a geratriz do problema futuro se estabelece, que os recursos entram, a participação desses Estados é nenhuma. Mas na hora em que é preciso fazer sacrifício para que o País saia das dificuldades que estes Estados periféricos não ajudaram a criar, aí todos eles são chamados a participar. O Banco do Brasil susta as operações de crédito nos Estados que não contribuíram com a dívida para acelerar a inflação. No meu Estado, quando quiserem cortar crédito no País inteiro, se mandarem dobrar as aplicações do Banco do Brasil, a inflação brasileira ainda não toma conhecimento porque os volumes são bastante pequenos.

Somos Federação na hora dos sacrifícios e não somos Federação na hora dos benefícios.

Eu votei a favor e estou pronto a me encontrar como o Senador Pedro Piva tantas esquinas quantas ele apresente a esta Comissão, porque confio na sua seriedade, na responsabilidade com que este assunto é tratado. Não posso, entretanto, deixar de expressar com seriedade, primeiro, a minha concordância total com a posição dos Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin em relação a esta questão. Segundo, com a necessidade de, quando não tivermos um fato concreto aqui, nenhum pedido de interesse de nenhum Estado, debruçarmo-nos sobre a elaboração de uma norma que seja boa para o País e para todos e não apenas para esse ou para aquele Estado. E terceiro, que na hora de elaborar essa norma se verifique que nós, dos Estados periféricos, não podemos ficar defendendo soluções iguais para problemas desiguais. O problema de um Estado como o Rio Grande do Norte é bastante diferente em formato em substância de um Estado como o de São Paulo, mas sempre na hora da norma e do sacrifício, a regra que se estabelece é a de federalizar, distribuir, com todos, os sacrifícios. Gostaria que se distribuisse na mesma proporção em que foram distribuídos os benefícios. Essa era a minha inter-

venção, com as minhas homenagens a São Paulo e ao Senador Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que a posição do Senador Vilson Kleinübing é louvável. O ideal era que os Estados pagassem 100% da sua dívida mobiliária, dívida esta que a própria União estimulou os Estados a contraírem. Ocorre que, no caso de Mato Grosso, simplesmente vamos inviabilizar a rolagem dessa dívida, com a colocação dos 98% e a obrigatoriedade do pagamento dos 100%. O Estado de Mato Grosso está hermeticamente falido, como estão vários Estados brasileiros, com salários atrasados, com a sua rolagem da dívida para com a União atrasada, com parcelas atrasadas, trancado no CADIN, em todo o canto que puder imaginar, não tem um tostão para pagar nada. Exigir isso num outro momento é salutar, mas agora, quando os Estados brasileiros atravessam a maior crise da sua história, em toda a história do Brasil; a Federação nunca atravessou uma crise tão grave quanto esta.

O SR. (Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS BEZERRA – Vários meses de salários estão atrasados. O que foi pago foi com o dinheiro da Caixa Econômica Federal e, mesmo assim, atrasado.

A situação de alguns Estados hoje, inclusive o de Mato Grosso, é a pior de toda a sua história. Considero a Federação brasileira a maior obra que a sociedade brasileira construiu na sua história: um país grande, cheio de desigualdades e de problemas, mas que conservou a sua língua, a sua unidade.

A América espanhola estilhaçou-se em vários países, mas nós conservamos a unidade nacional. Acho que essa é a maior obra da engenharia política brasileira. Isso hoje está ameaçado com a crise que está aí, e os tecnocratas do Governo ainda não viram a gravidade dessa situação, desse problema. E apesar da boa vontade do Presidente em querer resolver esse problema, e tem encaminhado, não se chega a uma solução definitiva de modo nenhum. Seria muito bonito falar aqui que temos que pagar agora 2%, 5%, se houvesse condição para isso. Todavia, nesse caso, não há, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o Plenário do Senado derubou essa proposta da Comissão de Assuntos Econômicos por quase unanimidade. Participei da sessão. O Plenário do Senado tem muito mais repercussão política do que o cenário desta Comissão e, desse modo, entendeu diferente. Não quero levar esta questão novamente para o Plenário do Senado. Portanto, gostaria de ter aqui o apoio dos Srs. Senadores, no caso de Mato Grosso. Quem sabe São Paulo pode pagar 2%, ou o Estado do Rio? Mas o Mato Grosso não pode. Vamos inviabilizar o processo de rolagem da dívida do Estado se houver essa obrigatoriedade de pagar os 2%.

Num outro momento, sou totalmente favorável, não somente a 2%, mas a muito mais, a que se pague. Neste momento, entretanto, da maior dificuldade da história dos dois Estados, seria ridículo exigir alguma coisa do Estado.

Temos que continuar, por algum tempo, com aquela prática que o Senado vinha adotando na questão da rolagem da dívida, até que haja a reforma tributária, para que melhore a situação econômico-financeira dos Estados, do País e, então, adotáramos um critério que seja permanente, duradouro e que sirva para todos.

Esta é a ponderação que gostaria de fazer aos colegas Senadores, ou seja, que mantivéssemos o 100% na rolagem da dívida do Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Senador Carlos Bezerra não me concedeu o aparte?

O SR. CARLOS BEZERRA – Desculpe-me. Acontece que já terminei a fala, foi um descuido meu.

O SR. RAMEZ TEBET – Se a Presidência da Mesa me permitir, gostaria, antes de iniciar meu discurso, de ouvir o nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Gostaria de fazer aqui mais uma observação sobre essa questão dos 98% ou 100%. Parece-me que quem presencia a nossa conversa pensa que o Senador Carlos Bezerra e eu temos alguma diferença, o que não existe.

Em segundo lugar, quanto à crise de Estado, ressalto que os ex-Governadores também enfrenta-

ram isso e a Nação não se dissolveu. Fui Governador de Santa Catarina, a folha era 104% da receita, existiam duas folhas de pagamento em atraso no dia em que entrei, o ICMS dos Prefeitos não havia sido pago no dia que entrei. Agora, é impossível receber o Estado em uma situação tão caótica quanto eu recebi o Estado de Santa Catarina. O que fiz? Chamei os Deputados e pedi para não se darem aumento durante 12 meses. Assim aconteceu. Cortei transferência aos outros Poderes. Sabem qual é a transferência que o Estado de Mato Grosso dá à Justiça de lá? Chegou a ser 21% da receita. Ora, tira 2% dessa loucura, desse absurdo e chegou a...

O SR. CARLOS BEZERRA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Estou no aparte. Por último, Senador Carlos Bezerra, a colocação que estou fazendo é para salvar o título público, para salvar esse tipo de dívida que vamos liquidar com ela. O Estado de Santa Catarina também não poderia pagar os 2% que votei para o Estado e cheguei a pagar 10% em cada rolagem quando fui Governador.

Vamos ajudar o Estado de Mato Grosso de outra maneira, mas tem que haver critério. Essa questão da Bahia foi errada, porque senão os títulos públicos não valerão mais nada, os juros vão às nuvens, o que é uma questão gerencial. Se governar é isso, então aprendi a administrar na escola errada.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senti-me impulsionado a uma interferência no caso de Mato Grosso do Sul, que está aqui muito bem representado pelos Senadores Carlos Bezerra e Jonas Pinheiro.

Tenho admirado muito a atuação vigilante, segura, do Senador Vilson Kleinübing nessa questão das dívidas públicas. Reconheço que o Senador Vilson Kleinübing é o Senador da Casa que mais tem se posicionado com relação a esse assunto. Mas quero afirmar aqui que concordo com a tese dos que falam, dos que sustentam que não se pode dar um tratamento igual para Estados desiguais e, convenhamos, o Centro-Oeste está diferente do resto do País hoje. Agora mesmo votamos uma matéria referente a São Paulo que tem receita. Se os preços dos grãos caem, ele é salvo pelas montadoras, pelas indústrias que estão lá, pelas indústrias químicas, de automóveis, em suma, é o maior parque industrial deste País.

Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especificamente esses dois Estados e penso

que Goiás e Tocantins, se o preço do frango e do saco de milho é o que está aí pergunto como farão para ter receita? Os Governadores e o Governador Dante de Oliveira, e sou testemunho disso, porque os nossos Estados se separaram em 1979 mas ainda estão ligados pelos mesmos problemas, tem feito um esforço hercúleo. Os Srs. Senadores sabem que lá ele trava esse embate que o Senador Vilson Kleinübing falou aqui, o Senador Dante de Oliveira está travando com o Judiciário e está no Supremo Tribunal Federal. Não é fácil reduzir o repasse.

Quando V. Ex^a e eu governei no mesmo período o Estado de Mato Grosso do Sul, ninguém citava aumento a não ser por lei. Hoje existe essa dificuldade imensa. Como o Estado faz? Se o preço do grão não existe e a pecuária está em baixa, o que resta a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para fazer receita? Os Governadores estão tentando promover uma reforma administrativa, antes mesmo da União. O Estado de Mato Grosso, conforme falou o Senador Carlos Bezerra, está devendo o funcionalismo público há 3 ou 4 meses.

E como vamos fazer para sair de uma crise dessa? Como vamos fazer para sair do estado que nos encontramos? Levar indústrias para lá para gerar outra fonte de receita ou temos que agir solidariamente, entendendo que essa é uma República Federativa e manter determinados princípios? Aplaudo a atuação do Senador Vilson Kleinübing que tem coerência, firmeza, mas há situações que são verdadeiramente peculiares – e falando de Mato Grosso estou com os olhos voltados para o meu Mato Grosso do Sul sim, porque lá a situação é grave também. Para pagar o mês de dezembro o Governador chegou a ponto de procurar as empresas que pagam ICM para pedir antecipação. Como o Estado vai arrecadar se não pagamos nem funcionários. Se não se pagar o funcionário, o comércio não vende. Temos que analisar as coisas, os problemas, da forma como se apresentam.

Compreendo e acho que os Senadores que estão advogando 98% estão certos em tese. O ideal seria isso, vamos pagar um pouco. O que fazer quando não dá? Como iremos fazer? O Senado vai tampar os olhos e ficar alheio a essa realidade que está lá, que é palpitante? Então, quero aqui solidarizar-me com o pleito do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Da mesma forma, Senador Carlos Bezerra, quero externar nosso voto a favor do seu pleito. Por quê? Votei contra o meu Estado aqui na Comissão Econômica com relação à rolagem da dívida e pagar os 2%, como o Senador Pedro Piva fez também. Na hora em que foi o recurso para o Plenário e a Bahia conseguiu pagar os 100%, a partir disso não temos condições de continuar, porque é um jogo desigual, a Comissão com o Plenário. Então, penso que a Comissão devia tentar convencer o Plenário de que deve seguir uma certa norma. Já que houve a mudança com relação à Bahia, não tenho mais como ficar.

Agora quero tomar dois pontos importantes que achei aqui hoje: primeiro, com o Senador Esperidião Amin, quando defendeu o empréstimo para o Estado do Tocantins, para os grandes projetos dentro de um planejamento global deste País que não existe hoje – existe, talvez, um projeto nacional; e também com o Senador Geraldo Melo. Acredito em desenvolvimento, sou juscelinista, sou mineiro igual a ele, que foi Senador pelo meu Estado e quis a descentralização deste País em cima desses grandes projetos.

Hoje, tivemos uma reunião, proveitosa demais, com a presença de 10 Senadores para discutir a desigualdade que existe entre os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o centro-sul do País. Essas desigualdades criam tanto problema para o Senador Pedro Piva com relação ao Banespa, que é um problema que já estamos rejeitando a princípio. O País todo, nós, os Estados excluídos, já rejeitamos qualquer negociação do Banespa.

Mas eu gostaria de voltar ao assunto do empréstimo do Estado do Mato Grosso. Quero apoiá-lo porque esta Comissão foi desautorizada pelo Plenário. Em função disso, devemos acatar a decisão principal e não sermos injustos com o Estado do Mato Grosso do Sul. Votei contra o meu Estado de Goiás na Comissão de Assuntos Econômicos e, lá no plenário, reverti em função da decisão tomada para a Bahia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer coro com aqueles que estão defendendo o Estado de Mato Grosso. Evidentemente, o Senador Vilson Kleinü-

bing tem inteira razão. Fizemos um acordo aqui num momento de rara lucidez desta Comissão. Acordamos – isso foi pactuado de maneira unânime – que, doravante, não se rolariam mais 100% das dívidas mobiliárias dos Estados. E parece-me que somente Santa Catarina saiu rolando menos de 100% da dívida do seu Estado. Não sei, não me lembro desses quadros. Até Goiás acabou rolando 100%. Aqui rolou-se, mas em plenário a resolução foi outra. Portanto, eu gostaria de vir em socorro do Mato Grosso.

Mas gostaria de deixar consignado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Comissão, que devemos envidar todos os esforços para mudarmos essa resolução. Deveremos elaborar um projeto de resolução, que poderá ser meu – vou estudar este assunto – ou da própria Comissão, para que, doravante, não se rolem mais 100% das dívidas dos Estados. Mas o Mato Grosso merece ter o tratamento pelo menos igual – ele mereceria muito mais.

O SR. VILSON KLEINÜBING – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo o aparte ao eminente Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Só gostaria de fazer uma observação, Sr. Presidente. Respeito muito V. Ex^{as}, tenho tanta admiração pelos Srs. Senadores. Mas, por favor, prestem atenção no que estamos fazendo aqui. Estamos dando 100% para quem pode pagar e para quem não pode também. Então, para que existe esta Comissão. Por que este processo veio para cá? Por que temos que examinar isso? Por que temos que brigar entre nós, se quem pode pagar quebrou o protocolo no plenário? Vamos avacalhar com o título público – esta é a palavra. Vamos dizer para o mercado simplesmente o seguinte: título público do Governo estadual não se paga.

Então, vamos fazer uma outra resolução: nos próximos três anos, no mandato dos atuais Governadores, está autorizada, automaticamente, a rolagem de 100% para todos. Pronto! Não vamos mais perder tempo aqui nesta Comissão. Vamos tratar de outro assunto, tratar de coisa mais séria para o País.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, apenas concedi o aparte ao eminente Senador Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Continua com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concordo inteiramente com o Senador Vilson Kleinübing, mas penso que podemos fazer um projeto de resolução ainda este ano e modificar totalmente essas deliberações que acabam sendo englobadas, principalmente, no plenário. Portanto, Sr. Presidente...

O SR. CARLOS BEZERRA – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo a V. Ex^a o aparte.

O SR. CARLOS BEZERRA – Vamos colocar o pingão no i, Senador. Parece, aqui, que os Estados são responsáveis por essa situação caótica em que o País se encontra. Não é verdade, muito menos os Estados pobres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O culpado disso é a União, é essa política monetária que está aí, é a política financeira que está aí, essa é a raiz da questão. Então, não vamos querer estabelecer que o pobre Mato Grosso, o coitado do Mato Grosso é o culpado por essa crise, ou o Goiás, ou o Tocantins. Os dois sabem como estão vivendo, e estamos querendo colocar aqui como se essa dívida mobiliária fosse o cavalo de batalha da situação econômico-financeira do País. E não é verdade.

Com isso concorda a maioria da sociedade, Senador. Acabo de vir da direção do meu Partido e, lá, havia uma pesquisa ampla feita por todo o País a respeito da situação econômica, da situação financeira, como o povo está vendo. O povo está enxergando corretamente essa situação. Muitos aqui no Senado ainda não estão enxergando quais são os verdadeiros vilões, os verdadeiros responsáveis por esse caos em que nos encontramos. Não são só os Estados, mas as pequenas empresas, a indústria nacional, o desemprego violento que está cada vez mais aumentando no País.

Quem é responsável por isso? Não é a situação do Mato Grosso, do Goiás ou do Tocantins, isso é uma gota d'água no oceano. Tem que mudar, sim. O Senado tem que enfrentar o Banco Central, o protetor dos banqueiros, e desmontá-lo; montar uma outra modalidade para este País, montar uma política financeira compatível. Fala-se no custo Brasil, entretanto, o maior custo do Bra-

sil, que é a política financeira, é um tabu. Não vejo ninguém falar nisso, são poucos os que falam, não vejo Ministros falarem, não vejo quase ninguém falar. Aí sai uma manchete: "Cai o juro 0,002%". É uma brincadeira. Isso, sim, deve ser combatido por nós, ferrenhamente, mas não uma tutaméia dessa – desculpe, Senador, usar essa expressão -. Isso é uma verdadeira tutaméia em relação à realidade geral do País.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Concedo a V. Ex^a o aparte. Vamos votar, estou apenas encerrando a minha participação, Sr. Presidente, clamando mais uma vez esta Comissão, com veemência, para criarmos um instrumento, para que, doravante, não fiquemos aqui sempre rolando dívida 100%, mas votarei com o parecer do Senador Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Carlos Patrocínio, já foi criada uma subcomissão, tendo como presidente o Senador Esperidião Amin, para propor, neste ano, de preferência neste primeiro semestre, que votemos resoluções que, realmente, criem uma normatização mais clara, a fim de que não se crie esse problema no futuro.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, é o tipo da discussão na qual todos têm razão em parte. A análise dos Senadores Vilson Kleinübing e Esperidião Amin é incensurável. Só em um país desgovernado como o Brasil é que se pode rolar 100% de dívidas de papéis podres, sem impor aos devedores obrigação de pagar, sequer, uma parcela ínfima. É realmente uma situação que deixa muito mal este País, todos nós.

Mas estamos diante de uma situação de fato. O Estado do Mato Grosso está insolvente, obrigá-lo a pagar 1% é melhor decretar intervenção federal, a União vai saber porque ele não vai poder...

O SR. (Não identificado.) - Senador, eu já disse isso para o Presidente da República. Ele vai ter que fazer intervenção em alguns Estados e logo, neste ano ainda.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas, Sr. Presidente, eu disse que todos têm razão em parte. Também, por outro lado, não me agrada este

discurso de que os Estados são todos coitadinhos, a culpada é a União, é a madrastra. Não é bem assim, não, Sr. Presidente. Para sermos justos, no mínimo, vamos dividir as culpas: os Estados não são inocentes nisso não. Aqui existem vários Governadores, acredito que todos excelentes Governadores, mas nem todos os Governadores de todos os Estados fizeram bons governos. Houve todo um processo de desmandos administrativos, de corrupção, de privilégios a funcionários, criaram uma bomba de efeito retardado e, quando chegou a estabilidade econômica, chegou a hora da verdade. A queda de preços de produtos e a elevação de juros apenas foram fatores de agravamento disso, porque muitos Estados pequenos, Sr. Presidente, não estão insolventes, apesar de tudo.

De forma que esse discurso que os Estados são coitadinhos, e a União é culpada de tudo não me comove; o que me comove é a situação atual de Mato Grosso. É uma situação de fato, o Estado não pode pagar. Por isso vou acompanhar o Senador Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – E para finalizar, com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada mais nos resta a falar, apenas fazer um apelo nesta Comissão em que todos têm razão, só que acredito que, neste momento, o que está em jogo aqui é esta rolagem de dívida mobiliária de Mato Grosso, que tem muito a contribuir com o País. Neste instante apelamos aos Senadores do País no sentido de que contribuam com Mato Grosso, dando esta possibilidade, esta rolagem de dívida, e vamos tratar deste assunto de uma forma muito mais séria, como quer e como sempre quis o Senador Vilson Kleinübing. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em votação.

Os que estão de acordo com o Relator permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário dos Senadores Pedro Piva, Esperidião Amin e Vilson Kleinübing.

A próxima reunião será na próxima quarta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h49min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 1996, ÀS 10:21 HORAS.**

Às dez horas e vinte e um minutos do dia oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Freitas Neto, Joel de Hollanda, Jefferson Peres, Valmir Campelo, Vilson Kleinübing, Bello Parga, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Jonas Pinheiro, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, João França, Pedro Piva, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna e Osmar Dias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Gilvan Borges, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Fernando Bezerra, Ramez Tebet, Francelino Pereira, João Rocha, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Leomar Quintanilha, Lauro Campos, Arlindo Porto e Junia Marise. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, passa a palavra ao Senador Valmir Campelo, para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta à **MSF Nº 324/95**, que "solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 102,000,000.00 (cento e dois milhões de dólares americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial, destinada a financiar parcialmente o projeto de descentralização do transporte ferroviário metropolitano do Recife". Não havendo quorum para que se proceda a votação da matéria a Presidência solicita ao Senador Esperidião Amin que proceda à leitura do seu parecer, favorável nos termos do PRS, oferecido à **MSF Nº 104/96**, "Proposta do Senhor Presidente da República, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento -

CASAN e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW no valor total equivalente a até DM 10.000.000,00 (dez milhões de marcos alemães), destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água no Estado de Santa Catarina". Em discussão o parecer, falam os Senadores Vilson Kleinübing, Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy. Finda a discussão e havendo quorum para o início das deliberações, passa-se à votação do Item 01 da Pauta, **MSF Nº 324/95**, sendo aprovado o parecer do relator Senador Valmir Campelo, favorável nos termos do PRS que apresenta, lido anteriormente. Em seguida, o senhor Presidente coloca em votação o parecer do Senador Esperidião Amin oferecido à **MSF Nº 104/96**, que é aprovado. Prosseguindo, Sua Excelência submete à apreciação da Comissão requerimento de autoria do Senador Ney Suassuna, no sentido de que sejam convocados a comparecer perante à Comissão de Assuntos Econômicos os Presidentes das seguintes entidades: "Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos - ABEF, Sr. **Cláudio Martins**; Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas - ABIECI, Sr. **Ferdinando J. Carollo**; Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVI, Sr. **Nelson Mamede**; e Associação dos Exportadores Brasileiros - AEB, Dr. **Marcus Vinicius Pratini de Moraes**". O requerimento é aprovado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

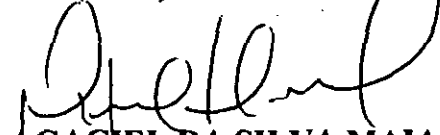
Senador Gilberto Miranda Batista
Presidente

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 157 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.362/96-8 ,

R E S O L V E exonerar **WILSON JOSÉ LOPES DARELLA** do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner , a partir de 30 de janeiro de 1996.

Senado Federal, em 07 de fevereiro de 1996..


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 177 de 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 6º., da Lei nº. 8.112, de 1990,

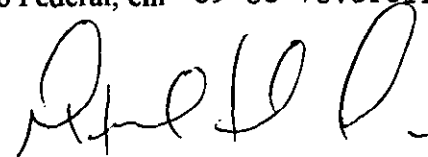
R E S O L V E

Tornar sem efeito as nomeações de **RICARDO DA SILVA DUARTE** e **TETUZI HASEBE** para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Eletrônica e Telecomunicações, Padrão 16, do

(*) Remetido a republicação por haver saído com incorreção no DSF, de 8-2-96

Quadro de Pessoal do Senado Federal, constantes do Ato do Diretor-Geral nº. 863, de 1995, em virtude de não haverem cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º., da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

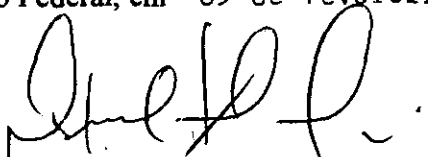
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 178 de 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 6º., da Lei nº. 8.112, de 1990,

R E S O L V E

Tornar sem efeito a nomeação de **MARCELO AFFONSO MONTEIRO** para o cargo de Consultor Legislativo, Nível III, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Padrão 42, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Diretor-Geral nº. 721, de 1995, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º., da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alves		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	PPB	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYC	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87

PPR

LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PP

ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS 2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB / PL / PPS

VAGO	1-VAGO
------	--------

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PMDB**

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCINIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR

ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
--------------------	------------	-------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
--------------------	------------	------------------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4761/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPPLY *1	SP-3216/16
----------------	------------	---------------------	------------

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
---------------	------------	---------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
----------------	------------	---------	--

*1 - EDUARDO SUPPLY (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº/03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SÚPLENTEs	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNACIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

- *1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PTB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassido Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filiado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 12-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva
Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior
Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de Matia
Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede
Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares
Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:
Endereço:
Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:
Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apolo III, CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS